



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Artes e Letras

**Partilhar livros com crianças:  
O Papel das Bibliotecas Públicas Portuguesas  
no suporte à Literacia**

**Lídia Leitão Martins**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ciências Documentais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Paulo Osório

**Covilhã, Junho de 2011**



## Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Osório, pela disponibilidade manifestada, pelas palavras de incentivo, pela prontidão e rapidez com que procedeu à correcção dos capítulos da dissertação e pelas indicações fornecidas relativamente à organização da mesma.

À Dra. Anabela Rego, responsável pela Divisão de Promoção, Desenvolvimento e Comunicação da Câmara Municipal de Viseu, a quem dirijo os meus sinceros agradecimentos, pela forma rápida com que se prontificou em dar seguimento ao pedido endereçado à Câmara Municipal de Viseu para a realização do trabalho de campo na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva.

À Dra. Teresa Almeida, responsável pelo sector adulto da Biblioteca Municipal de Viseu, pelos esclarecimentos prestados acerca dos procedimentos a observar no pedido de autorização a endereçar à Câmara Municipal de Viseu, bem como no auxílio concedido na implementação dos questionários junto dos utilizadores adultos e dos funcionários.

À Dra. Teresa Fonseca, responsável pela secção infantil da Biblioteca Municipal de Viseu, pela ajuda preciosa na aplicação dos questionários junto das crianças, bem como na recolha atempada dos mesmos.

Aos funcionários da Biblioteca Central da Universidade da Beira Interior e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela colaboração dada ao nível da pesquisa de documentos de interesse particularmente relevante para esta dissertação.

À Sylvie, pelo apoio prestado na elaboração de tabelas e gráficos que facilitaram o tratamento dos dados resultantes da aplicação dos questionários, tornando o processo mais célere e objectivo.

À minha mãe e à minha irmã, pela compreensão demonstrada nos momentos em que estive ausente e em que nem sempre foi possível dar-lhes a atenção que merecem, pois foi necessário abdicar da sua companhia para poder dedicar-me à realização deste trabalho.

**Partilhar livros com crianças:  
O papel das Bibliotecas Públicas portuguesas no suporte à literacia**

**Resumo**

A literacia engloba as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana, garantindo aos cidadãos uma efectiva participação no mercado do trabalho, na sociedade e no exercício pleno da cidadania. Deste modo, o fraco domínio das competências básicas no âmbito da leitura, escrita e cálculo condicionam a participação dos cidadãos na vida social bem como o exercício dos seus direitos cívicos. Neste sentido, não podemos deixar de considerar a iliteracia como um factor de exclusão social, cabendo ao sistema educativo e às bibliotecas escolares e públicas a responsabilidade de combater as desigualdades sociais com base na adopção de estratégias pedagógicas adequadas que possibilitem a formação de leitores críticos, reflexivos e participativos nas questões sociais, económicas e políticas.

A escola e a biblioteca desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da literacia, devendo implementar práticas literácitas que promovam, em simultâneo, a criação de hábitos de leitura e o gosto pela leitura, assegurando, por conseguinte, o desenvolvimento da competência leitora. É indiscutível que os agentes educativos exercem um papel crucial no desenvolvimento da competência leitora dos alunos na medida em que são responsáveis pela criação de oportunidades de leitura em contexto de sala de aula ou na biblioteca.

Numa sociedade marcada pelo predomínio das novas tecnologias da informação e comunicação, é fundamental proceder-se ao desenvolvimento das habilidades de informação que, além de possibilitarem a construção da autonomia e o exercício pleno da cidadania, constituem ferramentas indispensáveis para a aprendizagem ao longo da vida. Consideramos, pois, que a biblioteca pública é um local privilegiado para o desenvolvimento da literacia, desempenhando um papel relevante no processo de formação de cidadãos críticos, activos e interventivos através da promoção de competências no âmbito da literacia da informação.

Para avaliar o papel das bibliotecas públicas portuguesas no suporte à literacia das crianças, implementámos um trabalho de campo na biblioteca municipal D. Miguel da Silva com base na aplicação de inquéritos a dois tipos de utilizadores (crianças e adultos) e aos funcionários da biblioteca de modo a obter um leque diversificado de opiniões sobre o nosso objecto de estudo.

A realização do estudo comparativo permitiu que fossem retiradas algumas ilações em relação ao papel desempenhado pela biblioteca pública no suporte à literacia, constatando-se que, na globalidade, os inquiridos têm uma opinião bastante positiva acerca do trabalho desenvolvido pela biblioteca nesta área. Da implementação deste estudo, concluímos que a biblioteca tem feito esforços no sentido de garantir a aquisição e a promoção de hábitos de leitura, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento das competências de literacia das crianças.

**Sharing books with children:  
The role of Portuguese Public libraries in supporting children literacy**

**Abstract**

Literacy includes the abilities to process written information in everyday life, assuring citizens an effective participation in the labour market, in society and in the full exercise of citizenship. Consequently, a weak mastery of basic skills like reading, writing and calculation restricts citizens' participation in social life as well as the exercise of their civil rights. In this manner, we consider that illiteracy is a factor of social exclusion, being quite clear that the education system, school and public libraries have the responsibility to address social inequalities through the adoption of appropriate pedagogical strategies that enable the formation of critical, reflexive and participant readers in social, economic and political issues.

Schools and libraries play a key role in developing literacy skills and should implement literacy practices that promote simultaneously the creation of reading habits and the taste for reading, thus ensuring the development of the reading competency. It is undeniable that educational agents play a crucial role in the development of the students' reading skills since they are responsible for the creation of reading opportunities in the context of the classroom or in libraries.

In a society marked by the prevalence of new information and communication technologies, it is essential to proceed with the development of information competencies which, apart from enabling autonomy construction and full citizenship, are indispensable tools for lifelong learning. We consider, thus, that the public library is a privileged place to the development of literacy, playing an important role in the process of formation of critical, active and intervening citizens through the promotion of competencies in the field of information literacy.

To assess the role of Portuguese public libraries in supporting children literacy, we have carried out a study at D. Miguel da Silva's municipal library based upon the application of surveys to two types of users (children and adults) and also to the library staff in order to obtain a wide variety of opinions about our study object.

The development of the comparative study has allowed us to draw some conclusions about the role played by public libraries in supporting literacy. We have noted that, in general, survey participants have a very positive opinion about the work of the library in this area. Through the implementation of this study, we concluded that the library has made some efforts to enable the acquisition and the promotion of reading habits, thus contributing to the development of children literacy skills.

## Índice

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO I - HISTORIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA EM PORTUGAL .....	12
1. Bibliotecas Públicas .....	12
2. Bibliotecas Itinerantes .....	19
3. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas .....	26
CAPÍTULO II - TIPOS E FORMAS DE LITERACIA .....	30
1. Conceito de Literacia .....	30
2. Tipos de Literacia .....	35
2.1. Literacia da Informação .....	35
2.2. Literacia Científica .....	40
2.3. Literacia Visual .....	44
CAPÍTULO III - O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO SUPORTE À LITERACIA .....	47
1. A Biblioteca Pública e a Sociedade da Informação .....	47
2. As Funções do Bibliotecário .....	56
3. A Biblioteca Pública e a Literacia .....	60
CAPÍTULO IV - TRABALHO DE CAMPO .....	68
1. Objecto de Estudo e Metodologia .....	68
2. Breve Caracterização da Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva .....	70
3. Análise dos Resultados .....	72
3.1. Inquéritos Aplicados às Crianças .....	72
3.2. Inquéritos Aplicados aos Utilizadores Adultos .....	77
3.3. Inquéritos Aplicados aos Funcionários .....	80
3.4. Análise Comparativa dos Resultados .....	83
CONCLUSÃO .....	90
BIBLIOGRAFIA .....	96
WEBGRAFIA .....	104
ANEXO I .....	105
ANEXO II .....	108
ANEXO III .....	112
ANEXO IV .....	123

## INTRODUÇÃO

No quadro da actual sociedade da informação e do conhecimento, a escola e a biblioteca constituem dois agentes educativos cuja principal missão é dar resposta aos desafios impostos pelo surgimento do novo paradigma informacional que acarretou um conjunto de transformações sociais, económicas e tecnológicas. Perante este cenário, houve necessidade de proceder a adaptações ao nível dos programas curriculares no sentido de garantir a execução das políticas educativas delineadas neste âmbito. A este respeito, partilhamos a opinião de Duarte (2007:21) para quem

*a escola acaba por ser chamada a reflectir e a repensar o seu papel educativo e formativo, de modo a implementar as medidas e as mudanças necessárias, para que no interior dela se criem e se disponibilizem os meios e as condições indispensáveis à formação de cidadãos críticos, reflexivos e interventivos nas arenas da vida pública.*

Do mesmo modo, é sabido que “as transformações tecnológicas (...) estão a modificar o mundo das bibliotecas e alterar subtilmente toda a estrutura organizativa dos seus serviços tradicionais”<sup>1</sup>, obrigando a biblioteca pública a redefinir o seu papel na sociedade. Face ao crescente desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, a biblioteca pública sentiu necessidade de proceder a um conjunto de reajustamentos ao nível das infra-estruturas e dos serviços disponibilizados de modo a dar uma resposta efectiva às exigências dos utilizadores. Atendendo ao facto de que os utilizadores não estão familiarizados com os serviços de rede da biblioteca nem com a utilização dos vários recursos de informação disponíveis, existe uma necessidade especial de aumentar o apoio prestado nesta área no sentido de melhorar as competências dos cidadãos no domínio da literacia da informação. Desta forma, a biblioteca pública deve implementar programas de formação de utilizadores de modo a promover a sua autonomia ao nível da pesquisa, selecção e tratamento da informação, proporcionando o acesso às inúmeras potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias da informação.

Neste contexto, a biblioteca pública que, até há bem pouco tempo, era vista apenas como um local de conservação dos fundos documentais, passou a desempenhar um papel de

---

<sup>1</sup> Vide Ângela Pereira (s.d.) *O Advento Digital e a nova missão da Biblioteca Pública*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <badinfo.apbad.pt/congresso8/comm6.pdf>

extrema importância na sociedade actual graças ao contributo que tem dado ao nível do combate às elevadas taxas de iliteracia evidenciadas pela população portuguesa. De facto, as principais atribuições da biblioteca prendem-se com o desenvolvimento das competências de literacia e o fomento da aprendizagem ao longo da vida através da organização de actividades conducentes à promoção de hábitos de leitura uma vez que o aperfeiçoamento da competência leitora constitui uma condição fundamental para a integração dos cidadãos na sociedade.

No que diz respeito à organização, o presente trabalho está estruturado em quatro partes distintas. No capítulo I debruçar-nos-emos sobre o historial da Biblioteca Pública em Portugal, desde a sua criação no século XVIII até à actualidade, dando particular destaque a alguns factos históricos que consideramos relevantes para a implementação das bibliotecas no nosso país. Neste âmbito, faremos referência à política cultural que caracterizou o regime liberal e que culminou com a criação de inúmeras bibliotecas públicas em vários distritos do território nacional.

A implantação da República viria também a introduzir algumas mudanças ao nível do funcionamento das bibliotecas públicas cuja regulamentação constava do decreto de 18 de Março de 1911 que reorganizou os serviços das bibliotecas e dos arquivos nacionais. A reforma republicana previa ainda o alargamento do livro às vastas camadas da população, recorrendo às bibliotecas como forma de combater a ignorância do povo português e promover o acesso à cultura. Para garantir a prossecução dos objectivos subjacentes à sua política educativa e biblioteconómica, o governo republicano promoveu algumas iniciativas conducentes à promoção do livro junto da população, destacando-se: a leitura domiciliária, as colecções móveis, as salas para crianças, a leitura no caminho-de-ferro, nos hospitais e nas prisões.

No que diz respeito às medidas implementadas pelo governo republicano, merece particular destaque a criação de bibliotecas móveis que passaram a funcionar na dependência das bibliotecas populares. No entanto, a concretização dos projectos republicanos foi dificultada por alguns condicionamentos decorrentes da instabilidade política que caracterizou a primeira república. De salientar também que o governo republicano se deparou com outro tipo de constrangimentos resultantes da inexistência de recursos técnicos e financeiros necessários para a implementação da sua política no âmbito da educação e da biblioteconomia.

Durante o Estado Novo, a situação da biblioteca pública era caótica uma vez que, nesta altura, as bibliotecas públicas desempenhavam apenas a função de locais de conservação dos fundos documentais. Por outro lado, os estabelecimentos que permitiam o acesso à leitura e à informação foram alvo de censura e de controlo por parte do governo salazarista, havendo inclusivamente inúmeros escritores, como por exemplo, João Medina, Artur Portela Filho e Bernardo Santareno, que foram perseguidos pela PIDE.

A conjuntura política que caracterizou o período após a implantação da democracia não permitiu grandes avanços ao nível do desenvolvimento das bibliotecas públicas em Portugal uma vez que os dirigentes políticos não consideravam a leitura pública uma questão

prioritária. Contudo, a situação da biblioteca pública viria a sofrer profundas alterações no seguimento da elaboração do Manifesto da Leitura Pública em 1983 que alertou para a importância da criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas como forma de combater os elevados índices de analfabetismo apresentados pela população portuguesa.

O capítulo II será dedicado à abordagem dos principais tipos e formas de literacia, nomeadamente a literacia da informação, a literacia científica e a literacia visual. No que concerne à literacia da informação, esta assume particular relevância no contexto da actual sociedade da informação uma vez que as transformações económicas, sociais e culturais decorrentes do seu surgimento obrigaram a uma mudança ao nível do paradigma educacional. Deste modo, torna-se imperioso implementar estratégias conducentes à promoção de competências de informação que possibilitem a localização e a selecção de informação por parte dos indivíduos. Com efeito, é fundamental que os cidadãos sejam capazes de interpretar a informação veiculada pelos inúmeros suportes de informação que proliferam na vida quotidiana, garantindo, desta forma, uma participação activa e efectiva na sociedade através do exercício dos seus direitos cívicos.

Em relação à literacia científica, salientamos, desde já, que este conceito foi alvo de inúmeras interpretações ao longo dos tempos o que conduziu ao surgimento de ideias divergentes relativamente ao modo como as actividades de literacia científica deveriam ser implementadas em contexto escolar. De sublinhar que, actualmente, se privilegiam as práticas educativas que promovem o envolvimento dos discentes na resolução de problemas relacionados com questões de natureza científica, tecnológica e ambiental. Neste contexto, “dado o papel fundamental dos cidadãos e das suas relações com problemáticas ambientais nas sociedades contemporâneas, pode legitimamente defender-se a necessidade de melhorar a compreensão pública das ciências” (Pedrosa & Leite, 2004: 4). Torna-se, pois, necessário implementar programas de literacia científica conducentes ao desenvolvimento de competências no domínio cognitivo que favoreçam a utilização do conhecimento científico e tecnológico por parte dos cidadãos, permitindo uma tomada de decisão consciente relativamente aos fenómenos científicos e tecnológicos que proliferam actualmente na sociedade.

No que diz respeito à literacia visual, e atendendo à enorme quantidade de imagens produzidas e divulgadas pelos meios de comunicação social, é fundamental proceder-se ao desenvolvimento de práticas pedagógicas de modo a educar os discentes para a comunicação visual. Deste modo, consideramos que os pressupostos subjacentes à literacia visual apontam no sentido da criação de oportunidades de aprendizagem que possibilitem uma reflexão crítica, por parte dos jovens, acerca do significado veiculado pelos textos visuais. De referir que as dificuldades sentidas pelos jovens ao nível da descodificação da mensagem visual resultam do facto de estes não dominarem os códigos que caracterizam a linguagem gráfica. Assim, para melhorar a literacia visual, os agentes educativos devem apostar em iniciativas pedagógicas que favoreçam a leitura analítica das imagens, possibilitando, deste modo, uma

apropriação do sentido transmitido pelos diversos textos visuais com os quais os indivíduos são confrontados no seu quotidiano.

O capítulo III aborda o papel das bibliotecas públicas no suporte à literacia, atribuindo particular relevância às orientações emanadas da UNESCO que se encontram consubstanciadas no Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas (*vide* anexo I), preparado em colaboração com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA). De acordo com este documento, “os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social.”<sup>2</sup> Além disso, os “serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas.”<sup>3</sup> Por outro lado, a biblioteca pública deve dar resposta às necessidades apresentadas pelos cidadãos em matéria de informação, cabendo ao bibliotecário o papel de intermediário entre os utilizadores e os recursos disponíveis. Atendendo à importância que o bibliotecário assume no contexto do actual paradigma informacional, faremos referência às suas competências pessoais e profissionais, dando ênfase às inúmeras funções associadas ao exercício da sua profissão. Com efeito, cabe aos bibliotecários implementar programas de desenvolvimento da literacia através da assinatura de protocolos com outras instituições educativas de forma a combater as elevadas taxas de iliteracia apresentadas pela população portuguesa. É, por isso, necessário promover actividades destinadas às crianças de modo a incentivar o seu gosto pela leitura e a promover a aquisição de hábitos de leitura. Salientamos, no entanto, que a promoção da leitura não deve ocorrer arbitrariamente, sendo fundamental que exista um planeamento prévio das tarefas a desenvolver neste domínio. Com efeito, para garantir a criação de novos públicos-leitores, é fundamental proporcionar às crianças momentos de interacção com livros adequados aos seus interesses e motivações de forma a tornar o acto de ler uma actividade aliciante.

O capítulo IV destina-se à realização de um trabalho de campo cujo principal objectivo é avaliar o papel desempenhado pela biblioteca pública no desenvolvimento das competências de literacia das crianças. Este estudo será desencadeado a partir da implementação de um inquérito junto de utilizadores e funcionários da Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva o que permitirá a identificação das estratégias de promoção de leitura levadas a cabo em contexto bibliotecário.

Antes de procedermos à análise dos resultados do trabalho de campo, faremos uma breve caracterização da biblioteca municipal através da identificação dos principais serviços e espaços colocados à disposição dos utilizadores. Considerámos pertinente proceder a esta descrição, pois através dela tomámos conhecimento dos objectivos delineados pela instituição

---

<sup>2</sup> Cf. MANIFESTO da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994) Consultado em 7 de Novembro de 2010, disponível em <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

e de alguns aspectos relevantes para o âmbito do presente trabalho, nomeadamente, as actividades realizadas pela biblioteca para garantir a promoção de hábitos de leitura das crianças e o conseqüente desenvolvimento das suas competências de literacia.

Em relação à metodologia adoptada para o tratamento dos dados, salientamos que esta é de natureza quantitativa o que possibilitará o apuramento da opinião dos inquiridos sobre o papel da biblioteca pública no suporte à literacia. Além disso, este tipo de abordagem permitirá uma recolha de dados rigorosa e objectiva acerca da temática em análise através da utilização de instrumentos padronizados, como é o caso dos questionários. Optámos por aplicar os inquéritos a quinze utilizadores infantis, quinze utilizadores adultos e treze funcionários da biblioteca de modo a obter uma amostra que nos permitisse esboçar algumas conclusões acerca do papel desempenhado pela biblioteca pública no suporte à literacia das crianças.

## HISTORIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA EM PORTUGAL

### 1. Bibliotecas Públicas

As primeiras bibliotecas nacionais surgem em meados do século XVIII, tendo como principal missão “juntar num mesmo edifício (...) o máximo de documentos e de testemunhos da cultura da Humanidade” em consonância com os princípios iluministas (Campos, 2004). Este autor acrescenta ainda que

*Na origem das Bibliotecas Nacionais, em meados do séc. XVIII, estava a ideia de que serviriam para reunir todo o saber existente, que se foi orientando, ao longo do séc. XIX para o objectivo de constituírem o depósito de toda a produção bibliográfica da nação, através do instrumento do depósito legal.<sup>4</sup>*

Segundo Pombo (s.d.), a política iluminista entendia a escola e a biblioteca como instituições que propiciavam simultaneamente a emancipação e a libertação do homem, assistindo-se, ao longo do século XVIII, “a importantes esforços de alfabetização e escolarização generalizada das populações e ao aumento considerável do número de bibliotecas públicas.”<sup>5</sup>

Com efeito, a política educativa empreendida pelo Marquês Pombal conduziu à reforma dos estudos, abrangendo simultaneamente a totalidade dos sectores do ensino: primeiras letras, ensino secundário técnico e de humanidades e ensino universitário. As medidas implementadas pelo Marquês de Pombal contribuíram para tornar Portugal um país pioneiro na organização de um sistema de ensino de primeiras letras, evidenciando, desde logo, uma nítida preocupação pelas questões de índole educativa.

Para H. Nunes (1996), após as reformas educativas levadas a cabo pelo Marquês de Pombal e graças à divulgação das ideias igualitárias oriundas da Revolução Francesa, a instrução deixou de ser considerada um privilégio de alguns, alargando-se a toda a população, o que teve obviamente algumas implicações nas bibliotecas.

É neste contexto que surge a primeira biblioteca pública portuguesa, designada Real Biblioteca Pública da Corte, fundada em 1796 por alvará régio de 29 de Fevereiro da rainha D. Maria I, constituída a partir das obras pertencentes à Real Mesa Censória.<sup>6</sup> Segundo H. Nunes (1996: 26), o objectivo desta biblioteca era “promover a literatura portuguesa e para o maior

---

<sup>4</sup> Vide Fernanda Campos (2004) *A Biblioteca Nacional e Cooperação Internacional*. Consultado em 28 de Setembro de 2010, disponível em

<[http://www.janusonline.pt/portugal\\_mundo/port\\_2004\\_2\\_18\\_h.html](http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2004_2_18_h.html)>

<sup>5</sup> Vide Olga Pombo (s.d.) *Museu e Biblioteca: A alma da escola*. Consultado em 28 de Setembro de 2010, disponível em <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/cadernos/museubib/index.htm>>

<sup>6</sup> A Real Mesa Censória foi criada a 5 de Abril de 1768, pelo Marquês de Pombal, com o fim de reformar o sistema de censura de livros que circulavam pelo Reino, procedendo a uma escolha das obras que, em Portugal, poderiam ser lidas sem ameaça de prejuízo para a política do Marquês de Pombal.

aproveitamento dos Vassallos que se dedicam à louvável cultura das Ciências e das Artes”, onde permaneciam guardados “os livros mais preciosos pela sua raridade e estimação, os monumentos mais respeitáveis das mesmas Artes e Ciências” (*ibidem*: 26). A Real Biblioteca Pública da Corte viria a ser transferida para o convento de S. Francisco da Cidade, transformando-se em Biblioteca Nacional em 1836<sup>7</sup>. Salientamos ainda que esta biblioteca ocupou “um lugar central como grande biblioteca patrimonial, cumprindo a vocação universalista (...) de reunião num mesmo espaço da totalidade da bibliografia nacional” (Barata, 2002: 39).

Neste âmbito, Campos (2004) sublinha que,

*A Biblioteca Nacional portuguesa, criada em 1796, não foi diferente nos seus propósitos e as colecções diversas que a compuseram desde o seu início, bem como a preocupação dos seus primeiros directores em consolidar e aumentar essas colecções adquirindo o máximo de obras fundamentais, são testemunho da visão que presidia à criação e manutenção das grandes bibliotecas enciclopédicas e universais que, nos países da Europa, iam sendo estabelecidas.*<sup>8</sup>

Efectivamente, todas as bibliotecas fundadas um pouco por toda a Europa, neste período, obedeciam ao “paradigma alexandrino de biblioteca (...) que aspira a reunir num único lugar todos os livros publicados, todo o conhecimento humano produzido” (Barata, 2002: 47). A conjuntura política e social que caracterizou o Liberalismo propiciou o florescimento de bibliotecas públicas por todo o país, permitindo, por conseguinte, a difusão de uma rede de leitura pública<sup>9</sup>.

*O movimento de renovação das mentalidades, por um lado, e a confiscação dos bens das ordens religiosas, por outro, levam o Governo a ordenar, em Agosto de 1836, que sejam criadas Bibliotecas Públicas nas capitais dos distritos, constituídas a partir das livrarias dos conventos extintos* (H. Nunes, 1996: 27).

---

<sup>7</sup> “Coincidindo com o triunfo liberal e consequência dele, inicia-se um longo e decisivo período da história da Biblioteca. Começará a chamar-se Nacional, pela nova lei de Dezembro de 1836 (...). Mudará também de instalações para, emblematicamente, se radicar num dos muitos edifícios «devolutos» por força da lei de extinção das Ordens Religiosas (masculinas), de Maio de 1834 - num dos mais vastos conventos de Lisboa (...). O Convento de S. Francisco passará, assim, em 1837 a ser compartilhado pela recém-criada Academia de Belas Artes, pela *Biblioteca Nacional* e pelo organismo constituído, por força das circunstâncias, para reunir e administrar as Livrarias e quadros dos conventos extintos”. Cf. Libório (1996: 17-18)

<sup>8</sup>Vide Fernanda Campos (2004) *A Biblioteca Nacional e Cooperação Internacional*. Consultado em 28 de Setembro de 2010, disponível em

<[http://www.janusonline.pt/portugal\\_mundo/port\\_2004\\_2\\_18\\_h.html](http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2004_2_18_h.html)>

<sup>9</sup> “A primeira biblioteca que surge com o advento do Liberalismo é a Real Biblioteca Pública da cidade do Porto, instituída por Decreto de 9 de Julho de 1833” (Rebello, 2002: 86). A este respeito, Ventura refere que (2002:59) “Com a emergência do liberalismo oitocentista surge uma nova atitude relativamente à leitura pública, que passa a ser assumida como um complemento ao sistema instrutivo. Neste contexto, é criada, em 1833, por ordenação de D. Pedro, a Biblioteca Pública do Porto, constituída a partir dos espólios particulares e de colecções originárias de livrarias de conventos e mosteiros, entretanto, desactivados.”

Assim, na sequência da extinção das ordens religiosas, foi criado, em 1834, o Depósito das Livrarias dos Conventos Extintos de modo a assegurar a “gestão criteriosa do património bibliográfico dos conventos extintos” (Barata, 2001: 38), procedendo, em simultâneo, à recolha, organização e distribuição dos inúmeros fundos documentais oriundos das ordens religiosas extintas. Com efeito, “foi só a partir da supressão das ordens religiosas no Continente (Decreto de 28 de Maio de 1834) que se criaram as condições para o nascimento de novas bibliotecas públicas” (Rebello, 2002: 86). Além disso, a ideia de organizar bibliotecas públicas em várias cidades do reino, através da incorporação dos espólios dos conventos extintos, resulta de influências provenientes de países como a França e a Espanha, onde esta medida já havia sido implementada.

Salientamos, no entanto, que “a política de afectação dos acervos bibliográficos dos conventos” (Barata, 2001: 38) obedecia a um conjunto de critérios que norteavam a acção da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Conventos Extintos, a saber: (1) os livros que abordavam um determinado assunto deveriam ser entregues às instituições cujos planos de estudo incidiam sobre essa temática; (2) as instituições públicas tinham prioridade na atribuição dos livros relativamente aos estabelecimentos privados; (3) a atribuição de livros às instituições privadas apenas podia ser efectuada depois de fornecidas as instituições públicas e unicamente a título de depósito<sup>10</sup>.

Os fundos documentais arrecadados no Depósito das Livrarias dos Conventos Extintos foram distribuídos pelas várias instituições criadas, sendo a Real Biblioteca Pública da Corte<sup>11</sup>, a principal beneficiária dos acervos bibliográficos provenientes das ordens religiosas extintas. A este propósito, Barata refere que (2001: 40)

*As instituições públicas, decorrendo da primazia que lhes era conferida pelo novo poder, foram as principais beneficiárias dos livros, quadros e objectos provenientes dos conventos extintos, designadamente os estabelecimentos de ensino gerais e especializados, os organismos da administração pública nacional (...) e as câmaras municipais que deveriam levar a cabo a criação de bibliotecas públicas ou municipais.*

Subjacente à constituição do Depósito das Livrarias dos Conventos Extintos estava naturalmente a ideia de implementar uma rede nacional de bibliotecas públicas, assistindo-se, entre as décadas 30 e 70 do século XIX, à criação de bibliotecas em várias cidades do reino, nomeadamente em Vila Real, Bragança, Viana do Castelo, Porto, Braga, Castelo

---

<sup>10</sup> “Deste modo, a sua acção alicerçou-se numa coerência de pressupostos, fazendo corresponder tipos de livros a tipos de instituições, privilegiando os institutos públicos em detrimento dos estabelecimentos privados, sobrepondo sempre o interesse geral aos interesses particulares, procurando corrigir as assimetrias regionais no acesso ao livro, dotando cada uma das capitais de distrito com uma biblioteca pública e com um liceu nacional equipado com biblioteca, procurando dotar os ministérios e outras instituições públicas e privadas de bibliotecas de apoio, gerais mas sobretudo especializadas, o que configura a existência de uma verdadeira política cultural liberal, no que diz respeito às bibliotecas, sólida do ponto de vista dos princípios, permanecendo independentemente dos ministros e para além das tendências dos governos” Cf. Barata (2001: 59).

<sup>11</sup> Segundo Barata (*ibidem*: 39) esta instituição “gozou da prerrogativa do exercício do direito de preferência na escolha dos livros do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos” o que contribuiu, em larga medida, para o aumento do seu espólio bibliográfico.

Branco, Coimbra, Guarda, Santarém, Évora, Portalegre e Faro (Barata, 2001). H. Nunes (1996) salienta ainda que as Bibliotecas Públicas criadas em Vila real (1839), Braga (1841) e Ponta Delgada (1845), se destinavam sobretudo aos estudos superiores ou ao ensino técnico, dadas às características das suas colecções e o público visado.

Os traços gerais da política cultural do regime liberal englobavam a “criação de uma biblioteca pública em cada capital de distrito, a criação de uma biblioteca especializada em cada uma das secretarias de estado, a criação de uma biblioteca geral em cada um dos liceus (...)” (Barata, 2001: 38) de modo a facilitar o acesso ao conhecimento por parte de todas as camadas da população.

A este propósito, Rebelo (2002: 91) refere que “Apesar do atraso existente neste domínio, nem sempre as autoridades e as populações se manifestaram de forma favorável ao desenvolvimento destas instituições, sobretudo quando elas envolviam um acréscimo de encargos para os municípios.” Efectivamente, “raras foram as iniciativas promovidas pelo Estado ou pelos municípios e, quase sempre fracassaram ao fim de pouco tempo” (*ibidem*: 98). Deste modo, “pode dizer-se que durante a primeira metade do século XIX, o número de bibliotecas instituídas foi insignificante” (*ibidem*: 98), havendo a registar, no entanto, alguns casos de sucesso. Estas bibliotecas deparavam-se, ainda assim, com alguns constrangimentos resultantes do facto de os seus fundos documentais serem “constituídos exclusivamente com espólios das antigas livrarias conventuais” (*ibidem*: 98), registando-se, por conseguinte, um predomínio de obras de índole religiosa. Neste sentido, é possível afirmar que os livros disponibilizados não estavam adequados às necessidades dos leitores, havendo uma nítida escassez de obras científicas. Além disso, a percentagem de livros impressos em português era significativamente inferior à percentagem de livros em latim<sup>12</sup> o que representava, sem dúvida alguma, um entrave à leitura por parte da maioria dos leitores.

Deste modo, “para suprir essas dificuldades e possibilitar a actualização dos fundos sem grandes investimentos, em Setembro de 1856, o Governo decidiu recorrer à iniciativa diplomática” (*ibidem*: 101) no sentido de angariar “alguns exemplares das obras científicas” (*ibidem*: 101) publicadas no Brasil e nos Estados Unidos. Igual iniciativa foi desenvolvida junto dos governos das principais cidades europeias, tendo sido obtida resposta por parte das autoridades suecas que se disponibilizaram a enviar os *Anais da Academia Sueca das Ciências* e um conjunto de obras publicadas por acção governamental. Salientamos, ainda, que a partir da segunda metade do século XIX, graças à influência dos ideais da “Revolução Francesa de 1848, intensifica-se o espírito associativo, a necessidade da discussão política, da leitura e da fundação de bibliotecas” (*ibidem*: 101).

Face ao exposto, é possível afirmar que ao longo do Liberalismo, assistimos ao surgimento de um novo conceito de biblioteca, sendo que esta passou a ser entendida como

---

<sup>12</sup> “Tomando como exemplo o inventário dos livros do Depósito das Livrarias de Lisboa entregues na Biblioteca Nacional em 1841 (...), pode verificar-se que, em cerca de 177 000 obras, apenas 33 000 estavam impressas em português (...). A língua latina predominava (47%), seguida à distância da espanhola (19%), portuguesa (17%) e francesa (12%) Cf. Rebelo (2002: 99).

um “espaço de instrução<sup>13</sup>, de cultura, de estudo, de cidadania e até de sociabilidade, procurando abarcar diversas classes e estratos sócio-profissionais e mais largas camadas da população” (Barata, 2001: 45). Deste modo, consideramos que “O liberalismo consubstancia (...) a emergência da noção de biblioteca pública<sup>14</sup> por oposição ao modelo de biblioteca privada que vigorava no antigo regime”, servindo sobretudo “comunidades privadas e restritas de utilizadores” (*ibidem*:46) e constituindo-se única e exclusivamente como um espaço de meditação de acesso reservado.

É também durante este período que a biblioteca pública passar a ser considerada uma instituição responsável pelo progresso económico. Tal como refere Rebelo (2002: 104) “ao fornecer conhecimentos elementares dos vários ramos das artes e das técnicas melhora-se o saber-fazer e as qualidades produtivas das classes laboriosas.”

A par da fundação de Bibliotecas Públicas, procedeu-se, de igual modo, à criação de bibliotecas especializadas destinadas a prestar apoio à administração pública, proporcionando, por conseguinte, “um desempenho profissional consistente e tecnicamente sustentado” (Barata, 2001: 44). Deste modo, aproveitando os fundos documentais oriundos do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, foi estabelecida “nas diferentes Secretarias de Estado - Reino, Fazenda, Justiça, Marinha, Guerra e Negócios Estrangeiros - uma biblioteca da temática relativa à respectiva área funcional” (*ibidem*: 44).

A implantação da República em 1910 introduziu algumas mudanças de fundo no conceito de biblioteca, sendo que as bibliotecas públicas passaram a ser vistas como “autênticos Palácios de Leitura que deviam servir para ensinar, informar e distrair, criando hábitos de leitura e pondo o cidadão ao corrente dos negócios públicos” (H. Nunes, 1996: 28).

O governo republicano promulgou, em 18 de Março de 1911, um decreto com o intuito de reorganizar os “serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionaes, dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial” (Ribeiro, 2008: 45), tendo o governo nomeado, a título vitalício, dois inspectores, um destinado à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e outro à Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis. “No que toca à organização biblioteconómica, a reforma republicana veio introduzir alterações muito significativas, nomeadamente na instituição de diferentes categorias de bibliotecas - eruditas, populares e móveis”<sup>15</sup>, deixando antever, desde logo, “a criação de uma verdadeira rede de âmbito nacional.”<sup>16</sup>

Para atingir os objectivos nos domínios da educação e biblioteconomia, foram disponibilizados um conjunto de meios (leitura domiciliária, colecções móveis, salas para

---

<sup>13</sup> Efectivamente, “(...) para além da sua função de disponibilização de livros, as bibliotecas públicas, tornam-se, na Europa, nos finais do século XIX, em instituições destinadas a promover valores da burguesia liberal como a instrução pública e a elevação moral e espiritual, transformando-se, muitas vezes, para além de espaços de acesso ao livro, em lugares de encontro, de discussão, de argumentação, livremente acessíveis a todos públicos.” Cf. Ventura (2002: 36).

<sup>14</sup> Para Rebelo (2002: 26), as “Bibliotecas públicas serão as instituições que prosseguem fins gerais e se destinam a servir indiscriminadamente todos, sejam elas promovidas pela iniciativa do Estado, dos municípios ou das associações e particulares.”

<sup>15</sup> *A afirmação e o desenvolvimento da técnica arquivística* (de 1887 à actualidade). Consultado em 3 de Outubro de 2010, disponível em <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1681.PDF>

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*

crianças, leitura no caminho de ferro, hospitais e prisões) de modo a facilitar o acesso ao livro às vastas camadas da população. No entanto, o governo republicano não conseguiu pôr em prática os seus propósitos devido, em parte, à instabilidade política, à ausência de meios técnicos e financeiros e “à inexistência de um organismo que sensibilizasse os municípios quanto à importância das bibliotecas” (Ribeiro, 2008: 29).

Durante a ditadura Salazarista, o papel desempenhado pelas bibliotecas públicas na sociedade era bastante reduzido, assumindo apenas a função de estabelecimentos destinados unicamente à conservação do património bibliográfico. Com efeito, “Nas bibliotecas públicas, o espírito de conservação prevaleceu sempre sobre a noção de serviço aberto a toda a comunidade, os leitores eram considerados quase corpos estranhos, as colecções raramente actualizadas” (*ibidem*: 30).

Além disso, são impostas sérias restrições no “acesso à leitura e à informação, pois impede-se de fornecer ao público quaisquer livros, revistas e panfletos que contenham doutrinas imorais e contrárias à segurança do estado” (*ibidem*: 29). Neste sentido, a censura e as restrições impostas à liberdade de expressão e de pensamento dificultaram, em larga medida, o papel das bibliotecas.

Apesar da instauração da democracia no seguimento da Revolução dos Cravos, o panorama cultural português não sofreu grandes alterações, uma vez que os dirigentes políticos não consideravam a leitura pública uma questão prioritária. Tal como refere Ventura (2002: 61), “Em 1974, constata-se mesmo um decréscimo do número de bibliotecas em funcionamento, relativamente a dados da década de 1960, não se registando qualquer alteração significativa desta tendência até ao final da década de 1980.”

Em 1983, realizou-se um seminário em Lisboa sobre “Animação de Bibliotecas” promovido pelo Instituto Português do Livro em conjunto com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas do qual resultou a elaboração do Manifesto da Leitura Pública em Portugal que, além de lançar “pistas de trabalho importantes para a definição de uma política nacional de leitura pública” (H. Nunes, 1996: 31) alertou também “para a inexistência de uma verdadeira prática de leitura pública em Portugal” (*ibidem*: 31). Segundo este autor,

*Os hábitos de leitura dos portugueses traduziam-se em índices alarmantes e, se tal se podia atribuir a razões estruturais decorrentes do sistema de ensino e de uma alta taxa de analfabetismo, é evidente que a inexistência de uma rede de bibliotecas públicas agravou esta situação (ibidem: 31).*

Numa comunicação<sup>17</sup> apresentada ao 1.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas realizado no Porto em 1985, Henrique Barreto Nunes dá conta da situação caótica em que se encontravam as Bibliotecas Públicas portuguesas através da análise dos aspectos mais relevantes. No que diz respeito às instalações, H. Nunes (1996)

---

<sup>17</sup> “Bibliotecas e Leitura Pública em tempo de mudança” In: NUNES, Henrique (1996) “Da Biblioteca ao Leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal”, pp. 39-79

refere que grande parte das Bibliotecas Públicas portuguesas se localizava em edifícios antigos, apresentando espaços compartimentados cuja arquitectura dificultava, de certo modo, a criação de espaços polivalentes bem como a racionalização dos circuitos. Além disso, as bibliotecas não ofereciam quaisquer condições de conforto aos seus utilizadores, sendo pouco flexíveis e funcionais na forma como organizavam os espaços existentes.

Relativamente aos fundos documentais, o mesmo autor alerta para a inexistência de um fundo de tipo enciclopédico que abrangesse todas as áreas do conhecimento, considerando as colecções existentes desajustadas e, por esse motivo, incapazes de dar resposta às principais solicitações dos utilizadores. Por outro lado, o acesso às estantes estava bastante condicionado, sendo, em número reduzido, as bibliotecas que disponibilizavam “estantes classificadas em livre acesso, devidamente sinalizadas” (H. Nunes, 1996: 55).

Ao contrário do que acontecia noutros países, em Portugal privilegiava-se fundamentalmente o livro como único registo de informação, relegando para segundo plano outros suportes de informação (discos, diapositivos, videocassetes) igualmente importantes. Neste sentido, partilhamos a opinião de H. Nunes (*ibidem*: 56) para quem “a ignorância deste tipo de materiais põe, a prazo, em risco a própria sobrevivência das bibliotecas e, em última análise, o desenvolvimento da leitura.”

Para agravar esta situação, constata-se que a biblioteca pública continua a desempenhar quase que exclusivamente a função de conservação de documentos, onde as actividades de promoção e divulgação são precárias ou praticamente inexistentes. Quanto aos recursos humanos, a situação é deveras preocupante, na medida em que “grande número de bibliotecas não possui pessoal qualificado, sendo muito poucas as que dispõem de bibliotecários profissionais” (*ibidem*: 56) o que dificulta, por assim dizer, a prestação eficiente dos serviços de acolhimento aos utilizadores.

Perante o diagnóstico do panorama das bibliotecas públicas portuguesas, era imperioso tomar medidas para alterar este estado de coisas, sendo de primordial importância a implementação de um programa conducente à criação de uma rede de bibliotecas públicas. Consciente da importância assumida pela biblioteca na divulgação do livro e de outros suportes de informação, o Estado formaliza a sua vontade de implementar um projecto de desenvolvimento da rede de leitura pública através da promulgação de legislação específica sobre as bibliotecas públicas. Estavam, assim, reunidas as condições para a criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, assunto que será abordado de forma detalhada num outro capítulo do presente trabalho.

## 2. Bibliotecas Itinerantes

O governo republicano pretendia, através da fundação de bibliotecas populares, implementar também bibliotecas móveis em várias localidades do país, tornando, por conseguinte, os livros úteis aos cidadãos e permitindo o acesso à leitura domiciliária. Conforme mencionado no capítulo anterior, o decreto de 18 de Março de 1911 institucionalizou a criação de bibliotecas móveis que funcionariam na dependência das bibliotecas populares. Decorridos três anos após a sua institucionalização e com base num relatório elaborado por Augusto Pereira de Bettencourt Ataíde referente ao período em que exercera o cargo de Inspector das Bibliotecas Populares e Móveis, é possível afirmar que

*naquela data as bibliotecas móveis ainda não tinham começado a funcionar e que só no orçamento geral do Estado para o ano económico de 1914-1915 foi, pela primeira vez, consignada a verba de 2.000 escudos para a sua organização, bem como concedida a autorização para o transporte gratuito das bibliotecas móveis nas linhas férreas estatais (Ribeiro, 2008: 104).*

Segundo Ribeiro (2008), Augusto Ataíde contribuiu de forma empenhada para assegurar a concretização do projecto republicano, tendo proposto um conjunto de medidas para regulamentar a organização administrativa dos serviços das bibliotecas móveis. Assim, Ataíde *apud* Ribeiro (*ibidem*: 104) propôs que “todos os livros destinados à constituição de bibliotecas móveis fossem lançados num registo de entrada geral, sendo depois distribuídos por cada uma das referidas bibliotecas com o número desse registo, consignado em livro privativo.” Através deste procedimento seria possível efectuar a fiscalização desejada, facilitando, de igual modo, a identificação do grau de cultura apresentado por cada uma das várias localidades com base no número de habitantes que utilizasse os serviços das bibliotecas móveis.

Foram criadas algumas bibliotecas móveis na dependência da Biblioteca Popular de Lisboa que passou a funcionar como instituição autónoma no final de 1918, tendo como principal função “assegurar o serviço das bibliotecas móveis na sua área de intervenção” (*ibidem*: 106). A este propósito, Ribeiro (*ibidem*: 104) refere que “das 50 bibliotecas móveis, com um total de 7.102 volumes que a Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis confiou à Biblioteca Popular de Lisboa, para as fazer circular”, apenas 24 bibliotecas móveis estavam em funcionamento em 1920.

Neste sentido, parece-nos que a política republicana não foi bem sucedida nos seus propósitos em resultado de um conjunto de constrangimentos que impediram, sem dúvida alguma, a implementação de projectos no domínio da política educativa. “De facto, o projecto ambicioso dos republicanos, apesar do vanguardismo da legislação, não conseguiu impor-se de forma consistente e consolidada, devido a problemas estruturais, em particular no plano financeiro” (*ibidem*: 109).

Tal como refere Ribeiro (2008), a mudança de regime político ocorrida na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, desencadeou alterações de fundo ao nível da política educativa e cultural. Como era expectável, “os ideais republicanos em prol de uma cultura erudita, coexistindo com a instrução do povo, veiculada em grande parte pela difusão do livro e da leitura, por meio das bibliotecas populares, não vão ter grandes seguidores no quadro do novo regime” (*ibidem*: 111).

Neste contexto, as medidas legislativas implementadas pelo novo regime nos domínios da biblioteconomia e arquivística visavam única e exclusivamente a redução dos encargos financeiros suportados pelo Estado, promovendo, por conseguinte, uma maior autonomia e uma descentralização dos serviços. Durante este período, ocorre ainda a reestruturação dos serviços da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, consubstanciada através do Decreto n.º 13.726 promulgado em 27 de Maio de 1927 onde se estabelece que “as bibliotecas populares passariam a ter receita própria «fornecidas pelas regiões que elas vão directamente interessar» ficando o Estado apenas «com o encargo de lhes dar o primeiro impulso, continuando a despende com elas pouco mais do que até agora estava gastando»” (*ibidem*: 117).

Convém salientar, no entanto, que esta nova orientação na política direccionada para as bibliotecas se traduziu numa total desresponsabilização por parte do Estado relativamente a este sector, impossibilitando, desta forma, o desenvolvimento da rede de bibliotecas populares. Com efeito, o diploma de 1927 continha orientações precisas relativamente ao modo como deveria ser efectuada a organização dos serviços de leitura pelas bibliotecas populares.

Assim,

*O art. 18.º do diploma, que determinava que «as juntas gerais dos distritos e a Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis estabelecerão acordos para a organização dos serviços de leitura nas áreas da sua jurisdição, mediante contribuição das primeiras com a dotação necessária, extraída das suas receitas ordinárias» nunca se traduziu numa efectiva concretização, pelo que as bibliotecas populares acabaram por ser entregues a si mesmas e sem o apoio imprescindível para funcionarem adequadamente (*ibidem*: 117).*

Além disso, este diploma impunha também sérias limitações à liberdade de expressão e ao acesso à informação, deixando transparecer, desde logo, a vertente conservadora e controladora do novo regime. De acordo com art.º 21 do decreto 13.726 cit. por Ribeiro (*ibidem*: 117) “É absolutamente vedado fornecer ao público das bibliotecas populares e móveis quaisquer livros, revistas e panfletos que contenham doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado.” Segundo Ribeiro (2008), apesar da promulgação de um conjunto de decretos estruturantes com medidas inovadoras na área das bibliotecas, o que é certo é que essa reforma não teve repercussões práticas por ter tido uma duração efémera. Durante o

Estado Novo<sup>18</sup>, assistimos a uma diminuição considerável no número de bibliotecas em funcionamento, restando apenas 19 estabelecimentos com uma utilização bastante reduzida. A este respeito, Neves (s.d.) salienta que

*Nesta fase, as bibliotecas tinham como objectivo primordial a conservação do património bibliográfico e aquelas que permitiam o acesso à leitura e à informação faziam-no sobre o controlo da censura à documentação, não fosse aquela contrária à segurança do Estado.*<sup>19</sup>

Alguns autores consideram, no entanto, que o início efectivo da biblioteca itinerante em Portugal acontece somente em 1953 por iniciativa de António José Branquinho da Fonseca, conservador-bibliotecário a exercer funções no Museu-Biblioteca do Conde Castro Guimarães, em Cascais. Nesse ano, circulava já um carro-biblioteca que se deslocava regularmente “até às associações, escolas e lugares centrais das povoações, proporcionando, através do empréstimo domiciliário, o acesso ao livro pela população”<sup>20</sup>

Em 1958, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu implementar, sob a direcção de Branquinho da Fonseca, um serviço semelhante ao que havia sido criado em Cascais, alargando-o a todo o território nacional, incluindo os arquipélagos dos Açores e Madeira. Segundo Neves (s.d.),

*o objectivo essencial era promover e desenvolver o gosto pela leitura e elevar o nível cultural dos cidadãos, assentando a sua prática no princípio do livre acesso às estantes, empréstimo domiciliário e gratuidade do serviço. Estas bibliotecas constituíram durante muitos anos a única possibilidade de acesso ao livro a diversas faixas etárias e sociais da população, particularmente do interior.*

Com efeito, a criação das bibliotecas itinerantes foi motivada pela necessidade de levar o livro até às populações mais desfavorecidas que habitavam zonas rurais e apresentavam poucos recursos económicos e meios de deslocação escassos. Apesar da instalação da rede de bibliotecas itinerantes ter sido dada como concluída em Dezembro de 1961, nem todas as localidades do país estavam abrangidas pelos serviços de leitura disponibilizados pelas bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian. Ainda assim, um ano após a conclusão da rede, circulavam já em território nacional 47 bibliotecas itinerantes que

---

<sup>18</sup> A este propósito, Ventura (2002:61) refere que “(...) no advento do Estado Novo, o panorama das bibliotecas em Portugal era confrangedor, pois além do seu número escasso, encontravam-se mal apetrechadas e o seu papel sociocultural era marginal. Não obstante algumas medidas legislativas afirmarem a intenção de desenvolver uma rede de leitura e cultura popular a partir da Biblioteca Popular de Lisboa, a censura de livros, revistas e panfletos com “doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado” tornaria as bibliotecas existentes cada vez mais inoperantes. Acrescenta ainda que “Das 68 bibliotecas existentes em 1919, mais de metade possuía menos de 2.000 volumes e, em 1926, apenas circulavam 19 das 50 bibliotecas móveis criadas seis anos antes, sendo os índices de utilização bastante reduzidos.”

<sup>19</sup> Vide Rui Neves (s.d.) *Bibliotecas em movimento: as bibliotecas móveis em Portugal*. Consultado em 26 de Setembro de 2010, disponível em <<http://www.bibliobuses.com/documentos/ruineves.pdf>>

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*

serviam cerca de 300 000 leitores sendo que o número de livros emprestados rondava os 3 milhões.

*Na sequência desta actividade surgiram novas bibliotecas fixas, sediadas nas localidades de concelho mais povoadas e instaladas em edifícios municipais, organismos culturais, hospitais e prisões, dando origem ao Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian, o qual dispunha de 159 unidades (52 itinerantes e 107 fixas) (Neves, s.d.).*

As bibliotecas itinerantes ou carros-biblioteca transportavam “cerca de dois mil volumes arrumados nas estantes” (Neves, s.d.), segundo uma determinada ordem. Assim, “Nas prateleiras de baixo, encontram-se os livros para crianças, nas prateleiras do meio a literatura de ficção, de viagens e biografias e, por fim, nas de cima os livros menos procurados, de filosofia, poesia, ciência e técnica” (*ibidem*).

Segundo Melo *apud* Neves (s.d.), a selecção do fundo documental destas bibliotecas obedecia a um conjunto de critérios específicos, valorizando-se essencialmente a leitura formativa e informativa através da inclusão de uma grande variedade de temáticas. Por outro lado, a gestão do fundo documental era feita em Lisboa na sede do serviço.

*Após a criação das bibliotecas fixas, em várias localidades do país, estas passaram a funcionar também, como depósitos, ou seja, a cada biblioteca itinerante correspondia uma dotação de 15 a 20 000 volumes, que satisfiziam já grande parte da população residente e que aguardavam, em simultâneo, a sua vez de percorrerem as localidades (ibidem).*

Estas unidades móveis circulavam em localidades que abarcavam mais do que um concelho, “permitindo, após o cumprimento das formalidades de inscrição e requisição, o empréstimo dos livros por períodos de um mês, prorrogáveis, sendo até possível efectuar reservas” (*ibidem*).

Como vimos, o funcionamento das bibliotecas itinerantes era assegurado pelas bibliotecas fixas<sup>21</sup> e por dois elementos que ocupavam cargos distintos. Um deles desempenhava a função de encarregado da biblioteca, responsável por orientar as escolhas do leitor e o outro exercia apenas o cargo de auxiliar. O indivíduo que assumia o posto de encarregado não tinha de ser obrigatoriamente detentor de um curso específico, precisando apenas de ser alfabetizado, evidenciar alguns conhecimentos de cultura geral, demonstrar gosto pela leitura e predisposição para estabelecer contacto com os potenciais leitores (Melo *apud* Neves).

---

<sup>21</sup> “A partir de 1966, a rede passou a combinar as 15 unidades iniciais itinerantes a um conjunto de bibliotecas fixas, que viriam progressivamente a desempenhar um papel mais relevante no desenvolvimento da leitura pública em Portugal, marcando um ponto de viragem que importa sublinhar. Em 1972, a Fundação Gulbenkian tinha em funcionamento uma rede de 60 bibliotecas itinerantes e 166 fixas, facto assinalável considerando que o número total de bibliotecas era de 301.” Cf. Ventura (2002:61)

Segundo D. Melo (2004: 2) “a leitura oferecida pela Gulbenkian obedeceu a delicados compromissos, designadamente quanto ao público privilegiado e à oferta bibliográfica”. A este respeito, salientamos que a selecção das obras que constituíam os fundos documentais das bibliotecas móveis se efectuava consoante as características apresentadas pelas várias faixas etárias (crianças, adolescentes e adultos), valorizando-se, essencialmente, a literatura, embora estivessem também contempladas as restantes áreas da Classificação Decimal Universal.

D. Melo (*ibidem*: 7) refere que “Desde o início que o projecto bibliotecário da FCG previa a possibilidade dos leitores solicitarem o empréstimo de obras que as suas bibliotecas não possuíam, o que foi uma inovação no país.” Tal situação implicava obrigatoriamente a necessidade de os leitores justificarem o seu pedido por escrito, aguardando deferimento por parte do Director do Serviço. Facilmente se depreende pelo exposto que este “sistema não era totalmente livre, revelando mesmo bastante centralismo” (*ibidem*: 7) e arbitrariedade por parte do director que condicionava, deste modo, as escolhas do leitor.

Outro aspecto importante estava relacionado com a orientação da leitura por parte dos encarregados das bibliotecas. Com efeito, as orientações emanadas do Serviço de Bibliotecas Itinerantes apontavam para a necessidade dos encarregados aconselharem os leitores a optarem por livros de autores portugueses como forma de divulgação da cultura portuguesa (D. Melo, 2004).

Outra das incumbências do encarregado era verificar se os livros requisitados estavam adaptados ao grau de cultura e de desenvolvimento intelectual do leitor, podendo mesmo recusar o empréstimo de certos livros a crianças e adolescentes que não se adequassem à sua capacidade de compreensão. Competia, de igual modo, a estes funcionários zelar para que os livros emprestados abrangessem a maior diversidade possível de autores, assuntos e áreas. Assim, ao verificarem que um leitor requisitava apenas obras de ficção, os encarregados das bibliotecas deveriam sugerir-lhes outro tipo de leitura, nomeadamente livros que incidissem sobre história, viagens e divulgação científica. Numa circular, enviada para os serviços das Bibliotecas Itinerantes, Branquinho da Fonseca realça o facto de que estas bibliotecas não podiam integrar, nos seus fundos, “obras eruditas, de especialização científica, ou em línguas estrangeiras” (D. Melo, 2004: 8) devido “às suas características fundamentalmente populares” (*ibidem*: 8).

No que diz respeito à avaliação dos livros, esta estava a cargo de uma Comissão de Leitura, constituída por elementos maioritariamente externos à Fundação Calouste Gulbenkian, cuja principal função era verificar se as obras sujeitas à sua apreciação tinham qualidade suficiente para integrar o espólio documental da Fundação (D. Melo, 2004). Ao efectuar a apreciação das obras, esta Comissão contribuía, assim, para a renovação das bibliotecas itinerantes através da selecção de títulos novos “de forma a assegurar o permanente interesse dos leitores”<sup>22</sup>. Além disso, “Essa mesma Comissão deu parecer sobre

---

<sup>22</sup> “Três anos de actividade” (1962), Boletim Informativo, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 6, p. 208. Consultado em 30 de Outubro de 2010, disponível em <[www.leitura.gulbenkian.pt/boletim\\_cultural/files/I\\_06.pdf](http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/I_06.pdf)>

originais de livros para crianças, promovendo, assim, de maneira indirecta o desenvolvimento dessa forma de literatura (...)"<sup>23</sup>

Esta comissão era também responsável pela orientação da leitura, procedendo a uma distribuição dos livros em função dos grupos etários (crianças, adolescentes e adultos) e do grau de dificuldade de leitura e interpretação (muito fácil, fácil e difícil). Para distinguir cada uma destas categorias era utilizada uma sinalética<sup>24</sup> própria através da colocação de uma etiqueta de cor diferente na lombada do livro. De acordo com D. Melo (2004: 20) "Para as crianças e os adolescentes existia uma cor específica, o verde, que ascendia de posição na lombada do livro à medida que aumentava a idade aconselhada".

Salientamos ainda que "A existência de quarenta e sete bibliotecas itinerantes e de trinta e seis bibliotecas fixas, disseminadas por todo o País e funcionando em regime de autonomia, exige um permanente e atento serviço de inspecção"<sup>25</sup>. Deste modo, aos inspectores eram disponibilizados mapas e calendários de serviço para que estes pudessem, sem aviso prévio, verificar o cumprimento dos horários<sup>26</sup> por parte das bibliotecas, controlando, simultaneamente, o modo como a leitura estava a ser orientada por parte do encarregado.

Apesar de inicialmente o Serviço das Bibliotecas Itinerantes ter sido criado para suprir as necessidades dos adultos que não foram além da instrução primária, constatou-se que afinal este serviço era procurado, essencialmente, por um público mais jovem e estudantil. Deste modo, as bibliotecas itinerantes tornaram-se um complemento da escola primária, tendo-se verificado que as crianças que obtinham maior aproveitamento escolar eram, efectivamente, aquelas que frequentavam as bibliotecas. "Pela variedade da sua leitura, as bibliotecas permitem também a descoberta de vocações, facilitando critérios de opção para a escolha das profissões ou o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos."<sup>27</sup>

Neste sentido, consideramos que o Serviço de Bibliotecas Itinerantes deu um contributo importante para o desenvolvimento da leitura pública em Portugal até à criação da Rede de Bibliotecas Públicas pelo Estado. A partir de 1987, assistimos à implementação gradual do Programa Nacional de Leitura Pública que visava, essencialmente, a construção de

---

<sup>23</sup> "Três anos de actividade" (1962), Boletim Informativo, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 6, p. 208. Consultado em 30 de Outubro de 2010, disponível em <[www.leitura.gulbenkian.pt/boletim\\_cultural/files/I\\_06.pdf](http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/I_06.pdf)>

<sup>24</sup> A sinalética servia também para consagrar alguns casos especiais. Assim, uma "tira vermelha colocada obliquamente nas capas" sinalizava que aqueles livros, dado "o seu conteúdo", só poderiam ser "emprestados a pessoas adultas com formação moral e desenvolvimento intelectual averiguados (circular 6, de V/1959). Esta "marcação especial" implicava ainda que tais livros estariam guardados "em depósito reservado", representando uma excepção ao regime de livre acesso às estantes. Tal marca seria apenas em livros já sinalizados na lombada como "livros difíceis e para adultos, o mesmo é que dizer que só acessíveis e próprios para pessoas com grau de desenvolvimento e de cultura superiores à generalidade" Cf. D. Melo (2004: 20)

<sup>25</sup> "O Serviço de Inspeção" (1962), Boletim Informativo, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 6, p. 212. Consultado em 30 de Outubro de 2010, disponível em <[www.leitura.gulbenkian.pt/boletim\\_cultural/files/I\\_06.pdf](http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/I_06.pdf)>

<sup>26</sup> "Cada biblioteca itinerante cumpre, ao longo do mês, um calendário de serviço, com horários certos, de forma a permitir a visita periódica às cidades, vilas e aldeias da região que lhe é adstrita." In "O Serviço de Inspeção" (1962), Boletim Informativo, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 6, p. 212. Consultado em 30 de Outubro de 2010, disponível em <[www.leitura.gulbenkian.pt/boletim\\_cultural/files/I\\_06.pdf](http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/I_06.pdf)>

<sup>27</sup> "Bibliotecas Itinerantes em Portugal" (1962), Boletim Informativo Lisboa, SBIF-FCG, n.º 6, p. 204. Consultado em 30 de Outubro de 2010, disponível em <[www.leitura.gulbenkian.pt/boletim\\_cultural/files/I\\_06.pdf](http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/I_06.pdf)>

bibliotecas mais modernas em conformidade com os princípios do Manifesto da Unesco, tendo contribuído para o decréscimo progressivo do número de efectivos do Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian.

O Serviço da Biblioteca Itinerante, renomeado Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura em 1993, viria a ser extinto em Dezembro de 2002, tendo-se verificado uma progressiva diminuição no número de bibliotecas a partir da década de 80. Em contrapartida, houve um sucessivo aumento no número de unidades móveis fora da rede Gulbenkian que incorporavam já sistemas informáticos e multimédia.

Actualmente, assistimos ao ressurgimento das bibliotecas móveis graças à criação de bibliotecas públicas municipais que disponibilizam recursos às populações mais afastadas dos centros urbanos. Segundo Neves (s.d.), “Verifica-se, pois, que, a partir da segunda metade dos anos 90, o número de bibliotecas itinerantes aumentou, assumindo-se como serviço de extensão da biblioteca municipal.”

### 3. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

A criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas em 1987<sup>28</sup> (inicialmente denominada Rede Nacional de Leitura Pública) foi formalizada pela Secretaria de Estado da Cultura através do Despacho n.º 23/86 e do Decreto-Lei n.º 11/87. A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas surgiu no âmbito de um programa implementado pelo então Instituto Português do Livro e da Leitura cujo principal objectivo era dotar todos os concelhos do país de uma biblioteca pública. Efectivamente, “o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) desenvolveu e aplicou desde 1987 um plano de leitura pública<sup>29</sup>, através do apoio à criação de bibliotecas públicas municipais.”<sup>30</sup>

O Instituto Português do Livro e da Leitura viria a fundir-se com a Biblioteca Nacional em 1992, dando origem ao Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. No entanto, a disparidade ao nível das metodologias dificultou a concretização da fusão entre os dois organismos, sendo que estas duas organizações se mantiveram distintas, embora regidas pela mesma lei orgânica.

Em 1997, foi criado o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, sob a tutela do Ministério da Cultura, com o intuito de executar a política de cobertura nacional da rede de bibliotecas públicas. Dez anos mais tarde, viria a ser criada a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas para suceder ao Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, tendo-lhe sido atribuídas as mesmas funções.

A Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas dispõe de um programa de apoio às bibliotecas municipais, onde estão definidos os objectivos gerais a observar na criação de bibliotecas públicas. Além de prestar apoio financeiro, este organismo disponibiliza também apoio técnico aos municípios, através do acompanhamento da criação, instalação e desenvolvimento de serviços da biblioteca.

---

<sup>28</sup> De 1987 até à actualidade a política nacional para o sector das bibliotecas públicas esteve a cargo de três organismos diferentes: o Instituto Português do Livro e da Leitura - IPLL (1987), o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro - IBL (1992) e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (1997), que se mantém até hoje. Estes organismos que resultam de momentos distintos de intervenção política no sector foram responsáveis pela elaboração, na totalidade, de nove programas de apoio correspondendo aos anos de 1987, 1989, 1992, 1994, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002 (actualmente em vigor) Cf. Figueiredo (2004: 64).

<sup>29</sup> Com efeito, “Até há cerca de quinze anos não existia em Portugal uma política estruturada de leitura pública. Com excepção das bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, que desempenhavam (...) uma função pioneira no domínio da promoção do livro e da leitura, criando uma rede de bibliotecas itinerantes que se estendeu a quase todo o país, e de um reduzido número de bibliotecas municipais que prestavam serviços razoavelmente eficazes, a maioria das bibliotecas existentes encontravam-se instaladas em edifícios velhos, acanhados e desconfortáveis, os fundos documentais eram extremamente pobres e desactualizados, os financiamentos irrisórios, as actividades de animação, quando existiam, eram demasiado elitistas ou eruditas e o livre acesso às estantes não era facultado” Cf. Ventura (2002: 67).

<sup>30</sup> “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais” (2009), Ministério da Cultura, DGLB, p. 2, Consultado em 14 de Novembro de 2010, disponível em <<http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/programaBibliotecas/Paginas/ProgramaApoioBibliotecasMunicipais.aspx>>

De acordo com este programa, os fundos documentais<sup>31</sup> das bibliotecas apoiadas por este projecto devem abranger todas as áreas do conhecimento, disponibilizando o acesso ao seu catálogo através da Internet de modo a permitir a reserva electrónica dos documentos. Além disso, a biblioteca deve dispor de espaços e equipamentos adequados que facilitem a consulta da documentação existente nas suas instalações e o acesso a fontes de informação remotas. Relativamente ao pessoal, o programa estabelece que este deve ser em número suficiente de forma a possibilitar um horário alargado e ajustado às necessidades da população.

O programa define também três tipos de biblioteca, em função do número de habitantes existentes em cada concelho. Assim, a Biblioteca Municipal 1 destina-se a concelhos com menos de 20 000 habitantes; a Biblioteca Municipal 2 para concelhos que apresentem uma população entre 20 000 e 50 000 habitantes; a Biblioteca Municipal 3 destinada a servir concelhos com mais de 50 000 habitantes.

De referir, no entanto, que em caso de dispersão da população por vários núcleos urbanos, é conveniente que o dimensionamento da biblioteca seja equacionado em função da população da sede de concelho e dos restantes agregados populacionais sobre os quais possa exercer alguma atracção.

*Por outro lado, esse dimensionamento deve ter em consideração a necessidade de tornar a biblioteca o centro de uma rede concelhia, capaz de cobrir de forma efectiva toda a área do município, através da criação de pólos, de bibliotecas itinerantes ou outras que, em qualquer caso, devem ser referenciadas no momento de apresentação do processo de candidatura.*<sup>32</sup>

De modo a assegurar a execução da política nacional de leitura pública, foram estabelecidos contratos-programas<sup>33</sup> entre a administração central e as autarquias com o objectivo de instituir um programa de cooperação entre o Ministério da Cultura e os municípios. Estes contratos têm um período de vigência de cinco anos, competindo aos municípios a responsabilidade pela criação e pelo funcionamento das bibliotecas. Por seu lado, cabe à administração central disponibilizar apoio técnico e financeiro que possibilite a criação destes estabelecimentos.

---

<sup>31</sup> Os fundos bibliográficos são definidos em função do tipo de biblioteca:

- BM1 - Fundo inicial de 10.000 monografias para adultos, 4.000 para crianças e 1.500 a serem adquiridas anualmente;
- BM2 - Fundo inicial de 25.000 monografias para adultos, 9.000 para crianças e 3.000 a serem adquiridas anualmente;
- BM3 - Fundo inicial de 35.000 monografias para adultos, 12.000 para crianças e 4.000 a serem adquiridas anualmente; Cf. Nunes Henrique (1998:2)

<sup>32</sup> “Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais” (2009), Ministério da Cultura, DGLB, p. 2. Consultado em 14 de Novembro de 2010, disponível em <<http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/programaBibliotecas/Paginas/ProgramaApoioBibliotecasMunicipais.aspx>>

<sup>33</sup> “Dos 304 municípios existentes na altura, 178 declararam de imediato a intenção de participar no programa de criação de uma Rede de Bibliotecas Municipais, tendo sido, em seguida, assinados os primeiros contratos-programa.” Cf. Ventura (2002: 62).

Para Figueiredo (2004: 62),

*O modelo de execução adoptado, traduzido no Programa Rede Nacional de Bibliotecas Municipais, assenta no conceito de biblioteca pública definido pelo Manifesto da UNESCO, documento universal orientador do que se entende ser a biblioteca pública e a política que deve presidir à sua criação e desenvolvimento, podendo-se afirmar que o manifesto constituiu, e continua a constituir, um instrumento base que sustenta a política de desenvolvimento das bibliotecas públicas portuguesas.*

Segundo o Manifesto da UNESCO<sup>34</sup>, as missões da Biblioteca Pública são: (a) criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; (b) apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis; (c) assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa; (d) estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens; (e) promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; (f) possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo; (g) fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural; (h) apoiar a tradição oral; (i) assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; (j) proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse; (k) facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; (l) apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Neste documento, preparado em conjunto com IFLA, são também dadas algumas orientações relativamente ao funcionamento das bibliotecas públicas. Assim, os serviços disponibilizados por estes estabelecimentos devem ser gratuitos, sendo a sua criação e financiamento da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Por outro lado, os serviços, além de estarem adaptados às necessidades das zonas rurais e urbanas, devem também estar fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade o que implica, desde logo, a existência de edifícios bem localizados, proporcionando boas condições para a leitura e o estudo. Além disso, para assegurar a coordenação das bibliotecas, é fundamental definir e promover uma rede nacional de bibliotecas que leve em linha de conta as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, bem como as bibliotecas escolares e universitárias.

Para que os utilizadores beneficiem de todos os recursos existentes, o Manifesto recomenda também a implementação de programas de formação de modo a permitir o uso adequado dos serviços disponibilizados. Face ao exposto conclui-se que

*as novas bibliotecas públicas adoptaram como referência o conjunto de missões que se encontra expresso no Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas, sobretudo na*

---

<sup>34</sup> Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. Consultado em 7 de Novembro de 2010, disponível em <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>

*sua versão actualizada em 1994, integrando os novos desafios que a chamada sociedade da informação veio colocar, designadamente, (...) o aparecimento de novos públicos, o desenvolvimento de novas formas de iliteracia e a emergência das novas tecnologias da informação. (Ventura, 2002: 80)*

Deste modo, a biblioteca pública deve procurar dar resposta aos novos desafios impostos pela sociedade da informação, introduzindo mudanças ao nível da sua organização e funcionamento de modo a permitir o acesso a um conjunto diversificado de suportes de informação. Neste âmbito, o projecto da biblioteca deve abranger um projecto específico de utilização das TIC que suporte simultaneamente a gestão da biblioteca, a prestação de serviços e a participação em redes electrónicas.

A temática da sociedade da informação, bem como as implicações resultantes da introdução das novas tecnologias no contexto da biblioteca pública serão abordadas de forma mais aprofundada num outro capítulo, onde faremos referência às mudanças implementadas ao nível da estrutura organizativa da biblioteca pública de modo a enfrentar os desafios decorrentes da emergência deste novo paradigma informacional.

## TIPOS E FORMAS DE LITERACIA

### 1. Conceito de Literacia

O conceito de literacia é um termo complexo e abrangente que tem vindo a sofrer inúmeras alterações em termos de significado fruto das transformações sociais, económicas, políticas e tecnológicas ocorridas na sociedade nas últimas décadas. Salientamos, desde já, que até meados da década de 60, este conceito traduzia apenas a capacidade de usar as competências de leitura, escrita e cálculo adquiridas ao longo da escolarização. No entanto, vários autores consideravam esta definição bastante restrita uma vez que não abarcava a complexidade e a diversidade associadas à aplicação deste conceito. Assim, nas décadas subsequentes, começaram a surgir outras perspectivas que apontavam para a emergência de um novo conceito de literacia mais abrangente. Por conseguinte, a literacia passou a ser entendida como

*a set of practices defined by social relations and cultural processes - a view exploring the range of uses of literacy in the entire spectrum of daily life from the exercise of civil and political rights through matters of work, commerce and childcare to self-instruction, spiritual enlightenment and even recreation (UNESCO, 2004: 10).*

O termo literacia engloba um conjunto vasto de dimensões uma vez que os indivíduos aplicam e utilizam os seus conhecimentos literácitos em inúmeras circunstâncias da vida quotidiana, todas elas moldadas por condições culturais, históricas, religiosas, sociais e económicas. Segundo a definição apresentada pela UNESCO (2004: 13), a literacia constitui

*(...) the ability to identify, understand, interpret, create, communicate and compute, using printed and written materials associated with varying contexts. Literacy involves a continuum of learning in enabling individuals to achieve their goals, to develop their knowledge and potential, and to participate fully in their community and wider society.*

A UNESCO sublinha, assim, a importância da literacia enquanto meio que permite que os indivíduos atinjam os seus objectivos e desenvolvam os seus conhecimentos através de uma participação activa na sociedade, garantindo, desta forma, o exercício pleno dos seus direitos cívicos.

À semelhança do que tem vindo a suceder em inúmeros países, vários autores portugueses adoptaram uma definição de literacia que vai ao encontro daquela que foi divulgada pela UNESCO. Assim, Benavente, Rosa, Costa & Ávila (1996: 22) consideram que “(...) a literacia designa as capacidades de processamento de informação escrita na vida

quotidiana, sendo concebida como uma chave para o sucesso escolar e para uma efectiva participação no mercado de trabalho, na comunidade e no exercício da cidadania.” Com efeito, “são inúmeros os exemplos de contacto que, diariamente, os indivíduos têm com a informação escrita e nos quais têm de efectuar operações cognitivas, de menor ou maior grau de exigência” (Gomes, 2005: 70) o que implica o domínio de competências básicas no âmbito da leitura, escrita e cálculo<sup>35</sup>.

Segundo Benavente et al. (1996: 147)

*O conceito de literacia remete precisamente para a capacidade de processar informação escrita na vida quotidiana, isto é, para a utilização das competências de leitura, escrita e cálculo para além do contexto escolar de aprendizagem, possibilitando assim a actualização permanente de um conjunto de capacidades, de forma a dar resposta às exigências, sempre novas, da sociedade.*

Neste âmbito, partilhamos a opinião de Coutinho & F. Azevedo (2009: 253), para quem “o conceito de literacia não é só a aquisição de um conjunto de habilidades e conhecimentos, mas também, e sobretudo, é o obter de um conjunto de práticas sociais relacionadas com a leitura e a escrita num determinado contexto específico.” Por conseguinte, consideramos que

*(...) a definição de literacia vai para além da mera compreensão e descodificação de textos, para incluir um conjunto de capacidades de processamento de informação que os adultos usam na resolução de tarefas associadas com o trabalho, a vida pessoal e os contextos sociais (Silva, 2007).*

Face ao exposto, depreende-se que o termo literacia não se restringe unicamente à capacidade de ler e escrever, sendo fundamental a aquisição de competências que assegurem a formação integral do indivíduo<sup>36</sup> e a aprendizagem ao longo da vida. Convém sublinhar que “The acquisition of literacy is a lifelong process - taking place not just at school or through formal learning but also through interactions with peers, colleagues and wider communities” (PISA, 2000: 17). Além disso, “Fifteen-year-olds cannot be expected to have learned everything they will need to know as adults, but they must have a solid foundation of knowledge in areas such as reading, mathematics and science” (*ibidem*: 17), o que lhes permitirá uma participação efectiva na sociedade enquanto cidadãos activos e intervenientes.

---

<sup>35</sup> Com efeito, “nos quadros de vida contemporâneos, grande parte da capacidade de enfrentar satisfatoriamente uma infinidade de pequenos episódios recorrentes, praticamente incontornáveis no decurso do dia-a-dia (por exemplo, consultar um horário de transportes públicos ou uma lista telefónica, fazer compras domésticas ou movimentar uma conta bancária), ou de realizar certos actos pontuais mas com implicações decisivas para a vida de cada um (como a candidatura a um emprego ou a compra de uma casa), depende da posse de competências básicas de leitura, escrita e cálculo e da respectiva utilização nessas circunstâncias”. Cf. Benavente et al. (1996: 45-46).

<sup>36</sup> Para F. Azevedo (2009: 1), “a literacia, potenciando a interacção social e estimulando o raciocínio crítico e a comunicação abstracta, é utilizada para desenvolver o conhecimento e a compreensão e para assegurar a formação efectiva e integral da pessoa.”

Neste contexto, “the international community no longer sees literacy as a mere stand-alone skill, but instead as a social practice contributing to broader the purposes of lifelong learning” (*ibidem*: 10). Deste modo, consideramos que a literacia enquanto prática social contribui de forma significativa para assegurar a concretização dos pressupostos subjacentes à aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado, é importante não esquecer que

*The prosperity of countries now derives to a large extent from their human capital and the opportunities available for their citizens to acquire knowledge and skills that will enable them to continue learning throughout their lives.*<sup>37</sup>

Nesta ordem de ideias, “A literacia não é algo de estático (...) é antes algo que (...) se deve adaptar às circunstâncias do momento, exigindo, porém, do sujeito vontade de alargar os seus conhecimentos, uma curiosidade constante, espírito crítico e uma boa capacidade de resposta a novos desafios” (Pinto, 2002: 369).

Segundo Alçada (2005: 1), o termo literacia tem sido usado preferencialmente “para salientar que a competência leitora deve permitir a todos uma utilização plena da informação escrita”, acrescentando que “as práticas tradicionais de ensino da leitura e da escrita, oferecidas pela escola, se têm revelado bastante ineficazes não assegurando a todos um verdadeiro domínio” (*ibidem*: 1). Constatamos, deste modo, que a escola

*nem sempre adopta as estratégias pedagógicas apropriadas, e não estabelece as relações com os contextos sociais envolventes mais adequados à aprendizagem efectiva das capacidades de leitura, escrita e cálculo por parte das crianças, em particular das provenientes dos meios sociais mais desmunidos de recursos económicos e culturais.* (Silva, 2007: 5).

A este respeito, Silva (2007) refere ainda que os países mais desenvolvidos têm sido confrontados, desde o início da década de 80, com elevadas taxas de iliteracia, uma vez que grande parte dos adultos alfabetizados demonstram, actualmente, profundas dificuldades na utilização da informação disponível nos mais variados suportes.

De acordo com o estudo publicado em 1996 e coordenado por Ana Benavente, a maior parte da população portuguesa apresentava níveis baixos e muito baixos de literacia, evidenciando, por conseguinte, sérias lacunas no processamento da informação escrita na vida quotidiana. Assim, “Estes indivíduos vêm, deste modo, diminuídas as respectivas capacidades de participação na vida social, em planos como os do exercício da cidadania, das possibilidades profissionais e do acesso à cultura” (Silva, 2007: 5).

Com efeito, o fraco domínio das capacidades de leitura, escrita e cálculo condicionam negativamente a entrada no mundo do trabalho, o acesso aos bens culturais e a participação activa do cidadão na vida social. Deste modo, consideramos que os indivíduos com elevadas

---

<sup>37</sup> Literacy Skills for the World of Tomorrow - Further results from PISA 2000, pág. 3

competências no âmbito da literacia têm uma forte autonomia bem como um acesso facilitado à informação e à cultura através da leitura de jornais, revistas e livros o que torna possível o exercício pleno da sua cidadania<sup>38</sup> (Ávila, 2007).

Segundo os autores responsáveis por aquele estudo, parece haver uma estreita relação entre o grau de escolaridade e os níveis de literacia apresentados pela população adulta, constatando-se que “os indivíduos com o ensino secundário e com o ensino superior são, como seria de esperar, (...) os que apresentam níveis de literacia mais elevados” (Benavente et al., 1996:130). Salientamos, no entanto, que a relação existente entre os níveis de literacia e o grau de escolaridade não é unidireccional, na medida em que os indivíduos com o mesmo grau de instrução nem sempre apresentam um nível de literacia idêntico. Esta situação resulta, essencialmente, das diferenças em termos de aproveitamento escolar associadas às discrepâncias manifestadas ao nível da aquisição de competências no seio de segmentos da população com graus de instrução formal idênticos (Benavente et al., 1996).

Neste âmbito, concluímos que a escola “não adopta as estratégias pedagógicas e não estabelece as relações com os contextos sociais envolventes mais adequados à aprendizagem efectiva (...) por parte das crianças, em particular das provenientes de meios sociais mais desprovidos de recursos económicos e de competências de literacia” (*ibidem*: 142). Este estudo revelou ainda que “as competências de literacia vão melhorando gradualmente com as sucessivas gerações da população” (*ibidem*: 142) o que significa que a faixa etária é uma variável determinante na identificação dos níveis de literacia da população. Assim, constatou-se que os grupos etários mais jovens apresentam níveis de literacia mais elevados comparativamente com as camadas mais idosas, visto que “as gerações mais velhas são menos escolarizadas do que as gerações mais novas” (*ibidem*: 131), permitindo-lhes, por conseguinte, a obtenção de resultados mais satisfatórios ao nível das práticas literácitas. Por outro lado, a literacia é

*uma condição fundamental no acesso às posições mais favoráveis na estrutura social, o que significa que, na presença de qualificações escolares semelhantes, a posse de melhores competências de literacia tende a constituir um factor que pode favorecer a inserção profissional dos indivíduos* (Ávila, 2007: 308).

Do mesmo modo, é sabido que com os desenvolvimentos tecnológicos ocorridos nas sociedades contemporâneas “as oportunidades de emprego tenderão a ser, cada vez mais correlativas da posse de qualificações escolares e, sobretudo, da capacidade de utilizar

---

<sup>38</sup> Para Benavente et al. (1996: 405), “As relações entre literacia e cidadania surgem como incontornáveis na vida social do mundo de hoje. A participação cívica e política nos espaços de relacionamento social actuais, a escalas mais circunscritas ou mais amplas, em intervenções de carácter local ou associativo, na acção política regional ou nacional, nas redes ou fóruns internacionais requer, como condição crescentemente indispensável, níveis suficientes de literacia. Estes aspectos e os anteriores - isto é, a capacidade de emprego, o acesso à cultura e a participação cívico-política - são, pois, domínios em que, nas sociedades contemporâneas, a posse de competências de literacia pode fazer a diferença entre situações de exclusão social ou, pelo menos, de vulnerabilidade tendencial a essa exclusão, e situações de cidadania efectiva, com possibilidades do respectivo exercício em tudo o que ao processamento de informação escrita diz respeito.”

competências e saberes, de formas progressivamente mais exigentes, na actividade profissional” (Benavente et al., 1996: 136-137).

Neste sentido, não podemos deixar de considerar a iliteracia<sup>39</sup> como um factor de exclusão social, cabendo ao sistema educativo e às bibliotecas escolares e públicas combater as desigualdades sociais com base na adopção de estratégias pedagógicas adequadas que possibilitem a formação de leitores críticos, reflexivos e participativos nas questões sociais, económicas e políticas. Deste modo, consideramos que a escola e a biblioteca desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da literacia, devendo implementar práticas literárias que promovam, em simultâneo, a criação de hábitos de leitura e o gosto pela leitura, garantindo, por conseguinte, o desenvolvimento da competência leitora. É indiscutível que os agentes educativos exercem um papel crucial no desenvolvimento da competência leitora dos alunos na medida em que são responsáveis pela criação de oportunidades de leitura em contexto de sala de aula.

Constatamos, lamentavelmente, que as graves lacunas apresentadas pelos alunos ao nível da compreensão textual se repercutem de forma negativa no seu rendimento escolar, condicionando, deste modo, a sua futura integração no mundo do trabalho e na sociedade. Por outro lado, para garantir uma educação para a literacia é fundamental assegurar o acesso dos cidadãos a uma diversidade de materiais escritos de qualidade de modo a permitir “a criação de oportunidades de leitura, as quais, como a investigação demonstrou, geram uma maior apetência dos sujeitos por uma leitura de fruição, estimulando-os a desenvolver as suas técnicas e as suas competências, bem como os seus hábitos de leitura” (F. Azevedo, 2009: 7). Assim, é importante tomarmos consciência da importância que a leitura e a literacia assumem quer na aprendizagem ao longo da vida quer no exercício pleno da cidadania.

Para melhorar os níveis de literacia da população é essencial promover “a prática continuada da leitura” (Delgado-Martins, Costa & Ramalho, 2000: 147), sem a qual “o domínio da linguagem escrita não passará de uma miragem” (*ibidem*: 147). Neste sentido, o desenvolvimento da competência leitora assume particular importância no quadro do actual paradigma educacional uma vez que “a utilização da informação requer competências próprias, a que se junta, no caso de a fonte de informação ser escrita, um bom domínio da leitura” (*ibidem*: 147).

---

<sup>39</sup> Para Hecquard (1996: 392) “l’illettrisme n’est pas seulement un problème d’éducation et de culture, mais essentiellement un problème de vie sociale. Être illettré c’est avoir une vie quotidienne plus compliquée (difficile à remplir le moindre formulaire, à utiliser les chèques, à se repérer sur une carte ou un plan...), connaître une vie sociale entravée, se mettre à l’écart de la vie démocratique.”

## 2. Tipos de Literacia

### 2.1. Literacia da Informação

O conceito de literacia da informação está associado às transformações sociais e tecnológicas ocorridas nos últimos anos que foram responsáveis pelo aparecimento da sociedade da informação<sup>40</sup>. Tal como refere Silva (2007: 7), a sociedade da informação caracteriza-se “sobretudo pela aceleração dos processos de produção e de disseminação da informação e do conhecimento” e “pelo elevado número de actividades produtivas que dependem da gestão de fluxos informacionais, aliado ao uso intenso das novas tecnologias de informação e comunicação.” Para Webster *apud* Furtado (2000: 283), a informação constitui “uma parte essencial da organização do quotidiano e de grande parte do trabalho” na medida em que “as indústrias que ocuparam o centro da economia nos últimos quarenta anos têm como negócio a produção e distribuição do saber e da informação, mais do que objectos” (*ibidem*: 283). M. Azevedo & Gouveia (s.d.) também corroboram esta ideia ao afirmarem que “a informação é a principal matéria-prima da nova economia; uma peça fundamental nos processos de controlo, tomada de decisão e resolução de dificuldades.”<sup>41</sup>

Neste sentido, assistimos ao surgimento de uma sociedade “que do ponto de vista social e cultural tem a ver com o novo estatuto do saber e do conhecimento” (Furtado, 2000: 284), salientando o facto de “que nesta mudança assume um papel relevante a expansão das novas tecnologias da informação e comunicação” (*ibidem*: 284). A este respeito, Castells *apud* Furtado (2000: 286) considera que estamos perante o surgimento “de uma nova estrutura social associada à emergência de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, (...) em que a fonte de produtividade reside na tecnologia de geração de conhecimento, processamento de informação e comunicação simbólica”. Deste modo, consideramos que há uma estrita correlação entre as novas tecnologias da informação e comunicação e a própria sociedade da informação, obrigando ao desenvolvimento de competências no âmbito da literacia da informação.

Assim e “como era de esperar, a problemática da literacia informacional tornou-se um tema recorrente a partir do momento em que o termo “sociedade da informação” ganha popularidade” (Correia, 2010: 60). Neste âmbito, a literacia da informação “é constituída por

---

<sup>40</sup> “A expressão ‘Sociedade da Informação’ refere-se a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. (...) Esta alteração do domínio da actividade económica e dos factores determinantes do bem-estar social é resultante do desenvolvimento das novas tecnologias da informação, do audiovisual e das comunicações, com as suas importantes ramificações e impactos no trabalho, na educação, na ciência, na saúde, no lazer, nos transportes e no ambiente, entre outras” Cf Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (2007: 9).

<sup>41</sup> Vide Marta Azevedo & Luís Gouveia (s.d.) *Repensar a missão da biblioteca pública na gestão das TIC*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <[www.iadis.net/dl/final\\_uploads/200303L015.pdf](http://www.iadis.net/dl/final_uploads/200303L015.pdf)>

um conjunto de conhecimentos e capacidades<sup>42</sup> (...) que qualquer pessoa instruída precisa para funcionar de forma eficaz numa sociedade tecnológica e rica em informação” (Taylor *apud* Correia, 2010: 60).

De acordo com a *American Library Association*, a literacia da informação é entendida como “a set of abilities requiring individuals to recognize when information is needed and have the ability to locate, evaluate, and use effectively the needed information” (Welsh & Wright, 2010: 1). Do mesmo modo, Tyner *apud* Warnick (2002: 7) refere que a literacia da informação é a capacidade de “identify, find, evaluate, and use information. It includes distinguishing primary from secondary information, checking content accuracy, determining the source of information, and otherwise assessing the credibility and quality of information resources.” Além disso, a literacia da informação “forms the basis for lifelong learning and is common to all disciplines, to all learning environments, and to all levels of education” (*ibidem*: 1).

É do conhecimento geral que a informação ganha cada vez mais importância na sociedade actual, provocando consequências a nível económico, social, político e cultural que se repercutem, indiscutivelmente, no mundo do trabalho<sup>43</sup>. Com efeito, o mundo do trabalho está a sofrer profundas transformações decorrentes das mudanças tecnológicas e económicas, exigindo uma actualização permanente e regular por parte do indivíduo. De facto,

*Vivemos num mundo de profunda transformação na sociedade, na economia e na cultura, onde as TIC desempenham um papel globalizador, transformando a vida e as condições de trabalho. O mundo do trabalho é marcado pela flexibilidade, adaptação à mudança, capacidade de gerir a informação e o conhecimento, maior interacção social. Um mundo que obriga à aprendizagem ao longo da vida e a níveis mais elevados de escolarização e de desempenho* (Calçada, 2009: 26).

Além disso, o desenvolvimento das tecnologias da informação contribuiu para o surgimento de pedagogias centradas no aluno que valorizam fundamentalmente a sua capacidade de *aprender a aprender*. Perante os novos conceitos de ensino e de aprendizagem não faz sentido esperar que os alunos se limitem a reproduzir os conteúdos transmitidos pelo professor, sendo indispensável proceder à selecção e implementação de estratégias que possibilitem o desenvolvimento das habilidades de informação. Por outro lado, torna-se fundamental adoptar medidas “que estimulem a resolução de problemas, dotando os alunos

---

<sup>42</sup> “Taylor descreveu aqueles conhecimentos e capacidades do seguinte modo: a) conhecimento da disponibilidade de recursos de informação; b) capacidade de utilizar aqueles recursos; c) capacidade de avaliar a fiabilidade ou validade dos dados ou da informação; d) capacidade de identificar problemas; e) capacidade de reconhecer o nível e o âmbito da informação requerida para lidar com um problema; f) capacidade de aplicar e comunicar informação a outrem, de forma apropriada à situação.” Cf. Correia (2010: 60).

<sup>43</sup> A este respeito, Teixeira & Gaspar (s.d.) consideram que “Paralelamente aos desenvolvimentos tecnológicos acelerados, à explosão do volume de informação disponível e à constante diversificação dos meios e suportes para o respectivo acesso, assiste-se à alteração nos padrões de trabalho, com um apelo crescente à utilização de conhecimento especializado e de capacidades de pesquisa, análise e síntese, que permitam a transformação da informação em conhecimento.”

dos instrumentos necessários à aprendizagem ao longo da vida e a um mundo em mudança, onde as premissas económicas, sociais, culturais e de emprego, têm vindo a conhecer alterações profundas” (*ibidem*: 30). Por esse motivo, consideramos que “As competências necessárias actualmente para sobreviver, tanto no trabalho como nas actividades de lazer, para o exercício de uma cidadania plena, ou para a participação na vida da comunidade, para o crescimento pessoal e expressão cultural, são bastante mais exigentes, complexas e amplas” (*ibidem*: 27). Deste modo, “if one is not aware of or does not possess the skills to access information quickly, to evaluate this information, and to use this information to create new products and materials, he/she may lose out on valuable economic and social opportunities” (Welsh & Wright, 2010: 8).

Perante a emergência da sociedade de informação, foram implementados vários modelos de literacia da informação ao longo dos anos com o intuito de facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades de informação por parte dos indivíduos. É do conhecimento de todos que “A necessidade de saber interpretar, seleccionar e utilizar a informação recebida diariamente em diferentes suportes é de grande relevância para a qualidade de vida e participação activa dos cidadãos” (Whitfield, 2009: 103) uma vez que “a capacidade de resposta a questões diárias e o desafio de interpretar informação é facilitada com a aquisição das competências da LI” (*ibidem*: 103). Ao participarem de forma activa e efectiva na sociedade da informação, os cidadãos melhoram a sua qualidade de vida por serem capazes de interpretar “melhor a informação que os circunda, saber quais os seus direitos e serviços disponíveis, obter formação que carecem para o trabalho, educação e lazer, praticar passatempos e exercer direitos cívicos, entre outros” (*ibidem*: 103). A este propósito, Braga & Lopes (s.d.) referem que

*Desde finais da década de 90, vêm-se produzindo internacionalmente (...) modelos e referenciais de literacia, por várias bibliotecas e associações profissionais, a serem aplicados no ensino, como referências para os agentes educativos envolvidos e incentivando à tão necessária aprendizagem ao longo da vida.*<sup>44</sup>

Marland citado por Calixto (s.d.) apresenta um modelo de literacia destinado aos alunos do ensino não superior, sendo constituído por um conjunto de nove competências fundamentais na realização de qualquer trabalho de pesquisa. De acordo com este modelo, devem ser contempladas as seguintes etapas: (1) formulação e análise de necessidades; (2) identificação e avaliação de fontes de informação; (3) identificação e localização de recursos específicos; (4) selecção e rejeição de recursos; (5) utilização de recursos; (6) registo e organização da informação; (7) análise, síntese e avaliação da informação; (8) apresentação da informação; (9) avaliação do trabalho realizado.

---

<sup>44</sup> Vide Inês Braga & Maria da Conceição Lopes (s.d.) *Literacia como fundamento da cidadania*. Consultado em 30 de Novembro de 2010, disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/.../paper/.../105>>

Por seu lado, a associação de bibliotecas nacionais e académicas do Reino Unido e da Irlanda desenvolveu um outro modelo de literacia da informação que englobava um conjunto de padrões destinados aos estudantes do ensino superior, tendo definido sete competências distintas, a saber: (1) reconhecer a necessidade de informação; (2) encontrar formas de tratamento da informação; (3) implementar estratégias de localização da informação; (4) localizar e aceder à informação; (5) comparar e avaliar a informação recolhida; (6) organizar e comunicar a informação aos outros, adequando-a à especificidade de cada situação; (7) sintetizar e adicionar informação de modo a contribuir para a criação de novos conhecimentos.

Segundo Herring citado por Calixto (1996) o desenvolvimento das habilidades de informação deve ocorrer em contexto escolar e de acordo com as seguintes etapas: (1) **planeamento** - é essencial proceder à definição de objectivos, identificação de recursos, selecção de estratégias e de mecanismos de avaliação em qualquer trabalho de aprendizagem; (2) **localização e recolha** - os alunos devem ser informados acerca da existência de fontes de informação fora da escola, como por exemplo, as bibliotecas públicas, tornando-se fundamental o treino na utilização dessas fontes. Assim, deve privilegiar-se a realização de actividades de pesquisa bibliográfica bem como a pesquisa em catálogos informatizados; (3) **selecção e avaliação** - a informação deve ser criteriosamente seleccionada em função do fim a que se destina, sendo necessário grande capacidade crítica e avaliativa. Os alunos devem saber pesquisar e relacionar entre si diversas informações nos mais variados suportes, revelar espírito crítico e apresentar a informação de uma forma clara, concisa e persuasiva; (4) **organização e registo** - durante a realização de uma pesquisa, deve proceder-se ao registo da informação recolhida no sentido de permitir futuras utilizações. Deste modo, os alunos devem ser ensinados a tomar notas, fazer resumos e citações, desenvolvendo em simultâneo a sua capacidade de organização da informação; (5) **comunicação e realização** - a capacidade de dar a conhecer os resultados do processo de produção de conhecimento através da realização de um trabalho ou mediante a resposta a uma questão de um teste indiciam o grau de aquisição das aprendizagens; (6) **avaliação** - a avaliação constitui o ponto de partida para novas aprendizagens, permitindo quer a identificação dos aspectos positivos e negativos de um trabalho quer a comparação dos resultados obtidos com os objectivos delineados durante a fase do planeamento.

De acordo com os princípios preconizados pela *American Library Association* citados por Gonçalves (2009), um indivíduo que tenha adquirido competências no âmbito da literacia da informação é capaz de: (1) aceder à informação de forma eficaz e eficiente; (2) avaliar, de forma crítica, as diversas fontes de informação de acordo com critérios de relevância, objectividade e pertinência; (3) incluir a informação recolhida nos seus conhecimentos; (4) compreender as questões políticas, sociais, económicas e legais associadas ao uso da informação; (5) usar e partilhar a informação de modo eficaz com o intuito de alcançar um objectivo específico;

Face ao exposto, consideramos que a literacia da informação desempenha um papel de extrema importância no quadro do actual paradigma educacional, sendo fundamental que os indivíduos adquiram e desenvolvam competências de informação. Além disso, o paradigma educacional vigente valoriza a aprendizagem ao longo da vida em detrimento da mera aquisição de conhecimentos o que significa que a aquisição de competências no âmbito da literacia da informação assume particular relevo na actualidade. As competências de informação, além de possibilitarem a construção da autonomia e o exercício da cidadania, constituem ferramentas indispensáveis para a aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado,

*o domínio das competências de informação possibilita ao aprendiz (...) a liberdade de escolha do seu percurso de pesquisa de informação, através do reconhecimento das suas necessidades, das diferentes particularidades de cada tipo de documentos, da utilização correcta das fontes de informação, assim como dos procedimentos para localização, identificação e selecção de informação relevante (Gonçalves, 2009: 55).*

Em Portugal deparamo-nos, ainda, com alguns constrangimentos ao nível do desenvolvimento das competências de informação, denotando-se algumas dificuldades por parte do sistema educativo em se adaptar a este novo paradigma que se caracteriza, essencialmente, pela abundância de recursos de informação. A este respeito, Pinheiro (2009: 42) refere que “não há, por exemplo, no desenho curricular do ensino básico ou secundário, qualquer preocupação com a literacia da informação que se traduza num programa de ensino de competências básicas na utilização da informação”.

Neste sentido, consideramos que os alunos evidenciam, na sua grande maioria, inúmeras dificuldades ao nível da pesquisa e tratamento de informação, limitando-se, muitas vezes, a copiar o conteúdo da primeira página que encontram quando efectuam uma pesquisa na Internet. Para Pinheiro (2009: 42) “a questão do plágio é (...) apenas uma consequência da incapacidade dos alunos reflectirem sobre a informação que adquiriram, porque é que a adquiriram e como deveriam utilizá-la na resolução de um problema”.

Face a este estado de coisas, torna-se necessário proceder à implementação de práticas pedagógicas no âmbito das várias áreas curriculares disciplinares e não disciplinares de modo a dotar os alunos de um conjunto de competências de informação que, como atrás foi mencionado, “se relacionam com a capacidade para identificar, pesquisar, localizar, extrair, avaliar criticamente, organizar e utilizar informação” (A. Figueiredo, 2009).

## 2.2. Literacia Científica

É conveniente salientar que a noção de literacia científica surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos da América na década de 50 depois de a comunidade científica ter reconhecido a importância de obter o apoio da população no que diz respeito ao desenvolvimento de projectos no âmbito da ciência e da tecnologia.

De referir, no entanto, que este conceito tem sido alvo de várias interpretações ao longo dos tempos, tornando-o num termo difuso e mal definido (Champagne & Lovitts *apud* Carvalho, 2009). De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o conceito de literacia científica refere-se à

*(...) capacidade de usar o conhecimento científico, de identificar questões e de desenhar conclusões baseadas na evidência por forma a compreender e ajudar à tomada de decisões sobre o mundo natural e das alterações nele causadas pela actividade humana (Carvalho, 2009: 181).*

Segundo N. Vieira (2007) a definição de literacia científica<sup>45</sup> apresentada pela *National Science Education Standards*<sup>46</sup> pretendia abarcar um leque diversificado de opiniões. Salientamos, de seguida, os aspectos mais importantes dessa definição. Assim, a “literacia científica significa que uma pessoa se pode interrogar, encontrar, ou conceber respostas a questões levantadas pela curiosidade das vivências quotidianas” (De Boer *apud* N. Vieira, 2007: 101-102) o que significa que uma pessoa cientificamente literata é capaz de descrever e explicar os fenómenos naturais, identificar os problemas científicos subjacentes às decisões tomadas a nível local ou nacional e expressar a sua opinião com base em informação científica e tecnológica.

Nas palavras de N. Vieira (2007), esta definição, ainda que bastante abrangente, viria a ser fortemente criticada por alguns autores que argumentam não ser possível ensinar os alunos a pensar como cientistas uma vez que os assuntos abordados são demasiado complicados para serem entendidos pelos discentes.

Por outro lado, é do conhecimento geral que o desenvolvimento económico dos países depende, em larga medida, dos avanços científicos e tecnológicos alcançados, exigindo a colaboração de cientistas e técnicos com um elevado grau de literacia científica. Deste modo, tornou-se indispensável proceder à implementação de medidas em contexto escolar no sentido de criar condições que permitissem o desenvolvimento de competências, garantindo a

---

<sup>45</sup> Em 1996, a Academia Nacional das Ciências dos EUA apresenta a sua conceptualização de literacia científica, considerando que “A literacia científica inclui o ser capaz de ler e compreender artigos sobre ciência na imprensa pública e envolver-se numa conversação sobre a validade das conclusões. Implica que uma pessoa pode identificar questões problemáticas subjacentes a políticas nacionais e locais e expressar posições científica e tecnologicamente informadas. Deve ser capaz de avaliar a qualidade da informação científica com base nas fontes e métodos para a gerar. Implica a capacidade de colocar e avaliar argumentos baseados na evidência e de aplicar apropriadamente as conclusões a partir desses argumentos” Cf. Valente (2002: 3)

<sup>46</sup> “Relatório elaborado por um conjunto diverso de entidades americanas ligadas à educação” Cf. N. Vieira (2007: 101).

formação de cidadãos conscientes e participativos numa sociedade caracterizada pelo impacto das novas tecnologias. Com efeito, um indivíduo que apresente elevados índices de literacia científica possui conhecimentos para tomar decisões eficazes, exercendo “os seus direitos democráticos nas questões relacionadas com a ciência” (*ibidem*: 189).

Saraiva (2007: 1) defende que “a educação actual não prepara os jovens para empregos seguros e duradouros, num cenário de sociedade de informação e do conhecimento que apela, cada vez mais, para a compreensão da ciência, não apenas enquanto corpo de saberes, mas também enquanto instituição social”. Deste modo, considera ser “fundamental que os alunos desenvolvam uma verdadeira literacia científica que os prepare para o pleno exercício de uma cidadania consciente e informada” (*ibidem*: 1) até porque “actualmente, a ciência surge em múltiplos e variados contextos da comunicação e, cada vez mais, os cidadãos são chamados a intervir em questões de natureza científica, com importantes implicações económicas e sociais” (*ibidem*: 1).

Perante a necessidade de promover a literacia científica, a escola deveria pôr em prática metodologias de ensino que possibilitassem a aquisição de competências no âmbito da aprendizagem das ciências. A este respeito, partilhamos a opinião de N. Vieira (2007: 105) para quem

*O objectivo final do ensino da ciência será formar uma população que considere a ciência interessante e importante, que consiga aplicar conhecimentos da ciência no seu quotidiano, e que consiga participar em debates relacionados com questões/problemas científicos.*

No que toca ao desenvolvimento científico e tecnológico, consideramos que a cultura científica da maioria da população a impede de reconhecer os benefícios do progresso científico, sendo incapazes de compreender as explicações dos cientistas o que, muitas vezes, impossibilita uma tomada de decisão consciente relativamente a questões do domínio científico e tecnológico (P. Mata, Bettencourt, Lino & Paiva, 2004).

Ao longo dos anos, foram surgindo várias perspectivas sobre literacia científica que apresentavam ideias divergentes em relação ao modo como o ensino da ciência deveria ser implementado nas escolas. As abordagens emergentes entre 1950<sup>47</sup> e 1960 identificaram um conjunto de capacidades que tornavam o indivíduo letrado em ciência, tais como: a capacidade de compreender os conceitos básicos da ciência, o impacto exercido pelas questões éticas na actividade científica e os aspectos que distinguem a ciência da tecnologia. No entanto, é de referir que a generalidade da população, na década de 60, apresentava um défice ao nível do conhecimento científico devido à dificuldade em acompanhar as rápidas transformações ocorridas no domínio da ciência.

---

<sup>47</sup> “Em 1950, deixou de se ensinar ciência para formar cidadãos com uma postura crítica face à relação entre ciência e sociedade, passando a privilegiar-se os conteúdos, a dar-se ênfase ao rigor e ao método científico” Cf N. Vieira (2007: 97).

Durante a década de 70, as perspectivas sobre literacia científica defendiam que todos os cidadãos deviam ter acesso ao conhecimento científico como forma de dar a conhecer os ideais da ciência bem como as suas aplicações tecnológicas. Além disso, era importante manter a população informada acerca dos benefícios da ciência já que o progresso científico começava a ser posto em causa devido aos problemas ambientais causados por alguns avanços tecnológicos.

Os anos 80 caracterizaram-se pelo reconhecimento da importância assumida pela ciência e pela tecnologia no progresso económico do país, assistindo-se ao surgimento dos currículos Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) que visavam essencialmente o desenvolvimento de competências relacionadas com a capacidade de tomar decisões na vida quotidiana com base no conhecimento científico adquirido.

Durante a década de 90 são analisadas as implicações da promoção da literacia científica nos programas curriculares, dando origem a um conjunto de propostas com vista à implementação de medidas conducentes à reestruturação do currículo. Foram inclusivamente apresentados vários modelos que descrevem as competências que os indivíduos devem adquirir no âmbito da literacia científica. Salientamos, no entanto, o facto de que estas competências se devem adaptar às novas exigências trazidas por uma sociedade caracterizada pela emergência das novas tecnologias. Por conseguinte, a aplicação de um programa de literacia científica visa essencialmente: (1) permitir o reconhecimento das mudanças ocorridas na sociedade, nomeadamente no âmbito das novas tecnologias; (2) desenvolver competências no domínio cognitivo que favoreçam a utilização do conhecimento científico e tecnológico; (3) possibilitar a adaptação ao impacto exercido pela ciência e pela tecnologia nas esferas pessoal, social e económica.

É conveniente sublinhar que

*With the growing role of science, mathematics and technology in modern life, however, the objectives of personal fulfilment, employment and full participation in society increasingly require that all adults, not just those aspiring to a scientific career, should be mathematically, scientifically and technologically literate (PISA, 2000: 92).*

Neste sentido, é fundamental proceder-se a uma adaptação ao nível das práticas de ensino implementadas, invertendo a tendência actual que aponta no sentido da conservação de práticas que privilegiam sobretudo o ensino tradicional da ciência. Deste modo, para alcançar os objectivos subjacentes a um programa de literacia científica, é necessário apostar em metodologias de ensino centradas no aluno através da valorização da pesquisa e investigação científicas.

Actualmente, as reorganizações curriculares em curso na área da educação das ciências vão ao encontro dos princípios preconizados pela resolução n.º 57/254 das Nações Unidas que instituiu a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) a decorrer até 2014. Segundo Pedrosa & Leite (2004: 2)

*Na perspectiva de EDS, a educação científica deverá contemplar, para além de dimensões científicas e pedagógicas, dimensões ideológicas e éticas, designadamente no que se refere a concepções dos direitos humanos e deveres individuais e colectivos, tendo em vista contribuir para que os cidadãos exerçam, informada, fundamentada, coerente e responsabilmente a sua cidadania.*

Atendendo ao facto de que os cidadãos exercem um papel fundamental ao nível da resolução das problemáticas ambientais na sociedade actual, “importa, portanto, promover literacia científica, incluindo nesta designação dimensões científicas e tecnológicas” (Hurd *apud* Pedrosa & Leite, 2004: 4), valorizando-se “o conhecimento prévio e os contextos de vida dos aprendizes, bem como os conceitos científico-tecnológicos relevantes” (Wallace *apud* Pedrosa & Leite, 2004: 4). Assim, a literacia científica deverá, entre outras coisas, fomentar a análise e a resolução de problemas, privilegiar o desenvolvimento do pensamento crítico no sentido de conduzir a tomadas de decisão efectivas relativamente a questões de âmbito científico e tecnológico.

A implementação de programas conducentes ao desenvolvimento de uma verdadeira literacia científica implica, tal como refere Saraiva (2007: 65) “uma nova visão e organização relativamente ao ensino das ciências” de modo a permitir a criação de situações de aprendizagem diversificadas que permitam o envolvimento do discente no seu processo de ensino e aprendizagem, obrigando, por conseguinte, a uma alteração ao nível do papel exercido pelo professor. Com efeito, este deve deixar de ser um mero transmissor de conhecimentos científicos para apostar em metodologias que valorizem, acima de tudo, a autonomia, o envolvimento e a participação do aluno nas tarefas a desenvolver em contexto de sala de aula. Neste âmbito, consideramos que devem ser valorizadas competências pertinentes e necessárias para auxiliar na “identificação, compreensão e resolução de problemas, próximos de contextos de vida dos alunos, por um lado, e simultaneamente interrelacionados com desafios que se colocam com mudanças globais, por outro” (Pedrosa & Leite, 2004: 2). Estes autores acrescentam que

*para que a educação científica se apresente como relevante para os alunos e contribua para que desenvolvam competências de participação cívica (...), é necessário que as actividades de ensino e de aprendizagem se orientem nesse sentido, criando oportunidades para os alunos se envolverem em actividades de ciências e as articulem com situações ou problemas que ocorrem fora da escola (ibidem: 8).*

Em suma, concluímos que a educação científica é particularmente importante no contexto da sociedade actual, pois só desta forma, a população poderá “compreender os efeitos benéficos do desenvolvimento científico (...), compreender as explicações de cientistas e técnicos e tomar decisões conscientes” (P. Mata et al., 2004: 170) quando chamados a intervir acerca de questões de índole científica e tecnológica.

### 2.3. Literacia Visual

A literacia visual assume particular importância no contexto da sociedade actual devido à divulgação massiva de imagens por parte dos meios de comunicação social e ao desenvolvimento das tecnologias audiovisuais que impõem novas exigências aos cidadãos (Duarte, 2007). Assim, “numa sociedade onde a imagem impera, graças à sofisticação dos meios de produção e de veiculação, são imprescindíveis estratégias para a sabermos ler” (A. Cunha, 2009: 10) uma vez que “entender um texto visual requer capacidades de descodificação e de uso crítico que podem e devem ser aprendidas no contexto da crescente globalização e consumo de imagens multiculturais”<sup>48</sup> (Morgado, s.d.).

Na opinião de Damásio (2001: 136), “a literacia visual pode ser descrita como a capacidade de reconhecer, compreender e exprimir correctamente um argumento em qualquer *medium* de expressão visual”, processo que, na perspectiva do autor, engloba três níveis distintos: o primeiro nível diz respeito à capacidade de reconhecimento da informação, sendo que esta é utilizada posteriormente para enriquecer os conhecimentos adquiridos; o segundo nível refere-se ao contexto cultural onde ocorre a mediatização e a compreensão da informação; o terceiro nível está relacionado com a aquisição de mecanismos de expressão tecnológica por parte do indivíduo. O autor refere ainda que o primeiro nível “deriva do processo de percepção do sentido veiculado, através de um sistema de mediatização” (*ibidem*: 141), sendo atribuída ao sujeito uma “competência subjectiva que permite adquirir a informação em termos de conhecimento percebido” (*ibidem*: 141). No caso do segundo nível, salientamos que este “depende exclusivamente da possibilidade de aquisição da referida capacidade tecnológica de expressão por parte do sujeito” (*ibidem*: 141) que possibilitará “a transformação dos conteúdos percebidos” (*ibidem*: 141). No que concerne ao terceiro nível, a possibilidade de o sujeito poder transformar a expressão tecnológica advém fundamentalmente da compreensão “das condições de produção e dos efeitos de sentido contidos numa expressão” (*ibidem*: 158).

Neste contexto, Mirzoeff *apud* Morgado (s.d.) considera que a literacia visual consiste “na capacidade para compreender e utilizar linguagens visuais na comunicação e no estudo das funções de um mundo mediado por imagens, figuras, visualizações em vez de apenas por textos e imagens”<sup>49</sup>. Assim, consideramos que

*(...) educar para a Comunicação Visual corresponde (...) a um novo tipo de literacia essencial a todos os cidadãos como condição de acesso ao conhecimento (...) A literacia visual e as actividades expressivas de cunho criativo e artístico são saberes*

---

<sup>48</sup> Vide Margarida Morgado (s.d.) *Texto visual / texto cultural. Uma perspectiva de desenvolvimento da literacia visual e intercultural dos jovens*. Consultado em 10 de Janeiro de 2011, disponível em <[http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom\\_iberico/sopcom\\_iberico09/paper/view/440/438](http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/view/440/438)>

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*.

*estruturantes integradores da personalidade, contribuindo directamente para que os alunos melhor aprendam a ler, escrever e a contar.*<sup>50</sup>

Pretende-se, deste modo, estimular os jovens a interpretar e a compreender os vários tipos de informação visual que proliferam na vida contemporânea, sendo fundamental que estes sejam incentivados a pensar e a expressar-se de forma crítica em relação ao significado veiculado pelos textos visuais uma vez que “A compreensão e a interpretação de imagens são pela sua natureza um conhecimento socialmente construído, mobilizando (...) representações culturais simultaneamente universais, locais e idiossincráticas” (M. Melo, 2007: 4). Por outro lado, e atendendo ao facto de que os textos visuais são portadores de múltiplos significados,

*a educação para a literacia visual e intercultural propõe uma análise sistemática e pormenorizada da forma de representação, das pistas visuais, do objectivo, do significado esperado e da resposta emocional do observador, para além da compreensão do contexto cultural de produção e de recepção de um texto visual.*<sup>51</sup>

Torna-se, pois, de extrema importância, proceder à implementação de práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento de competências no âmbito da literacia visual de modo a formar alunos capazes de assumir uma posição crítica em relação aos vários tipos de informação visual com os quais são confrontados no seu quotidiano. A propósito dos textos visuais, A. Cunha (2009: 7) realça o facto de que “a imagem é um modo de comunicação que comporta em si um grande poder na medida em que transporta significados, faz agir, pensar, reflectir”. Além disso, este autor considera ainda que

*A leitura de fontes iconográficas exige o domínio de competências específicas ligadas à interpretação e análise da linguagem não verbal, nomeadamente o conhecimento da natureza deste tipo de fontes e das técnicas que o autor utilizou para revelar, através da imagem, as suas concepções sobre o assunto retratado (ibidem: 7).*

Segundo Morgado (s.d.), “o objectivo do desenvolvimento da educação na área da literacia visual e intercultural (...) é facilitar a compreensão dos jovens em relação aos elementos visuais e à comunicação do seu significado”<sup>52</sup>. Com efeito, a análise de um texto visual pressupõe, desde logo, a compreensão do seu conteúdo simbólico bem como do tipo e da função que lhe estão associados. Qualquer texto visual é um meio de comunicação de

---

<sup>50</sup> Vide Ana Caetano & Maria Alice Gradíssimo (s.d.) *O Desenvolvimento do Currículo na disciplina de Educação Visual e Tecnológica: A Obra de Arte como um caminho para uma Literacia*. Consultado em 11 de Janeiro de 2011, disponível em <anae.biz/.../o-desenvolvimento-do-currículo-na-disciplina-de-educacao-visual-e-tecnologica.pdf>

<sup>51</sup> Vide Margarida Morgado (s.d.) *Texto visual / texto cultural. Uma perspectiva de desenvolvimento da literacia visual e intercultural dos jovens*. Consultado em 10 de Janeiro de 2011, disponível em <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom\_iberico/sopcom\_iberico09/paper/view/440/438>

<sup>52</sup> Idem, ibidem.

valores, atitudes e ideias, exigindo por parte do indivíduo capacidades de descodificação relacionadas com a interpretação e análise da linguagem não verbal.

Saraiva (2007) considera que os alunos se deparam frequentemente com alguns constrangimentos ao nível da interpretação de textos visuais (esquemas, desenhos, diagramas, gráficos, fotografias) devido ao facto de não dominarem os códigos que caracterizam este tipo de linguagem. “Importa, pois, explicitar os saberes que a compreensão de mensagens icónicas mobiliza, uma vez que os esquemas, os diagramas e outros formatos da linguagem gráfica possibilitam uma melhor compreensão dos fenómenos e facilitam a aprendizagem conceptual” (Saraiva, 2007: 6).

Torna-se, pois, fundamental proceder à implementação de práticas educativas que promovam a realização de tarefas no âmbito da linguagem gráfica de forma a permitir o desenvolvimento da literacia visual (Saraiva, 2007). O mesmo autor refere ainda que os alunos devem ser confrontados com actividades que possibilitem a aprendizagem e o domínio dos códigos simbólicos que caracterizam a linguagem gráfica de modo a assegurar o desenvolvimento de competências no âmbito da leitura e da produção de representações gráficas. Com efeito, o predomínio da imagem sobre a palavra obriga os educadores a repensar as estratégias educativas a implementar em contexto de sala de aula, sendo necessário apostar em práticas pedagógicas que possibilitem “um ensino da leitura analítica da imagem, o fomento de uma atitude crítica e questionadora do sujeito” (Duarte, 2007: 68) na medida em que “O estudo, o olhar crítico e analítico e a leitura consciente da imagem, são um importante instrumento para a compreensão do mundo social no qual vivemos” (*ibidem*: 170). A este propósito, o mesmo autor acrescenta que

*A imagem e todo o produto da cultura visual<sup>53</sup> podem e devem ser utilizados como um campo de pesquisa, de análise e de enriquecimento do saber. Pelo desconstruir do universo de significados inerentes à cultura visual, o aluno pode aceder aos mecanismos e processos pelos quais a imagem é construída. Para tal, torna-se imperioso que se faça uma análise de conteúdo, que tenha em conta aspectos históricos, culturais, sociais ou políticos (ibidem: 78).*

A este respeito, salientamos que a aquisição da cultura visual deve ser feita através do desenvolvimento da percepção e da aprendizagem da linguagem visual de modo a permitir a decifração, por parte dos sujeitos, do conjunto de imagens a que estão expostos diariamente (Duarte, 2007), procedendo, numa fase posterior, à análise dos seus principais constituintes no sentido de garantir uma apropriação adequada do seu significado.

---

<sup>53</sup> A cultura visual é entendida “como o universo de imagens representado pelo conjunto de figuras ou objectos, que vão desde os produtos artísticos ou artefactos até àqueles que são permanentemente veiculados pelos *media*, podendo ou não constituírem formas de arte” Cf. Duarte (2007: 35)

## O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO SUPORTE À LITERACIA

### 1. A Biblioteca Pública e a Sociedade da Informação

O Manifesto da UNESCO<sup>54</sup> elaborado em conjunto com a IFLA, na sua versão publicada em 1994, constitui um documento orientador que fundamenta e enquadra o funcionamento das bibliotecas públicas a nível internacional. De acordo com a definição apresentada por estes dois organismos internacionais, a biblioteca pública

*proporciona o acesso ao conhecimento, à informação e a obras criativas através de um leque variado de recursos e serviços e encontra-se à disposição de todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e qualificações académicas.*<sup>55</sup>

Neste sentido, a biblioteca pública, enquanto serviço público aberto a todos, “tem um papel fundamental na recolha, organização e tratamento da informação, assim como na oferta do acesso a um vasto leque de fontes de informação” (Directrizes da IFLA/UNESCO, 2001: 22). Do mesmo modo, a biblioteca pública deve assegurar o acesso à informação por parte “de grupos minoritários, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências físicas e sensoriais ou habitantes de comunidades distantes impossibilitados de se deslocarem ao edifício da biblioteca” (*ibidem*: 27). Por outro lado, os serviços da biblioteca não devem estar sujeitos a pressões de índole ideológica, política, religiosa ou comercial, sendo fundamental que estes beneficiem de uma certa flexibilidade de modo a permitir a sua adaptação e desenvolvimento de acordo com as mudanças sociais, culturais e económicas ocorridas na sociedade. Além de contribuir para a preservação das tradições, da cultura e da história da comunidade local, a biblioteca pública deve também desenvolver actividades que possibilitem a sua divulgação junto dos cidadãos.

Na sequência da publicação do Manifesto da UNESCO, um grupo de trabalho da IFLA elaborou um novo documento intitulado *Guidelines for Development* onde são definidos alguns procedimentos que as bibliotecas públicas deverão implementar ao longo do seu processo de desenvolvimento e adaptação às novas tecnologias da informação e comunicação. Nesse documento, considera-se que “the primary purposes of the public library are to provide

---

<sup>54</sup> Tal como refere J. Vieira (2003: 24), “O Manifesto da Unesco surge em três versões que foram sendo alteradas ao longo dos anos, como resultado das transformações sociais e da conseqüente evolução da própria Biblioteconomia e das Ciências da Informação.” O Manifesto inicial, publicado em 1949, dava particular relevo ao papel educativo da biblioteca pública ao passo que o Manifesto intermédio, datado de 1972, entendia a biblioteca como uma instituição que promovia o acesso livre ao conhecimento, à cultura e ao lazer (Ventura, 2002). Na sua última versão, publicada em 1994, a biblioteca pública enquanto “porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais” (UNESCO, 1994).

<sup>55</sup> Cf. *Os Serviços da Biblioteca Pública*. Directrizes da IFLA/UNESCO (2001: 20).

resources and services in a variety of media to meet the needs of individuals and groups for education, information and personal development including recreation and leisure.”<sup>56</sup> Com efeito, o principal objectivo da biblioteca pública é promover o acesso dos cidadãos a um conjunto diversificado de recursos e serviços de forma a satisfazer as suas necessidades em diversas áreas, tais como: a educação, a informação, o desenvolvimento pessoal, incluindo aspectos recreativos e lúdicos (J. Vieira, 2003).

Por outro lado, consideramos que as bibliotecas públicas “have an important role in the development and maintenance of a democratic society by giving the individual access to a wide and varied range of knowledge, ideas and opinions.”<sup>57</sup> Segundo J. Vieira (2003: 26), a biblioteca pública deve ser entendida “como um elemento capaz de fortalecer a participação, a cidadania e a democracia, permitindo que se reduzam as assimetrias sociais proporcionadas pelas desigualdades no acesso a recursos culturais e informativos.” Deste modo, entendemos que a biblioteca pública é um espaço de inclusão social uma vez que disponibiliza o acesso livre e gratuito à informação por parte de todos os cidadãos, contribuindo para reduzir o fosso existente entre os info-ricos e os info-pobres<sup>58</sup>. De referir que esta situação afecta quer cidadãos de países em diferentes fases de desenvolvimento quer grupos e indivíduos dentro do mesmo país que enfrentam desigualdades ao nível do acesso à informação por razões de ordem económica, social, cultural e geográfica.

De acordo com as directrizes da IFLA/UNESCO (2001), cabe às bibliotecas públicas implementar políticas de combate ao fosso digital de modo a reduzir as desigualdades no acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. Para alcançar este objectivo, a biblioteca deve facultar o acesso público às tecnologias da informação, organizar cursos de noções básicas de informática e participar regularmente em programas de combate ao analfabetismo.

No que concerne ao fosso digital, somos de opinião que existe uma estreita correlação entre o acesso à informação e os níveis de escolarização, sendo esperado que indivíduos com baixos níveis de literacia evidenciem sérias dificuldades no acesso às novas tecnologias, situação agravada pela inexistência de competências no âmbito da literacia da informação que condicionam indubitavelmente a forma como os cidadãos se relacionam com a diversidade de recursos de informação que proliferam no seu quotidiano. Por conseguinte,

*Public libraries are instruments of equal opportunity and must provide a safety-net against alienation and social exclusion from technological advance by becoming the electronic doorway to information in the digital age. They should enable all citizens to have access to the information that will enable them to manage their lives at the*

---

<sup>56</sup> Cf. *The Public Library Service: IFLA/UNESCO guidelines for development* (2001: 2) Consultado em 28 de Janeiro de 2011, disponível em <[www.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf](http://www.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf)>

<sup>57</sup> Idem, ibidem.

<sup>58</sup> É frequente estabelecer-se a distinção entre os indivíduos que têm acesso à informação, vulgarmente denominados “info-ricos” e aqueles que não dispõem desse acesso, designados de “info-pobres”.

*local level, to acquire essential information about the democratic process and to participate positively in an increasingly global society.*<sup>59</sup>

A biblioteca pública desempenha um papel importante no apoio à educação formal através da cooperação com outras instituições educacionais, facultando e disponibilizando o acesso a uma grande variedade de recursos de informação. Com efeito, “la bibliothèque est le lieu où se trouvent, beaucoup plus largement qu’à l’école ou au collège (...) des livres, des documents qui peuvent accompagner le travail scolaire ou universitaire” (Hecquard, 1996 : 36). Por outro lado, a biblioteca pública deve fomentar também a aprendizagem ao longo da vida<sup>60</sup> uma vez que os indivíduos são confrontados com a necessidade de adquirir novas competências para dar resposta às exigências da sociedade actual. Neste sentido,

*dans un monde mouvant, en perpétuelle évolution, où les savoirs se périment et nécessitent une remise à jour continue, la bibliothèque est un lieu de formation personnelle et continue : pour des préparations de concours ou d’examens, hors le système scolaire, lors de changements d’orientations de plus en plus fréquents dans une vie professionnelle (ibidem : 36).*

Os desafios impostos pelo novo contexto da sociedade de informação<sup>61</sup> obrigaram as bibliotecas públicas a repensar o seu papel na sociedade o que se traduziu na implementação de uma série de reajustamentos ao nível das infra-estruturas internas e externas. Tal como refere F. Figueiredo (2004), foi necessário aumentar as áreas de construção, diversificar os recursos humanos e as colecções, integrar novos fundos documentais, disponibilizar o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação e aos novos serviços decorrentes da sua utilização. Efectivamente, as bibliotecas públicas têm vindo a acompanhar as mudanças desencadeadas por este novo paradigma através do aproveitamento das potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias, mantendo, no entanto, “as suas funções de disseminadora do saber, preservadora da memória cultural da humanidade, estimuladora da educação permanente de cada cidadão” (V. Cunha, 2003: 68).

Actualmente, a diversidade dos suportes de informação e o aumento do volume de informação a tratar conduzem à generalização do uso das novas tecnologias nas Bibliotecas de Leitura Pública, impondo uma certa adaptação dos recursos humanos a novas competências ligadas a técnicas de organização, identificação, catalogação, classificação e indexação dos fundos documentais a esta nova realidade electrónica. As novas tecnologias da informação e

---

<sup>59</sup> Cf. *The Public Library Service: IFLA/UNESCO guidelines for development* (2001: 40) Consultado em 28 de Janeiro de 2011, disponível em <[www.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf](http://www.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf)>

<sup>60</sup> Para Calixto (1996: 116) “a capacidade de aprender ao longo da vida é hoje condição de sobrevivência para o indivíduo que não queira ser ultrapassado ou mesmo cair precocemente no desemprego.”

<sup>61</sup> Segundo V. Cunha (2003: 72), “A sociedade da informação, nos diferentes espaços geográficos em que vem sendo concebida, atribui à biblioteca pública a missão especial de assegurar a democratização do acesso em rede, a oferta de produtos e serviços de qualidade que contribuam para diminuir as desigualdades sociais e estimular os usuários a utilizar a Internet como instrumento de ampliação de conhecimento e convivência, desenvolvendo inclusive programas de treinamento no uso da informática e das telecomunicações.”

comunicação são responsáveis pela alteração da estrutura organizativa dos serviços tradicionais disponibilizados pelas bibliotecas públicas que sentiram necessidade de se adaptar ao novo paradigma de forma a garantir a prossecução das várias missões que lhe estão inerentes. Assim, e de acordo com A. Pereira (s.d.),

*A forma mais recente de flexibilização dos serviços e de adaptação às diversas necessidades dos utilizadores da biblioteca é a utilização da Internet, como veículo de comunicação por excelência. Os exemplos de bibliotecas que utilizam a Internet para disponibilizar serviços são diversos. E o mais frequente é a existência de uma página ou de um sítio na Internet, onde o utilizador, para além de variadas informações sobre a biblioteca, as suas colecções e os seus serviços, pode consultar ainda e em linha, o catálogo bibliográfico.*<sup>62</sup>

A informatização dos catálogos permite a realização de consultas bibliográficas de forma rápida e completa através da disponibilização de um “ficheiro informatizado onde é possível pesquisar não só por uma das múltiplas entradas possíveis, como ainda cruzar entradas, por exemplo um autor e uma determinada temática.”<sup>63</sup> Os catálogos de grande parte das bibliotecas são autênticas bases de dados que permitem a pesquisa por múltiplas entradas, facilitando, desde logo, o trabalho do utilizador neste domínio. Por outro lado, a consulta pode ser feita comodamente em casa, bastando para isso uma ligação à Internet o que possibilita a análise e a avaliação do acervo de uma determinada biblioteca sem ser necessário uma deslocação às suas instalações (Fidalgo, s.d.).

Par dar resposta às novas exigências trazidas pela sociedade da informação, as bibliotecas públicas, além de procederem a ajustamentos ao nível da sua estrutura organizativa, viram-se forçadas a introduzir uma série de recursos de informação diversificados<sup>64</sup> bem como um conjunto de equipamentos técnicos e tecnológicos no sentido de permitir o acesso às novas fontes de informação disponibilizadas pela Internet. Deste modo, as bibliotecas públicas

*deverão ser apetrechadas com novos equipamentos, reprodutores de suporte vídeo, computadores multimédia com ligação às redes electrónicas nacionais e internacionais, para se tornarem cada vez mais aptas a levar às populações os novos meios de aquisição e transmissão de saber que a sociedade da informação faculta.*<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> Vide Ângela Pereira, (s.d.) *O Advento Digital e a nova missão da Biblioteca Pública*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <badinfo.apbad.pt/congresso8/comm6.pdf>

<sup>63</sup> Vide António Fidalgo (s.d) *A Biblioteca Universal na Sociedade da Informação*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-biblioteca.html>>

<sup>64</sup> “La posición que ocupan las BP en las construcción de una sociedad lectora en le contexto de la sociedad de la información presenta ventajas que es preciso poner de relieve, siendo la primera de ellas su papel de puente entre los soportes tradicionales como los impresos y las nuevas tecnologías de información. La BP moderna, sin renunciar a los libros, la prensa y los demás soportes tradicionales, ha ido incorporando progresivamente materiales sonoros, audiovisuales y electrónicos y, más recientemente, los servicios de información y comunicación en red” Cf. Hernández (2010: 48).

<sup>65</sup> Cf. Livro Verde para a Sociedade da Informação (2009: 38). Consultado em 14 de Novembro de 2011, disponível em <[www.aceso.umic.pt](http://www.aceso.umic.pt)>

As bibliotecas públicas têm vindo a apostar na constituição de colecções digitais<sup>66</sup>, adaptando, desta forma, os serviços às necessidades apresentadas pelos seus utilizadores. A este propósito, A. Pereira (s.d.) refere que “são diversos os projectos que se têm desenvolvido nesta área temática, e numerosos os exemplos de criação de bibliotecas digitais no seio de bibliotecas tradicionais cujas colecções impressas possuem grande valor patrimonial e informativo.”<sup>67</sup> Por conseguinte, consideramos que a colecção da biblioteca digital constitui uma outra forma de cumprir as missões tradicionais preconizadas pelo Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas, mencionadas no primeiro capítulo do presente trabalho.

Convém, desde já, sublinhar que são inúmeras as vantagens proporcionadas pelas bibliotecas digitais quando comparadas com os serviços disponibilizados pelas bibliotecas públicas tradicionais. De acordo com M. Cunha (1999), a biblioteca digital permite o acesso remoto ao conhecimento através de um computador ligado à rede; a utilização simultânea do mesmo documento por diversos utilizadores; a inclusão em suporte digital de produtos e serviços idênticos aos que são disponibilizados pelas bibliotecas físicas; o acesso em linha a outras fontes externas de informação e a utilização de diversos suportes de registo de informação. Por outro lado, as bibliotecas digitais possibilitaram a eliminação das barreiras físicas e das distâncias que sempre condicionaram a actuação da biblioteca tradicional, permitindo que os utilizadores acedam à informação a qualquer hora do dia, evitando deslocações à biblioteca para consulta de documentos.

Para se proceder à constituição de uma colecção digital, devem ser tidos em conta três princípios genéricos antes de se efectuar a selecção dos recursos que se pretendem digitalizar, a saber: (1) as necessidades dos potenciais utilizadores; (2) o apoio financeiro e económico; (3) os direitos de autor e a respectiva propriedade intelectual. Antes de se criar uma biblioteca digital, é fundamental proceder-se à identificação dos utilizadores bem como ao levantamento das suas necessidades. Este tipo de projecto requer um investimento constante ao longo das várias fases que envolvem a sua implementação, sendo certo que a actualização dos diversos conteúdos digitais disponibilizados exige naturalmente um apoio económico considerável (A. Pereira, s.d.).

Nesta ordem de ideias, a biblioteca pública teve de converter-se “num serviço onde os seus utilizadores podem adquirir um conjunto de competências que os tornem mais autónomos na pesquisa, selecção e organização da informação” (Silva, 2007: 10). Assim, as bibliotecas públicas são chamadas a intervir no processo de formação de utilizadores através da implementação de um conjunto de medidas que visam essencialmente dar a conhecer o

---

<sup>66</sup> A este propósito Ventura (2002: 141) refere que “as bibliotecas públicas poderão ver aumentado o seu protagonismo social, enquanto instituições mediadoras do acesso à informação e ao conhecimento, disponibilizando colecções digitais e colecções noutros formatos e suportes, designadamente impressos e, simultaneamente, assegurando as condições para uma promoção de uma nova literacia, isto é, para a aprendizagem das técnicas e ferramentas necessárias para a manipulação das novas tecnologias e acesso à informação, cada vez mais essenciais para a mobilidade social.”

<sup>67</sup> Vide Ângela Pereira (s.d.) *O Advento Digital e a nova missão da Biblioteca Pública*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <badinfo.apbad.pt/congresso8/comm6.pdf>

funcionamento dos vários serviços colocados à disposição pela biblioteca de modo a permitir que os seus utilizadores tenham acesso às inúmeras potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Para auxiliar os seus utilizadores a tirar o máximo partido dos recursos e serviços disponíveis, a biblioteca pública deve criar programas de formação do utilizador<sup>68</sup> com o objectivo de apoiar o desenvolvimento de competências no âmbito da literacia da informação. O principal objectivo deste tipo de programa “est de rendre les usagers autonomes dans l’usage de la bibliothèque et plus globalement de leur donner les moyens d’accéder aux différentes sources d’information dans le contexte technologique actuel” (Hecquard, 1996: 297). Neste sentido, devem realizar-se regularmente visitas guiadas às instalações da biblioteca “de forma a proporcionar às pessoas a familiarização com as instalações da biblioteca, os seus serviços e o modo de utilização de instrumentos de trabalho tais como catálogos e equipamento técnico” (Directrizes da IFLA/UNESCO, 2001: 59). A este respeito Hernandez (2009: 48) considera que “la formación de usuarios en las BP pretende hacer de sus participantes usuarios autónomos de información, facilitándoles destrezas para seleccionar la información que les interese, acceder a ella, incorporarla a sus conocimientos y finalmente transmitirla de manera eficaz.”

Neste contexto, consideramos que a biblioteca pública assume uma dupla função no exercício da sua actividade, devendo orientar a sua acção de acordo com os objectivos que pretende alcançar e em função das necessidades apresentadas pelos seus utilizadores<sup>69</sup>. Deste modo, as estratégias a implementar deverão ter em linha de conta a promoção de actividades conducentes ao fomento da leitura junto das crianças e jovens, procurando desenvolver as competências de literacia e incentivar a aprendizagem ao longo da vida junto dos adultos. Com efeito,

*as bibliotecas públicas procuram corresponder às necessidades educativas de crianças, jovens e adultos em aspectos relacionados com a alfabetização, as literacias e a formação contínua, prevenindo o analfabetismo futuro nos adultos através da promoção de uma cultura de leitura nas crianças e apoiando os adultos nos seus esforços de aquisição de competências de literacia e formação ao longo da vida.*<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> Pretende-se com este tipo de formação que os utilizadores sejam capazes de: (1) repérer les divers aspects de l’offre documentaire, en général et dans la bibliothèque (contenu, forme, organisation, organismes); (2) maîtriser les différents moyens d’appréhender et d’extraire l’information d’un outil de recherche (consultation d’un imprimé, interrogation d’un CD-ROM, recherche sur Internet, par exemple); (3) être en mesure de comparer plusieurs outils ou plusieurs démarches de recherche en fonction de critères comme l’efficacité, l’accessibilité et le coût; savoir constituer une documentation sur un sujet (identification, sélection et localisation des documents pertinents) (Hecquard, 1996 : 297).

<sup>69</sup> A este respeito, Patte (1987: 123) refere que “on ne juge plus l’efficacité d’une bibliothèque selon les critères traditionnels (statistiques, surface, nombre de prêts, taille de la collection), mais d’après son impact dans la vie du quartier ou du village, la manière dont les habitants s’en sentent responsables, la façon dont les besoins des divers publics, lecteurs et non lecteurs, sont pris en compte.”

<sup>70</sup> Vide Manuela Nunes (s.d.) *Navegar é preciso: A biblioteca pública entre o real e o virtual*. Consultado em 3 de Outubro de 2010, disponível em <[www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/27.../manuela.pdf](http://www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/27.../manuela.pdf)>

Cabe à biblioteca pública promover o empréstimo de livros e de materiais noutros suportes; facultar serviços de informação e de aconselhamento aos utilizadores, incluindo serviços de reserva de materiais; implementar serviços de informação à comunidade; desenvolver projectos no âmbito da educação de utilizadores, incluindo o apoio a programas de literacia; planejar e agendar eventos culturais.

Além disso, é imperativo proceder-se ao diagnóstico das carências apresentadas pela população, atendendo à envolvente social e cultural de modo a permitir a implementação de serviços adequados às necessidades dos potenciais utilizadores dos serviços<sup>71</sup> disponibilizados pela biblioteca pública. A este propósito, V. Cunha (2003: 69) refere que

*é fundamental que se conheça a ecologia social em que se insere a biblioteca pública para que sejam criados produtos e serviços que atendam à dona de casa, os idosos, às comunidades da periferia das cidades, o trabalhador de longas jornadas que dispõe de horários reduzidos para a leitura, a informação, o lazer.*

De acordo com os princípios orientadores da IFLA (2001), a biblioteca pública deve ainda proporcionar um conjunto de serviços aos seus utilizadores de modo a garantir o fornecimento de informação digital: (1) promover o acesso à informação a todos os níveis; (2) orientar os utilizadores na selecção das fontes de informação adequadas; (3) proporcionar oportunidades às pessoas com deficiência física para acederem à informação de forma autónoma; (4) implementar programas de formação para treinar os utilizadores no uso da informação e das tecnologias associadas; (5) recolher informação sobre a comunidade local em parceria com outras organizações; (6) facultar igualdade de oportunidades no acesso à informação.

Relativamente ao último ponto, salientamos que tem havido um esforço acrescido por parte das entidades responsáveis para dotar as bibliotecas públicas de serviços e equipamentos que facilitem o acolhimento de indivíduos com deficiências visuais, auditivas ou físicas<sup>72</sup>, proporcionando-lhes um acesso fácil à informação através da disponibilização de serviços adaptados às suas necessidades. Assim, entendemos que a biblioteca pública deve permitir e potenciar

*a inclusão, ultrapassando o conceito tradicional de biblioteca como mero local de conservação de artefactos de uma memória simbólica e de distribuição/difusão desses*

---

<sup>71</sup> “Os utilizadores devem ser envolvidos no desenvolvimento dos serviços, averiguando, através de sondagens, quais os serviços que utilizam e de que necessitam; analisando e respondendo às questões dos utilizadores aos serviços e a novas iniciativas; assegurando-se de que as opiniões dos utilizadores são tidas em consideração no desenvolvimento de políticas e procedimentos; mantendo os utilizadores informados sobre os efeitos do seu contributo no desenvolvimento de serviços; pondo à disposição do utilizador uma caixa para sugestões e um serviço de atendimento de queixas e comentários positivos” Cf. *Os Serviços da Biblioteca Pública*. Directrizes da IFLA/UNESCO (2001: 59)

<sup>72</sup> “Merecem particular destaque, por exemplo, as bibliotecas públicas projectadas para acolher o indivíduo com deficiências visuais, auditivas ou físicas e que compreendem, no seu espólio - livros em Braille, audiolivros e DVDs ou gravações em VHS; e nos seus equipamentos e serviços - aparelhos para ampliação de textos escritos e software específico para estas necessidades” Cf. F. Azevedo (2007: 153).

*materiais. Os seus participantes não poderão doravante ser entendidos como simples consumidores de produtos culturais, mas como sujeitos igualmente produtores de conhecimento (F. Azevedo, 2009: 153).*

Por conseguinte, “a biblioteca deverá ser entendida como espaço dinâmico para a produção e favorecimento da criação cultural, aberta a todos e promovendo uma convivência solidária entre todos” (*ibidem*: 153) constituindo-se, simultaneamente, “como locais excelentes para a criação de oportunidades para o exercício da leitura” (*ibidem*: 152).

Por fim, é importante sublinhar que a biblioteca deve fomentar as práticas de literacia, até porque “nem toda a população é escolarizada e/ou reconhece importância à leitura e à interacção com textos e, nesse sentido, nem toda ela possui os hábitos culturais de frequência de espaços e lugares como a biblioteca” (*ibidem*: 153). O papel da biblioteca pública no suporte à literacia será objecto de análise num outro capítulo deste trabalho onde serão mencionados aspectos importantes relacionados com a promoção de hábitos de leitura e o desenvolvimento das competências de literacia.

## 2. As Funções do Bibliotecário

A criação do curso superior de bibliotecário-arquivista em Portugal remonta aos finais do século XIX, coincidindo com a instituição da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos através da promulgação do decreto de 29 de Dezembro de 1887. De acordo com Ribeiro (2006: 6) este curso “insere as disciplinas específicas para o exercício da profissão no contexto das instituições onde futuramente os diplomados irão exercer a sua actividade.” Deste modo, consideramos que “Portugal é dos primeiros países a estabelecer uma ligação entre a formação profissional e a formação superior de tipo universitário e a integrar num mesmo curso a instrução de profissionais de uma mesma área técnico-científica” (*ibidem*: 6).

Este curso viria a ser alvo de uma remodelação na sequência da publicação do decreto de 24 de Dezembro de 1901 que reformou os serviços das bibliotecas e arquivos nacionais. De entre as alterações introduzidas à legislação anterior, salientamos apenas a criação de um regulamento especial que estabelecia os programas a leccionar nas várias disciplinas, a organização e o funcionamento das cadeiras ministradas na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo (Ribeiro, 2006). As reformas ao nível da estrutura curricular do curso foram-se sucedendo ao longo dos anos, tendo sido a mais significativa aquela que ocorreu em 1931 através da promulgação do decreto n.º 19.952 de 27 Junho, na medida em que “fortaleceu a sua vertente técnica, centralizou recursos e introduziu na formação a perspectiva dirigista que começava a caracterizar todo o sistema político e o regime que se consolidava” (*ibidem*: 10). De realçar ainda a instituição “na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1935, do Curso de Bibliotecário-Arquivista, em substituição do que funcionava em Lisboa e que foi extinto na mesma data” (*ibidem*: 12). De acordo com Souza & Ribeiro (2009: 90) “A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra conservou, em seu poder, o Curso de Bibliotecário-Arquivista, durante quase meio século, e conseqüentemente, a formação de arquivistas e bibliotecários, manteve-se sem nenhuma alteração até 1982, quando foi extinto.”<sup>73</sup> Como era expectável, o plano curricular do curso foi ficando desactualizado com o passar do tempo, visto que não foi submetido a qualquer tipo de reestruturação ao longo dos vários anos em que foi ministrado, não havendo a registar alterações ao nível do plano de estudos e dos programas curriculares das várias disciplinas. Com efeito,

*As mudanças sociais, económicas e, sobretudo, tecnológicas operadas por via da emergência da Sociedade da Informação tornaram o Curso de Bibliotecário-Arquivista obsoleto face aos novos desafios com que os profissionais das bibliotecas e dos arquivos se tinham de defrontar, a partir, especialmente, dos anos setenta do século XX (Ribeiro, 2006: 13).*

---

<sup>73</sup> O curso “manteve-se estável e conforme ao seu decreto de criação até 1982, ano em que é reformado e substituído pelos Cursos de Especialização em Ciências Documentais, que actualmente ainda vigoram.” Cf. *A afirmação e o desenvolvimento da técnica arquivística (de 1887 à actualidade)*. Consultado em 3 de Outubro de 2010, disponível em <ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1681.PDF>

Face a este estado de coisas, tornou-se necessário proceder a alterações ao nível da estrutura curricular do curso de bibliotecário-arquivista. De referir que as várias tentativas de reestruturação do curso culminaram com a criação, “por proposta da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, do Curso de Especialização em Ciências Documentais” (Souza & Ribeiro, 2009: 91) de forma a adequar o curso anterior à nova realidade imposta pela sociedade da informação. O decreto n.º 87/82 instituiu o Curso de Especialização em Ciências Documentais que passou a ser ministrado nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa, em 1983, e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1985. O plano curricular do curso que funcionava nas instalações da Universidade do Porto “manteve-se estável ao longo das várias edições (...) de acordo com o diploma legal que o instituiu (...). Contudo, o elenco de disciplinas de opção foi sofrendo algumas alterações, procurando-se, na medida do possível, introduzir temáticas mais actuais.”<sup>74</sup>

A sociedade da informação e a revolução tecnológica que lhe está associada alteraram profundamente o papel desempenhado pelo bibliotecário, obrigando a uma mudança significativa ao nível das funções e das práticas implementadas na área da biblioteconomia. Para Marshall, Fisher, Moulton & Piccoli (1996)

*The unique contributions of the special librarian include expertise in the content and selection of the best available print and electronic information resources as well as a commitment to putting knowledge to work or, in other words, linking the information user with the right information resource at the right time.*<sup>75</sup>

Estes autores consideram ainda que os bibliotecários devem ser detentores de um conjunto de competências profissionais e pessoais que possibilitem o desempenho das suas funções de forma eficaz e eficiente no âmbito do novo paradigma informacional. A respeito das competências profissionais, Marshall et al. (1996) referem que os bibliotecários devem possuir conhecimentos em diversas áreas do saber de modo a dar resposta às solicitações dos utilizadores, procedendo à análise, selecção e avaliação dos recursos de informação disponíveis. Além disso, o bibliotecário “uses appropriate information technology to acquire, organize and disseminate information”<sup>76</sup> através da criação de um catálogo digital com o objectivo de divulgar o fundo documental da biblioteca e facilitar a pesquisa de informação por parte dos utilizadores.

No que toca às competências pessoais, Marshall et al. (1996) salientam que os bibliotecários devem apresentar uma boa capacidade de comunicação, espírito de liderança e aptidão para trabalhar em equipa de modo a criar um bom ambiente de trabalho entre os

---

<sup>74</sup> Vide Fernanda Ribeiro et al. (s.d.) *Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais (1985-2003)* Consultado em 17 de Fevereiro de 2011, disponível em <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5651.PDF>

<sup>75</sup> Vide Joanne Marshall et al. (1996), *Competencies for Special Librarians of the 21<sup>st</sup> Century*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2011, disponível em

<<http://www.sla.org/content/SLA/professional/meaning/competency.cfm>>

<sup>76</sup> Idem, ibidem.

colaboradores. Neste sentido, o bibliotecário deve estabelecer uma relação de respeito e confiança com todos os seus colaboradores, solicitando a sua participação na tomada de decisões através da partilha de ideias, opiniões e sugestões sobre questões de âmbito institucional. À semelhança de qualquer outro profissional, o bibliotecário deve implementar um plano pessoal de formação que possibilite a actualização permanente e regular dos seus conhecimentos na área da biblioteconomia, garantindo, desta forma, a prossecução dos ideais subjacentes ao paradigma educacional vigente que valoriza fundamentalmente a aprendizagem ao longo da vida.

Segundo as directrizes da IFLA/UNESCO (2001: 89), as funções do bibliotecário

*incluem a concepção, planeamento, organização, execução, gestão e avaliação dos serviços e sistemas de biblioteca e de informação de modo a satisfazer as necessidades dos utilizadores dos serviços de biblioteca e de informação da comunidade. Tais funções implicam ainda o desenvolvimento da colecção, a organização e exploração de recursos, o aconselhamento e assistência aos utilizadores na busca e utilização de informação, e o desenvolvimento de sistemas que facilitem o acesso aos recursos da biblioteca.*

Face ao que foi exposto, constatamos que as funções do bibliotecário são bastante abrangentes e diversificadas, na medida em que abarcam um leque variado de domínios, sendo fundamental que estes profissionais adquiram competências em várias áreas do saber de modo a exercer a sua actividade de forma responsável. Assim, e de acordo com as directrizes da ILFA/UNESCO (2001), compete ao bibliotecário analisar as necessidades da comunidade em termos de recursos e de informação através da formulação e execução de políticas para o desenvolvimento dos serviços da biblioteca. Do mesmo modo, o bibliotecário deve assegurar o planeamento e a prestação de serviços destinados ao público em geral, sendo responsável pelo desenvolvimento e concepção de serviços de biblioteca e de informação destinados a satisfazer as necessidades de grupos especiais, tais como o público infantil. Para suprir as necessidades da biblioteca e dos seus utilizadores, o bibliotecário deve criar e promover a manutenção de bases de dados de modo a apoiar os utilizadores no uso dos recursos de informação disponíveis na biblioteca.

As suas competências envolvem ainda a recolha e a apresentação de informação, o preenchimento de questionários nas áreas de referência e informação e o desenvolvimento de políticas e sistemas de aquisição dos recursos da biblioteca. Neste âmbito, o bibliotecário é também responsável pela gestão e administração dos sistemas da biblioteca e de informação, cabendo-lhe a realização do planeamento estratégico e a gestão do orçamento. No que diz respeito à gestão dos recursos de informação, o bibliotecário deve proceder à catalogação e à classificação dos materiais da biblioteca em conjunto com os seus colaboradores. Constituem, também, funções do bibliotecário, a avaliação dos serviços e dos sistemas da biblioteca, a participação na selecção, avaliação, gestão e formação de pessoal e a participação no planeamento, concepção e organização do espaço em bibliotecas novas e remodeladas e em

bibliotecas itinerantes. Por último, é importante que o bibliotecário proceda regularmente a uma actualização dos seus conhecimentos pessoais nas áreas dos serviços de biblioteca e de informação, incluindo tecnologias relevantes.

Para permitir a execução eficiente das diversas funções associadas ao exercício da sua actividade, “os bibliotecários devem manter um processo de formação profissional contínua, tanto a nível formal como informal” (Directrizes da IFLA/UNESCO, 2001: 93) de modo a “garantir a sua actualização em relação aos desenvolvimentos mais recentes na sua área” (*ibidem*: 93). Deste modo, consideramos que a formação dos bibliotecários constitui, sem dúvida alguma, a condição *sine qua non* para assegurar o cumprimento das missões da biblioteca pública. Neste sentido, somos de opinião que “deve existir um programa planeado e contínuo de formação de pessoal a todos os níveis, incluindo quer os funcionários a tempo inteiro quer os que trabalham a tempo parcial” (*ibidem*: 94) uma vez que

*Os rápidos desenvolvimentos nas tecnologias da informação tornam a necessidade de formação regular ainda mais essencial, devendo o acesso a fontes alternativas de informação ser incluído em todos os programas de formação. Tanto o pessoal especializado como o de apoio deve frequentar uma formação inicial de introdução às funções e objectivos da biblioteca pública e ao contexto em que esta funciona (ibidem: 94).*

De acordo com a informação disponibilizada no site da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, os bibliotecários são profissionais responsáveis pela concepção, organização e administração das estruturas de documentação e informação. A gestão da informação constitui uma das suas principais atribuições, uma vez que estes profissionais desempenham um papel determinante ao nível da selecção, análise e avaliação da informação com o intuito de facilitar o acesso aos vários suportes documentais.

Para dar resposta às necessidades apresentadas pelos utilizadores, os bibliotecários concebem e planeiam serviços e sistemas de informação, definindo, em simultâneo, processos de recuperação e exploração da informação. A recuperação da informação é feita a partir de fundos documentais próprios ou através do intercâmbio estabelecido com outras bibliotecas e/ou serviços de informação, havendo também a preocupação, por parte dos bibliotecários, de manter os fundos bibliográficos actualizados com base na identificação de necessidades futuras. Cabe ainda aos bibliotecários a realização de outro tipo de tarefas, destacando-se: a análise e avaliação da qualidade dos serviços e dos recursos de informação disponíveis; a produção e divulgação de informação adequada aos interesses dos utilizadores; a organização de actividades de promoção do livro e da leitura e de animação cultural.

Em bibliotecas de maior dimensão, os bibliotecários desempenham funções em áreas específicas, prestam apoio directo aos utilizadores<sup>77</sup> através da implementação de programas

---

<sup>77</sup> No que diz respeito aos utilizadores, Hecquard (1996 : 37) refere que o bibliotecário “aura donc à jouer un rôle d’intermédiaire, d’interface entre l’usager et des documents ou des informations ; il devra alors prendre en compte les demandes et les besoins directement exprimés par les usagers”

de formação cujo principal objectivo é a definição de estratégias a pôr em prática na realização de pesquisas em bases de dados, garantindo, deste modo, o acesso rápido e fiável à informação desejada. Estes profissionais podem ainda ser chamados a efectuar a gestão documental do acervo bibliográfico, sendo responsáveis pela execução da política de aquisições e pelo tratamento técnico que inclui tarefas como a inventariação, a catalogação e a indexação.

Salientamos, desde já, que a utilização de bases de dados e das novas tecnologias da informação e da comunicação nas bibliotecas veio facilitar o trabalho dos bibliotecários e contribuir para a evolução das suas funções. Além disso, a introdução destas tecnologias melhorou a qualidade dos serviços prestados, uma vez que colocaram à disposição dos cidadãos novas possibilidades de manipulação, transmissão e armazenamento da informação, permitindo, por conseguinte, que mais utilizadores tenham um melhor acesso à informação graças à sua rápida difusão através da Internet.

Perante a influência exercida pelas novas tecnologias da informação e comunicação, torna-se imperativo que os bibliotecários possuam bons conhecimentos de informática de modo a dar resposta aos novos desafios impostos pela sociedade da informação. Do mesmo modo, devem apresentar um bom domínio ao nível das línguas estrangeiras uma vez que poderão vir a ser confrontados com a necessidade de consultar documentos que não estejam escritos em português. Seria também vantajoso para o exercício das suas funções que estes profissionais dominassem algum vocabulário técnico de outras áreas do saber de modo a permitir a análise e o tratamento de documentos que apenas poderão ser efectuados com base em conhecimentos específicos dessas áreas.

Face ao que foi exposto, facilmente se depreende que os bibliotecários devem reunir um conjunto diversificado e vasto de competências pessoais e profissionais, consideradas fundamentais para o exercício das suas funções no contexto do actual paradigma informacional que exige uma constante actualização dos conhecimentos na área da biblioteconomia e noutras áreas afins.

### 3. A Biblioteca Pública e a Literacia

A biblioteca pública constitui um interveniente decisivo e importante no processo de desenvolvimento da literacia, pautando a sua acção com base nas orientações que constam do Programa de promoção da leitura da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas. Este Programa desenvolve projectos e acções no âmbito da difusão do livro e da promoção da leitura em articulação com os objectivos estipulados pelo Plano Nacional de Leitura.

O Plano Nacional de Leitura foi criado em 2006 pelo Ministério da Educação em parceria com os Ministérios da Cultura e dos Assuntos Parlamentares, com o objectivo de promover o desenvolvimento da literacia e fomentar os hábitos de leitura dos portugueses. A necessidade da criação deste plano deve-se aos resultados obtidos em estudos realizados nas duas últimas décadas a nível nacional e internacional que demonstram que, “no que respeita ao domínio da leitura, a situação de Portugal é grave, revelando baixos níveis de literacia, tanto na população adulta, como entre crianças e jovens em idade escolar.”<sup>78</sup>

O Plano Nacional de Leitura visa, assim, promover a leitura, assumindo-a como um factor de desenvolvimento individual e de progresso nacional. Torna-se, pois, imperativo criar um ambiente social favorável à leitura, valorizando-se, sobretudo, práticas pedagógicas e outras actividades que estimulem o prazer de ler entre crianças, jovens e adultos. Do mesmo modo, este plano procura enriquecer as competências dos actores sociais, potenciando a acção de professores e de mediadores de leitura, formais e informais. Pretende-se também consolidar e ampliar o papel desempenhado pela Rede de Bibliotecas Públicas e pela Rede de Bibliotecas Escolares na criação de hábitos de leitura. Outro dos pressupostos subjacentes ao Plano Nacional de Leitura prende-se com a necessidade de criar instrumentos que permitam a definição de metas cada vez mais precisas para o desenvolvimento da leitura com o intuito de alcançar resultados mais favoráveis em estudos conduzidos a nível nacional e internacional de avaliação da literacia<sup>79</sup>.

Ora, a concretização dos objectivos do Plano Nacional de Leitura apenas poderá ser feita através da colaboração de todos os agentes e organizações de promoção da leitura, sendo fundamental o estabelecimento de parcerias com bibliotecas escolares, bibliotecas públicas, autarquias locais e empresas públicas e privadas de modo a assegurar o lançamento de projectos destinados a vários públicos.

Neste contexto, cabe à biblioteca pública, enquanto agente de promoção da leitura, implementar um conjunto de acções de modo a garantir o desenvolvimento das competências de literacia, nomeadamente: (1) a promoção da leitura; (2) o fornecimento de materiais adequados aos utilizadores que apresentem níveis baixos de literacia; (3) a cooperação com outras instituições da comunidade empenhadas no combate à iliteracia; (4) a participação em campanhas de combate à iliteracia e à numeracia; (5) a organização de acções destinadas a

---

<sup>78</sup> Vide Isabel Alçada (2006), *Plano Nacional de Leitura - Relatório síntese*. Consultado em 20 de Fevereiro de 2011, disponível em <<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt>>

<sup>79</sup> Cf. <<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/index1.php>>

fomentar o interesse pela leitura, literatura e cultura mediática; (6) a organização de acções de formação no âmbito da utilização das tecnologias informáticas; (7) a promoção de acções de divulgação de novos desenvolvimentos na área dos meios de comunicação; (8) a prestação de apoio aos utilizadores na procura de informação; (9) a cooperação com professores, pais e outros elementos no apoio à aquisição de novas competências (Directrizes da IFLA/UNESCO, 2001).

Nesta ordem de ideias, consideramos que a biblioteca pública é um local privilegiado para o desenvolvimento da literacia, desempenhando um papel relevante no processo de formação de cidadãos críticos, activos e intervenientes através da promoção de competências no âmbito da literacia da informação. O desenvolvimento das habilidades de informação assume particular importância no actual contexto da sociedade da informação, uma vez que estas são fundamentais para a aprendizagem ao longo da vida. A este propósito, relembramos que

*Information competencies are a key factor in lifelong learning. They are the first step in achieving educational goals. The development of such competencies should take place throughout citizens' lives, especially during their educational years, where librarians, as a part of the learning community and, as experts in information management, have or should assume the key role of facilitating information literacy<sup>80</sup>*

Deste modo, compete aos bibliotecários promover programas de desenvolvimento da literacia e das habilidades de informação através do estabelecimento de protocolos com diversas instituições educativas da comunidade local de modo a combater as elevadas taxas de iliteracia. Neste sentido, consideramos que os bibliotecários poderão dar um contributo importante ao nível do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, assim como “in their search to enhance or develop the skills, knowledge and values needed to become lifelong learners”<sup>81</sup> através da implementação de actividades integradas no âmbito dos vários programas curriculares.

Na opinião de Prole (2005), o combate efectivo das elevadas taxas de iliteracia que caracterizam a população portuguesa exige que bibliotecários e professores sejam detentores de uma formação especializada que possibilite a implementação de uma política de criação de novos públicos leitores. Neste contexto, os mediadores de leitura devem ser portadores de um conjunto de competências, destacando-se “a compreensão do acto de ler e a didáctica da recepção leitora, o conhecimento da literatura infanto-juvenil e a capacidade para criar e sustentar projectos de promoção de leitura” (Prole, 2005:1). Neste âmbito,

*Public libraries have a special responsibility to support the process of learning to read, and to promote books and other media for children. The library must provide*

---

<sup>80</sup> Cf. *Guidelines on information literacy for lifelong learning* (2006: 4). Consultado em 15 de Fevereiro de 2011, disponível em <[www.ifla.org/VII/s42/pub/IL-Guidelines2006.pdf](http://www.ifla.org/VII/s42/pub/IL-Guidelines2006.pdf)>

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*.

*special events for children, such as story telling and activities related to the library's services and resources. Children should be encouraged to use the library from an early age as this will make them more likely to remain users in future years. (Public Library Services, 2001: 26)*

De acordo com as Directrizes da IFLA/UNESCO (2001: 26), as bibliotecas públicas têm uma responsabilidade acrescida “no apoio ao processo de aprendizagem da leitura e na promoção do livro e de outros materiais para crianças”, sendo fundamental que a biblioteca desenvolva actividades destinadas às crianças, designadamente, “sessões de conto e outras actividades relacionadas com os serviços e os recursos da biblioteca” (*ibidem*: 26). Através da implementação de um serviço para crianças, as bibliotecas públicas estão a contribuir para o desenvolvimento das competências de literacia e para o fomento da aprendizagem ao longo da vida. Segundo Ventura (2002: 135) “é, sem dúvida, junto das crianças, que as bibliotecas públicas mais deverão investir, afirmando o seu papel pedagógico na criação do gosto pela leitura e na aquisição inicial de hábitos de aprendizagem ao longo da vida.”

As recomendações internacionais da IFLA expressas nas Directrizes para serviços de bibliotecas para crianças (2003) apontam para a necessidade da criação de um espaço físico confortável e convidativo à leitura que possibilite a realização de diversas actividades no sentido de assegurar o desenvolvimento das capacidades pessoais das crianças. Para dar resposta às necessidades de informação apresentadas pelas crianças, as bibliotecas públicas devem implementar um leque variado de serviços, destacando-se: (1) o empréstimo de materiais diversificados; (2) a oferta de serviços de informação e referência; (3) o apoio prestado ao nível da selecção dos materiais adequados; (4) o envolvimento das crianças na escolha do material a adquirir e no próprio desenvolvimento dos serviços da biblioteca; (5) a oferta de formação em competências na utilização da biblioteca e em literacia da informação; (6) a realização de actividades de motivação com vista à promoção da leitura; (7) a oferta de programas de animação criativos e hora do conto; (8) a formação de pais e encarregados de educação; (9) a disponibilização de serviços de referência e de formação para amas, educadores de infância, professores e bibliotecários; (10) a cooperação e apoio a organizações e instituições da comunidade (Directrizes para serviços de bibliotecas para crianças, 2003).

Relativamente aos recursos humanos, este documento estabelece que é necessário dotar os serviços das bibliotecas para crianças de bibliotecários especializados e com uma formação adequada para trabalhar com utilizadores desta faixa etária. De entre as suas principais competências, salientamos: (1) capacidade para comunicar e estabelecer relações interpessoais facilmente; (2) promoção do trabalho em equipa; (3) espírito de iniciativa, flexibilidade e abertura à mudança; (4) implementação de estratégias diversificadas para resolução de problemas; (5) capacidade de análise das necessidades dos utilizadores; (6) planeamento, gestão e avaliação de serviços e programas; (7) vontade de aprender novas

competências com vista ao seu desenvolvimento pessoal (Directrizes para serviços de bibliotecas para crianças, 2003).

Além destas competências, e para melhor cumprir as suas funções, o bibliotecário deve possuir também conhecimentos no âmbito da psicologia e desenvolvimento infantil, ao nível das teorias do desenvolvimento e da promoção da leitura e literatura para crianças, incluindo livros e outros recursos de informação (Directrizes para serviços de bibliotecas para crianças, 2003). A respeito da promoção da leitura, Ventura (2002: 136) salienta que

*Recusando reduzir-se à simples função de distribuidora dos livros, o sector infantil das novas bibliotecas públicas, procura através de estratégias criativas, muitas vezes surpreendentes, criar um ambiente cultural e lúdico favorável e estimular nas crianças o gosto de se apropriar do livro e da leitura através de actividades pedagógicas variadas que complementam a aprendizagem da leitura, mais arbitrária, veiculada pela escola.*

De acordo com Prole (s.d.) a implementação de um projecto de promoção da leitura assenta em três princípios metodológicos que devem orientar a acção do mediador da leitura durante a planificação das actividades. Com efeito, pretende-se através do desenvolvimento de actividades de promoção da leitura potenciar a motivação das crianças para futuras leituras. Importa, pois, organizar acções que contribuam de forma significativa para a criação de hábitos de leitura e para o fomento do gosto pela leitura. Ora, o incumprimento deste princípio metodológico faz com que algumas iniciativas levadas a cabo pelas bibliotecas públicas não possam ser consideradas como autênticas actividades de promoção da leitura.

A título de exemplo, apontamos a visita de um escritor por se tratar de uma actividade que, se não for organizada convenientemente, não passará de um mero evento de divulgação da obra desse autor. Na fase de preparação da actividade, a equipa responsável desdobra-se em esforços para divulgar o evento junto da comunidade local através “da concepção de cartazes sobre a iniciativa e a sua distribuição pelas escolas do concelho, (...) a concepção de uma exposição sobre a vida e obra do autor e a organização da sua visita, em colaboração com as escolas, por parte dos alunos do concelho.”<sup>82</sup> Consideramos, no entanto, que este tipo de iniciativa em nada contribui para a criação de hábitos de leitura, pois

*Se a visita de um escritor infanto-juvenil não for antecedida pela leitura das suas obras por parte das crianças, de modo a proporcionar um diálogo vivo e produtivo com o autor, as personagens, as aventuras e o imaginário que povoam as suas estórias, a sua eficácia é tendencialmente nula no que à promoção diz respeito.<sup>83</sup>*

---

<sup>82</sup> Vide António Prole (s.d.) Como fazer um Projecto de Promoção da Leitura. Consultado em 22 de Fevereiro de 2011, disponível em <[www.casadaleitura.org/.../manual\\_instrucoes\\_projectos\\_a\\_C.pdf](http://www.casadaleitura.org/.../manual_instrucoes_projectos_a_C.pdf)>

<sup>83</sup> Idem, ibidem.

Outro dos princípios metodológicos diz respeito à importância do envolvimento das crianças nas actividades, sendo fundamental que estas estejam implicadas na concretização do projecto, uma vez que “Todas as actividades lúdicas de animação da leitura devem ser desenvolvidas, com maior ou menor orientação do mediador, pelas próprias crianças e decorrerem como prolongamento da própria leitura e sempre em interacção com esta.”<sup>84</sup> Torna-se, por isso, necessário que as crianças estabeleçam uma constante interacção com os livros que lêem através da realização de actividades lúdicas que possibilitem a expressão das emoções proporcionadas pela leitura.

O último princípio metodológico está relacionado com a interacção da literatura com outras formas de linguagem. No entender de Prole (s.d.), “o cruzamento da literatura, da leitura literária, com outras linguagens (teatro, artes plásticas, etc.), é útil e desejável, desde o momento em que essas outras linguagens não abafem, ou secundarizem, a própria leitura.”<sup>85</sup> Com efeito, “Não é pelo facto de uma criança ir assistir (...) a uma encenação de uma das obras da literatura para crianças de Sophia ou a um conjunto de actividades lúdicas que têm o livro e a palavra como pretexto, que ela desperta para o acto de ler ou é compelida à leitura de estórias.”<sup>86</sup> Assim, para que estas actividades contribuam para a criação de hábitos de leitura e motivem as crianças para futuras leituras, é necessário que as estratégias implementadas fomentem e desenvolvam a sua competência leitora.

Segundo Prole (s.d.), os projectos de promoção da leitura devem obedecer a um conjunto de critérios específicos comuns a todas as actividades, a saber: (1) leitura voluntária que deve ocorrer de forma sistemática e fora do contexto escolar; (2) leitura integral de obras; (3) adequação das obras aos interesses, motivações e desenvolvimento cognitivo das crianças; (4) implementação de actividades lúdicas que favoreçam e reforcem os hábitos de leitura e a compreensão textual.

No que diz respeito à promoção da leitura, consideramos que esta não deve ocorrer de forma arbitrária, havendo necessidade de efectuar um trabalho prévio de planificação e organização das tarefas a desenvolver neste contexto. Torna-se, pois, essencial seleccionar materiais apelativos e adequados ao público-alvo<sup>87</sup> que possibilitem a implementação de actividades de modo a promover a formação de leitores activos, críticos e participativos. Tal como refere C. Pereira (2007: 177)

*promover a leitura não é só impulsionar a criança a ler uma obra e aguçar-lhe o gosto para ler outra e mais outra, criando novos leitores. Promover a leitura é também cuidar dos leitores que já existem, porque promover uma actividade é acima de tudo tornar essa actividade relevante em termos sociais e culturais.*

---

<sup>84</sup> Vide António Prole (s.d.) Como fazer um Projecto de Promoção da Leitura. Consultado em 22 de Fevereiro de 2011, disponível em <[www.casdaleitura.org/.../manual\\_instrucoes\\_projectos\\_a\\_C.pdf](http://www.casdaleitura.org/.../manual_instrucoes_projectos_a_C.pdf)>

<sup>85</sup> Idem, ibidem.

<sup>86</sup> Idem, ibidem.

<sup>87</sup> No entender de Marinet (1993 : 109) “Toutes les activités de la bibliothèque, lieu de loisir culturel, doivent concourir à favoriser les rencontres les plus enrichissantes possibles avec le « le plaisir du texte » notamment de fiction, ou avec des documents qui répondent réellement à la curiosité et à l’attente des enfants.”

A leitura, além de facilitar a compreensão do mundo e das inúmeras transformações que nele ocorrem, promove “a constituição e consolidação de hábitos que possibilitem não apenas uma construção pessoal do saber, mas a capacidade de uma formação autónoma, recorrente ao longo de toda a vida” (F. Azevedo, 2007: 12). À semelhança do que refere Prole (2005), consideramos que existe uma relação estreita entre a compreensão leitora e os hábitos de leitura, sendo fundamental que as crianças estabeleçam um contacto directo e continuado com a literatura desde a primeira infância. O mesmo autor afirma que

*o ensino da leitura requer, deste modo, a literatura como instrumento fundamental para o desenvolvimento das respectivas competências de leitura. Não é possível separar o ensino da leitura da leitura literária e esta deve ser introduzida no processo educativo, como prática quotidiana, mesmo antes da aprendizagem formal (Prole, 2005: 4).*

Atendendo ao facto de que os alunos que dedicam mais tempo à leitura de fruição tendem a ser melhores leitores, “a literatura enquanto leitura, deve ser entendida como um instrumento para o desenvolvimento de competências específicas de leitura que possibilitem o acesso à leitura enquanto compreensão e chave do conhecimento” (*ibidem*: 4). Ora, para garantir o desenvolvimento da compreensão leitora, é importante implementar práticas de promoção da leitura junto das crianças com vista à formação de novos públicos-leitores.

De acordo com Sardinha (2007: 3),

*A sociedade actual exige a aquisição e desenvolvimento da competência leitora de modo a permitir aos sujeitos o desenvolvimento de outras competências. O conceito de literacia em leitura está, obviamente relacionado com as mudanças constantes que se operam na sociedade.*

No entender de Prole (2005: 2), a literacia da leitura<sup>88</sup> refere-se à “capacidade de cada indivíduo compreender e usar textos escritos e reflectir sobre eles, de modo a atingir os seus objectivos, a desenvolver os seus próprios conhecimentos e potencialidades e a participar activamente na sociedade”. A este respeito, partilhamos a opinião de Sardinha (s.d.) para quem “a literacia está fortemente relacionada com o actual conceito de leitura. Qualquer sujeito apresenta o seu próprio nível de literacia consoante a forma como lê e vê o mundo.”<sup>89</sup> Assim, para obter níveis elevados de literacia é fundamental implementar boas práticas de leitura que propiciem a aquisição de competências no domínio da leitura, sendo fundamental que o aluno compreenda e reflecta acerca da mensagem veiculada pelo texto. Neste sentido, torna-se imprescindível que o leitor desenvolva estratégias que conduzam à

---

<sup>88</sup> “É esta noção de literacia, enquanto compreensão, acesso ao sentido, que exige competências específicas de leitura que estão para além da mera descodificação, que a OCDE utiliza como referencial de competência leitora” Cf. Prole (2005: 2).

<sup>89</sup> Vide Graça Sardinha (s.d.) *Literacia em leitura - identidade e construção da cidadania*. Consultado em 7 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM1.pdf>>

compreensão da mensagem textual, assumindo, desde logo, uma postura activa relativamente ao texto escrito. Assim, os leitores vão construindo o sentido do texto com base no seu conhecimento prévio e na sua formação sócio-cultural, o que torna a interpretação textual subjectiva.

Do mesmo modo, para fomentar hábitos de leitura, cabe à biblioteca pública a responsabilidade de definir programas especificamente dirigidos às crianças que desenvolvam um projecto coerente para a formação de novos leitores. Para melhor cumprir a sua função de mediador<sup>90</sup> entre a criança e o livro, o bibliotecário deve ter um conhecimento aprofundado da literatura infanto-juvenil de modo a ir ao encontro das necessidades das crianças, pois,

*Todos sabemos como é importante dar o livro certo ao leitor certo, para que o encontro da leitura se produza, mas também sabemos como se pode perder um leitor, ou refrear o seu entusiasmo pela leitura, quando passamos no momento certo o livro errado. Todos sabemos como é importante para a criança que o adulto mediador da leitura se envolva tanto como ela na emoção da narrativa: nessa aventura a três que nessa fase é a leitura (Prole, 2005: 8).*

Neste contexto, torna-se fundamental definir estratégias que possam ser postas em prática no contexto da biblioteca pública de modo a tornar o acto de ler uma actividade aliciante e motivadora para captar o interesse das crianças. Para cultivar o gosto da criança pela leitura, é essencial proporcionar momentos de interacção com livros que vão ao encontro dos seus interesses, motivações e expectativas, garantindo, deste modo, o desenvolvimento da competência leitora. Assim,

*A importância da leitura literária, que implica, evidentemente, a leitura de histórias completas, reside na sua capacidade em atrair as crianças, envolvendo-as emotivamente no imaginário das histórias, impulsionando o seu diálogo com o texto, as suas personagens e aventuras, assumindo-se, assim, como um meio fundamental para potencializar a interacção entre o leitor e o texto e, conseqüentemente, o desenvolvimento da compreensão.<sup>91</sup>*

De igual modo, a selecção das obras literárias constitui um aspecto de importância primordial para o desenvolvimento da competência leitora. A este propósito, Prole (s.d.) realça que “A qualidade literária das obras, quer quanto à narrativa escrita quer quanto à

---

<sup>90</sup> A este respeito, Marinet (1993 : 109) refere que “Le bibliothécaire y joue un rôle fondamental comme médiateur, avec sa capacité à inventer sans cesse des stratégies renouvelées pour amener l’enfant à la découverte et lui en donner le goût - par l’accueil, le conseil, l’animation - en s’appuyant sur sa compétence, enrichie par son expérience, pour établir des collaborations avec d’autres partenaires du livre et de l’enfance.”

<sup>91</sup> Vide António Prole (s.d.) Como fazer um Projecto de Promoção da Leitura. Consultado em 22 de Fevereiro de 2011, disponível em <[www.casadaleitura.org/.../manual\\_instrucoes\\_projectos\\_a\\_C.pdf](http://www.casadaleitura.org/.../manual_instrucoes_projectos_a_C.pdf)>

narrativa pictórica (das ilustrações), é um princípio básico que deve ser sempre observado na selecção das estórias.”<sup>92</sup> O mesmo autor considera ainda que

*Neste contexto de envolvência afectiva a criança torna-se um leitor activo, participante, mesmo quando ainda não aprendeu formalmente a ler. A escolha dos livros coloca-se, assim, como uma questão relevante enquanto factor potencializador da interacção das crianças com a leitura e requer do mediador um conhecimento suficientemente amplo da literatura para crianças e a adequação de diferentes tipos de estórias à idade das crianças.*<sup>93</sup>

Convém sublinhar que a selecção das obras a utilizar no âmbito das actividades de promoção da leitura deverá ser feita com base nas orientações emanadas do Ministério da Educação e que constam do Plano Nacional de Leitura. As obras recomendadas pelo Plano Nacional de leitura foram seleccionadas por um grupo de especialistas com base em critérios específicos, atendendo aos vários níveis de competência e aos próprios interesses dos leitores. De acordo com a informação disponibilizada na página do Plano Nacional de Leitura, foram definidos os seguintes critérios para a elaboração das listas: (1) álbuns que, pela sua qualidade estética, possibilitem um desenvolvimento harmonioso da sensibilidade, imaginação e inteligência dos leitores; (2) obras narrativas, líricas e dramáticas que promovam a leitura literária; (3) obras clássicas e narrativas de cariz tradicional destinadas a crianças e jovens; (4) livros de natureza informativa adequados aos públicos infantil e juvenil; (5) livros de actividades que favoreçam uma leitura funcional; (6) livros cujo conteúdo está relacionado com projectos implementados em contexto escolar<sup>94</sup>.

Tal como referem Macedo & Soeiro (2009: 50), a lista das obras recomendadas pelo Plano Nacional de Leitura “demarca um conjunto de hipóteses a seleccionar, mas a eleição da(s) obra(s) deve ainda assentar em critérios mais abrangentes”, designadamente

*um conhecimento profundo do conteúdo do livro por parte do mediador, a relação que esses livros estabelece com o conhecimento do mundo para que seja propiciador de novas aprendizagens, as características do grupo, o seu nível de interesse e os objectivos que estão subjacentes às decisões pedagógicas incrementadas (ibidem: 50).*

Parece-nos, pois, determinante para o desenvolvimento das competências literárias que a biblioteca implemente um conjunto de actividades lúdicas e atractivas no sentido de motivar as crianças para futuras leituras, tornando a biblioteca “um local agradável, sedutor, viabilizador das leituras diversas; lugar de encanto, magia, onde se pode imaginar ou sonhar; e ainda um espaço de leitores experientes, leitores iniciantes, leitores apenas” (Pontes & F. Azevedo, 2009: 70).

---

<sup>92</sup> Vide António Prole (s.d.) Como fazer um Projecto de Promoção da Leitura. Consultado em 22 de Fevereiro de 2011, disponível em <[www.casadaleitura.org/.../manual\\_instrucoes\\_projectos\\_a\\_C.pdf](http://www.casadaleitura.org/.../manual_instrucoes_projectos_a_C.pdf)>

<sup>93</sup> Idem, ibidem.

<sup>94</sup> Cf. <<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt>>

## TRABALHO DE CAMPO

### 1. Objecto de Estudo e Metodologia

O presente estudo, no âmbito da literacia, pretende avaliar o papel desempenhado pela biblioteca pública ao nível do desenvolvimento das competências de literacia das crianças através da identificação das principais estratégias de promoção de leitura implementadas em contexto bibliotecário. Este estudo assenta numa investigação levada a cabo junto de um grupo de utilizadores e funcionários da Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva, recorrendo à aplicação de um inquérito sob a forma de questionário.

A metodologia utilizada para a implementação da nossa investigação é de natureza quantitativa. Segundo M. Gomes (2002: 32), as estratégias metodológicas designadas de extensivas-quantitativas permitem a obtenção de “relações quantificadas entre variáveis baseadas em dados recolhidos pela aplicação de inquéritos por questionário a populações ou amostras delas.” De igual modo, Miranda (2008) refere que este tipo de abordagem permite a realização de inferências, a identificação e apresentação de dados, a listagem de indicadores e tendências observáveis com base numa análise estatística dos resultados obtidos. Neste sentido, consideramos que a investigação de teor quantitativo se adequa ao apuramento das opiniões dos inquiridos sobre a temática da literacia uma vez que recorre a instrumentos padronizados, como é o caso dos questionários, possibilitando uma recolha de dados rigorosa e objectiva através da utilização de medidas numéricas.

A nossa investigação apoiou-se numa amostra constituída por três grupos distintos: um grupo formado por quinze crianças que frequentam o terceiro e o quarto ano de escolaridade, um grupo composto por quinze utilizadores adultos de ambos os sexos e um grupo constituído por treze funcionários da biblioteca.

Para melhor dar resposta à problemática em torno do papel da biblioteca pública no suporte à literacia, decidimos aplicar os inquéritos a dois tipos de utilizadores (crianças e adultos) e aos funcionários da biblioteca de modo a obter um leque diversificado de opiniões acerca do nosso objecto de estudo. Foram, assim, elaborados dois inquéritos distintos em função do público-alvo a inquirir. Estes inquéritos foram adaptados a partir do modelo de avaliação da biblioteca escolar disponível no site da Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação. O questionário destinado às crianças era constituído por dez perguntas fechadas, privilegiando-se a utilização de perguntas de escolha múltipla que possibilitam uma maior objectividade ao nível das respostas obtidas. As questões de escolha múltipla abordavam os seguintes aspectos: a frequência com que os utilizadores se deslocam à biblioteca; as razões que os levam a frequentar a biblioteca; a frequência com que efectuam empréstimos de livros para leitura domiciliária; a participação em actividades de promoção de leitura dinamizadas pela biblioteca; as tarefas cumpridas no âmbito dos

programas de formação de utilizadores e as estratégias implementadas durante a realização de um trabalho de pesquisa. Constavam, ainda, deste questionário quatro perguntas de avaliação que incidiam fundamentalmente sobre o trabalho desenvolvido pela biblioteca no âmbito da promoção de hábitos de leitura. Os inquiridos foram chamados a dar a sua opinião sobre a postura dos funcionários e as actividades desenvolvidas em contexto bibliotecário, pronunciando-se acerca da importância exercida por estas variáveis na aquisição de hábitos de leitura e na melhoria da competência leitora (*vide* anexo II).

O questionário aplicado aos adultos e aos funcionários era composto por dez questões, sendo que na sua elaboração foram privilegiadas as perguntas de avaliação, havendo apenas duas perguntas de escolha múltipla. As perguntas constantes do questionário incidiam sobre os seguintes aspectos: (1) os recursos documentais existentes na biblioteca; (2) a adequação da colecção da biblioteca aos gostos e interesses das crianças; (3) o trabalho desenvolvido pela biblioteca no âmbito da promoção da leitura; (4) a criação de condições de espaço e de tempo para a leitura individual e por prazer; (5) o contributo da biblioteca para o desenvolvimento das competências de literacia das crianças; (6) o impacto da biblioteca nas competências de literacia das crianças; (7) a promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura; (8) as actividades desenvolvidas pela biblioteca para promover a leitura; (9) o apoio prestado pela biblioteca na selecção da documentação e no uso e produção da informação; (10) a promoção de actividades de formação para as crianças (*vide* anexo II).

Consideramos que este conjunto de questões permitirá aferir o papel desempenhado pela biblioteca no suporte à literacia e na promoção e consolidação dos hábitos de leitura das crianças. No entanto, estamos conscientes de que este método poderá apresentar algumas limitações na medida em que a investigação de teor quantitativo resulta essencialmente da aplicação de questionários a um grupo de indivíduos que representam apenas uma parcela da sociedade. Por outro lado, a implementação deste tipo de questionário pode, ainda, conduzir a alguns constrangimentos resultantes do facto de as respostas fornecidas pelos inquiridos puderem assumir um carácter subjectivo, variável em função do contexto social, económico e cultural dos próprios indivíduos.

Para melhor entendermos o papel desempenhado pela biblioteca pública no âmbito da literacia, julgámos que seria pertinente proceder a uma breve caracterização do local onde se realizou a nossa investigação de modo a estabelecermos um paralelo entre os objectivos delineados pela instituição, os serviços disponibilizados e as medidas implementadas em contexto bibliotecário para assegurar a promoção dos hábitos de leitura das crianças.

## 2. Breve Caracterização da Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva

Esta investigação foi realizada na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva, instituição de serviço público tutelada pela Câmara Municipal de Viseu que procura dar resposta “às novas exigências de natureza cultural, de informação e de aprendizagem acompanhando a evolução do Município nas mais diversas áreas, investindo no incentivo à leitura, esforçando-se para criar o gosto pelo livro e hábitos de leitura.”<sup>95</sup>

A Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva, inaugurada a 31 de Maio de 2002, resultou de um projecto idealizado pela autarquia de Viseu, tendo recebido o apoio financeiro e técnico da parte do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. Para dar seguimento a este projecto, foi assinado um contrato-programa entre o Ministério da Cultura e o município de Viseu no sentido de assegurar a execução da política nacional de leitura pública. Para implementar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, foram definidos três programas tipo que determinam os mínimos de referência a cumprir por cada tipo de biblioteca. A Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva integra o grupo das Bibliotecas Municipais tipo três pois serve um concelho com uma população superior a 50 000 habitantes.

Em termos de recursos humanos, a biblioteca dispõe de três técnicos superiores com formação específica na área das bibliotecas e documentação, quatro assistentes técnicos e seis assistentes operacionais que prestam apoio a cerca de 8000 leitores inscritos. Esta biblioteca tem como principais objectivos facilitar o acesso dos utilizadores ao conhecimento e à informação, fomentar o gosto pela leitura nas crianças e jovens, contribuir para a criação de novos públicos, divulgar o património e a memória colectiva do concelho, cooperar com as instituições locais, os agentes culturais, sociais e económicos do concelho e da região, orientar os serviços da biblioteca de acordo com as necessidades dos utilizadores, “considerando que os mesmos devem reflectir as tendências actuais, de qualidade, de acessibilidade e de actualização permanente, privilegiando as tecnologias de informação e comunicação.”<sup>96</sup>

Para a prossecução dos seus objectivos, a Biblioteca Municipal disponibiliza aos seus utilizadores um fundo documental heterogéneo e diversificado que abarca várias áreas do conhecimento. A biblioteca dispõe também de vários espaços (sala de leitura para adultos, sala infanto-juvenil, sala multimédia, sala de publicações periódicas, espaço de leitura informal) de modo a servir todas as camadas etárias, procurando satisfazer as necessidades e os interesses dos seus utilizadores. A sala infanto-juvenil está equipada com livros em acesso livre que podem ser requisitados para leitura domiciliária, disponibilizando aos seus utilizadores uma grande variedade de espaços, nomeadamente: a bedoteca, o anfiteatro e o ateliê de expressões onde são realizadas actividades lúdicas de promoção da leitura. Salientamos ainda que a secção infanto-juvenil coloca à disposição dos seus utilizadores uma

---

<sup>95</sup> Cf. Normas de funcionamento (s.d.) Consultado em 2 de Março de 2011, disponível em <<http://www.cm-viseu.pt/portal>>

<sup>96</sup> Idem, ibidem.

vasta colecção de publicações periódicas, um conjunto diversificado de documentos multimédia, equipamento para visionamento de filmes e computadores para a realização de trabalhos com acesso gratuito à Internet.

De entre as principais actividades dinamizadas pela biblioteca, destacamos a organização e o tratamento técnico dos recursos de informação, a actualização permanente do fundo documental, a promoção de iniciativas no domínio das artes e do espectáculo, a organização de exposições, visitas guiadas, acções de formação, colóquios, conferências, sessões de leitura e apresentações de livros, contribuindo, desta forma, para a divulgação da cultura junto da comunidade local.

Relativamente ao horário de funcionamento, a Biblioteca Municipal “procura reflectir as tendências actuais e os ritmos das ocupações dos utilizadores ao longo do ano, (...) e integra o Regulamento do Período de Funcionamento, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidades do Município de Viseu”<sup>97</sup> de modo a servir todas as camadas da população.

No que diz respeito à sua relação com a comunidade, salientamos que a biblioteca dispõe de um Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) destinado a rentabilizar e a coordenar os recursos de informação a nível local através do estabelecimento de parcerias entre a biblioteca municipal e as bibliotecas escolares. Compete a este organismo prestar apoio técnico às escolas ao nível da gestão, organização e desenvolvimento das bibliotecas escolares, disponibilizando um conjunto de recursos de informação e promovendo o seu uso eficaz.

A biblioteca oferece ainda outro tipo de serviços adequados às necessidades dos utilizadores, nomeadamente: (1) o atendimento personalizado; (2) o serviço de referência; (3) o acesso livre às estantes; (4) a consulta online do catálogo da biblioteca; (5) o acesso a computadores; (6) o acesso gratuito à Internet; (7) o acesso à Internet sem fios; (8) a visualização de DVDs, CD ROMs e cassetes VHS; (9) a audição de CDs áudio; (10) o empréstimo domiciliário; (11) o empréstimo interbibliotecas; (12) a produção de documentos em suportes especiais (Braille); (13) as fotocópias em regime de auto-serviço; (14) as actividades de promoção do livro e da leitura; (15) a cooperação com os estabelecimentos de ensino do concelho; (16) as visitas guiadas às instalações da biblioteca<sup>98</sup>.

Parece-nos, pois, que a biblioteca reúne as condições necessárias para satisfazer as necessidades dos seus utilizadores através da disponibilização de um conjunto diversificado de serviços, procurando dar resposta às novas exigências da sociedade da informação e do conhecimento.

---

<sup>97</sup> Normas de funcionamento (s.d.) Consultado em 2 de Março de 2011, disponível em <<http://www.cm-viseu.pt/portal>>

<sup>98</sup> Idem, ibidem.

### 3. Análise dos Resultados

#### 3.1. Inquéritos Aplicados às Crianças

No que diz respeito à investigação levada a cabo na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva, começaremos por analisar os resultados obtidos com a implementação dos inquéritos às crianças. Das quinze crianças inquiridas, sete são do sexo masculino e oito do sexo feminino (*vide* tabela 1, anexo III) o que se traduz numa percentagem de 46,7% para os utilizadores masculinos e de 53,3% para os utilizadores femininos (*vide* gráfico 1, anexo IV).

De referir ainda que estas crianças se encontram a frequentar, no presente ano lectivo, o terceiro e o quarto anos de escolaridade em escolas do primeiro ciclo do ensino básico do concelho de Viseu. A análise do gráfico 2 permite-nos concluir que 60% das crianças inquiridas frequenta o quarto ano de escolaridade e que 40% frequenta o terceiro ano (*vide* tabela 2, anexo III e gráfico 2, anexo IV).

Relativamente à frequência da biblioteca (pergunta um), a análise das respostas dadas permite-nos inferir que as crianças desta faixa etária não têm por hábito frequentar a biblioteca diariamente. Constatámos, também, que o número de crianças que se desloca à biblioteca regularmente é bastante reduzido uma vez que apenas dois utilizadores referem que o fazem uma ou duas vezes por semana e outros dois mencionam que o fazem aos fins-de-semana. Por conseguinte, consideramos que a percentagem de utilizadores que frequenta a biblioteca regularmente é escassa uma vez que esta não ultrapassa a barreira dos 27%, percentagem que engloba os utilizadores que frequentam a biblioteca uma ou duas vezes por semana e aos fins-de-semana. De realçar, ainda, que a percentagem de utilizadores que refere que raramente frequenta a biblioteca é de aproximadamente 13% o que significa que estamos perante um grupo de crianças que, na generalidade, não frequenta a biblioteca regularmente. Em contrapartida, a percentagem de utilizadores que se desloca à biblioteca durante o período das férias escolares é bastante significativa, representando 40% dos inquiridos (*vide* tabela 3, anexo III e gráfico 3, anexo IV). Tal facto permite-nos concluir que há uma maior predisposição por parte das crianças para frequentar a biblioteca fora dos períodos lectivos, muito provavelmente porque dispõem de mais tempo livre para o fazer ou simplesmente porque, nesta altura, os seus familiares têm maior disponibilidade para as acompanhar.

No que toca aos motivos que levam as crianças a frequentar a biblioteca (pergunta dois), verificámos que há uma predominância das funções tradicionais atribuídas a esta instituição pública e que se prendem precisamente com a leitura, a requisição de livros, o estudo e a realização de trabalhos escolares. Com efeito, das quinze crianças inquiridas, nove responderam que se deslocam à biblioteca para ler, seis para requisitar livros e cinco para estudar ou realizar trabalhos escolares (*vide* tabela, 4, anexo III). Em termos percentuais, constatamos que 45% dos utilizadores frequenta a biblioteca para ler, 30% para requisitar livros e 25% para estudar ou realizar trabalhos escolares (*vide* gráfico 4, anexo IV). Parece-

nos, pois, evidente que a maior parte das crianças desta faixa etária recorre à biblioteca apenas para ler, tendo-se constatado que nenhum dos inquiridos frequenta a biblioteca para jogar, ver filmes, utilizar a Internet ou ouvir música, provavelmente porque preferem realizar estas actividades em ambiente familiar ou simplesmente porque não têm conhecimento de que a biblioteca também disponibiliza o acesso a este tipo de serviços.

Em relação à terceira questão que pretende averiguar a frequência com que é feito o empréstimo de livros para leitura domiciliária, verificámos que existe alguma incongruência da parte dos inquiridos uma vez que há crianças que afirmam requisitar livros diariamente quando nenhuma delas referiu que frequenta a biblioteca diariamente. Perante tal facto, somos levados a pensar que poderá ter havido algum descuido, da parte dos inquiridos, no preenchimento do questionário por razões associadas à falta de atenção que normalmente caracteriza os indivíduos desta faixa etária ou simplesmente por falta de compreensão da questão. No entanto, apesar de as respostas dadas demonstrarem alguma incongruência quando comparadas com as respostas fornecidas anteriormente, consideramos que é possível retirar algumas ilações com base na sua análise. Assim, e de acordo com os dados constantes do gráfico 5, é possível concluir que a percentagem de crianças que requisita livros diariamente é bastante significativa, representando 26,7% dos utilizadores. Dos elementos que compõem a nossa amostra, 20% refere que requisita livros uma ou duas vezes por mês, sendo esta a opção que ocupa o segundo lugar. De referir também que as respostas uma ou duas vezes por semana, aos fins-de-semana e muito raramente obtiveram a mesma percentagem o que deixa antever que estamos perante uma amostra bastante heterogénea do ponto de vista da leitura domiciliária (*vide* tabela 5, anexo III e gráfico 5, anexo IV).

Quando questionadas acerca das sugestões feitas pelos funcionários no momento de escolher um livro para ler (pergunta quatro), verificámos que um número considerável de crianças respondeu que estes apenas o fazem às vezes, ao contrário do que seria expectável. Há inclusivamente dois utilizadores que referem que os funcionários nunca fazem qualquer tipo de recomendações ao nível da leitura o que não deixa de ser preocupante, pois o funcionário, enquanto mediador entre a criança e o livro, tem um papel de extrema importância para a promoção da leitura. No entanto, nem todas as crianças partilham a mesma opinião até porque a percentagem de utilizadores que afirma que os funcionários fazem sugestões sempre ou quase sempre é bastante elevada, representando cerca de 47% dos utilizadores e, portanto, esta percentagem ultrapassa, em larga medida, a percentagem de utilizadores que referem que os funcionários nunca fazem sugestões (*vide* tabela 6, anexo III e gráfico 6, anexo IV).

Neste sentido, consideramos que os funcionários estão a cumprir, de forma mais ou menos regular, a sua função de mediadores de leitura, procurando dar sugestões de leitura às crianças que as motivem para futuras leituras que, por sua vez, proporcionarão, a médio e longo prazo, o desenvolvimento de hábitos de leitura e da competência leitora.

Além de procurar saber se os funcionários davam sugestões de leitura, achámos que seria igualmente pertinente procurar saber se estes incentivavam as crianças a ler (pergunta

cinco), pois a biblioteca pública é o local ideal para se promoverem hábitos de leitura junto dos utilizadores mais novos. Depois de analisadas as respostas fornecidas, constatámos que as crianças, na sua grande maioria, consideram que os funcionários as incentivam a ler, havendo a registar que 80% dos utilizadores se pronunciaram favoravelmente quando questionados acerca do contributo dos funcionários ao nível do incentivo à leitura. Com efeito, verificámos que as opções muito e bastante foram aquelas que obtiveram um maior número de respostas por parte dos utilizadores. Por conseguinte, a percentagem de crianças que refere que os funcionários pouco ou nada contribuem para o incentivo à leitura é de 20% o que significa que apenas um número muito reduzido de crianças considera que os funcionários não exercem um papel importante neste domínio (*vide* tabela 7, anexo III e gráfico 7, anexo IV). Mais uma vez fica claro que há um esforço notório da parte dos funcionários para incentivar as crianças a ler, adoptando uma atitude interventiva ao nível da promoção de hábitos de leitura e do fomento do gosto pela leitura.

A pergunta seis incidia sobre o contributo das actividades realizadas na biblioteca para o desenvolvimento das competências de leitura dos utilizadores, havendo uma opinião generalizada, da parte das crianças, de que essas actividades contribuem muito para as ajudar a compreender melhor o que lêem. Tal como se pode observar pela análise das figuras, as respostas dadas pelas crianças variam entre o muito e o bastante e, portanto, todas elas foram unânimes em considerar que as actividades desenvolvidas em contexto bibliotecário contribuem de forma efectiva para a melhoria da sua compreensão leitora (*vide* tabela 8, anexo III e gráfico 8, anexo IV).

Relativamente à questão número sete, verificámos que as crianças, na generalidade, não participam regularmente nas actividades desenvolvidas na biblioteca. Com efeito, apenas dois utilizadores referem que o fazem sempre contra cinco que o fazem quase sempre, outros cinco que o fazem às vezes e três que nunca o fazem (*vide* tabela 9, anexo III). Estamos, pois, perante uma grande diversidade de respostas que nos permitem esboçar algumas conclusões. O facto de haver uma percentagem significativa de crianças que participou nas actividades apenas algumas vezes ou que nunca participou pode significar que estas se deslocaram à biblioteca em dias em que não havia actividades de promoção de leitura a decorrer. A análise das figuras permite-nos afirmar que a percentagem de crianças que participa sempre ou quase sempre nas actividades é ligeiramente inferior à percentagem de crianças que apenas o faz às vezes ou que nunca o faz. Com efeito, a soma das opções sempre ou quase sempre é de aproximadamente 47% ao passo que a soma das opções às vezes ou nunca representa cerca de 53% dos utilizadores (*vide* gráfico 9, anexo IV).

No que diz respeito às actividades de leitura dinamizadas pela biblioteca (pergunta oito), a análise da tabela 10 permite-nos considerar que há uma grande diversidade de projectos de promoção de leitura implementados na biblioteca, numa clara tentativa de ir ao encontro dos gostos, interesses e motivações das crianças. De igual modo, constatamos que a sessão com contadores de histórias é, indubitavelmente, aquela que reúne um maior número de participantes, atingindo uma percentagem de aproximadamente 93% já que apenas um

utilizador referiu não participar neste tipo de actividade. A peça de teatro e o ateliê de artes plásticas são também actividades bastante concorridas com percentagens que rondam os 74% e os 67% respectivamente, o que significa que há um número significativo de crianças a participar nessas actividades (*vide* gráfico 10, anexo IV). Também a sessão com escritores e a hora do conto são actividades com inúmeros participantes, verificando-se que ambas apresentam a mesma taxa de adesão, com nove crianças a mencionarem que participaram nestas actividades contra apenas seis que referem não o terem feito (*vide* tabela 10, anexo III).

O objectivo da questão número nove era procurar saber se as crianças já tinham participado em actividades que as ensinassem a usar a biblioteca, tendo-se verificado que das quinze crianças inquiridas, dez já participaram em actividades deste género o que representa uma percentagem de 66,7% (*vide* gráfico 11, anexo IV). Deste modo, concluímos que a biblioteca procura desenvolver actividades de formação que proporcionem a familiarização das crianças com os recursos que a biblioteca coloca à sua disposição.

Foi dada a possibilidade às crianças que responderam afirmativamente a esta questão de mencionarem os aspectos aprendidos nas sessões de formação de utilizadores. Também aqui as respostas obtidas são diversificadas, tendo-se constatado que 34,5% dos utilizadores aprendeu a procurar os livros nas estantes, 27,6% a identificar os recursos da biblioteca, 20,7% a fazer pesquisas e 17,2% a utilizar os computadores (*vide* tabela 12, anexo III e gráfico 12, anexo IV). De realçar que nenhum dos utilizadores apontou a utilização do catálogo da biblioteca como sendo uma actividade desenvolvida nas sessões em que estiveram presentes. No entanto, parece-nos de extrema importância que as crianças saibam usar esta ferramenta devido às inúmeras potencialidades que esta oferece, pois permite a pesquisa rápida dos recursos disponíveis na biblioteca acerca das mais variadas temáticas.

Em relação à pergunta dez, pretendíamos saber quais as estratégias adoptadas pelas crianças para procurar informação quando realizam um trabalho de pesquisa. Foi interessante constatar que das quinze crianças inquiridas, dez procuram livros sobre o tema para encontrar a informação pretendida, havendo apenas sete que recorrem ao funcionário para pedir ajuda (*vide* tabela 13, anexo III). A análise das respostas dadas permite-nos, assim, concluir que a Internet não é a ferramenta que estes utilizadores mais usam para efectuar as suas pesquisas de informação uma vez que apenas seis crianças indicaram que o faziam. Igual número de utilizadores referiu que consulta enciclopédias para procurar informação o que significa que as fontes de informação tradicionais continuam a ser muito utilizadas pelas crianças para a realização dos seus trabalhos de pesquisa. Com efeito, a percentagem de utilizadores que procura a informação de que necessita nos livros é de aproximadamente 29%, tendo-se verificado que 20% das crianças recorrem ao funcionário para pedir ajuda. Tal como foi possível constatar, as crianças desta faixa etária parecem não ser adeptas das novas tecnologias uma vez que apenas 17,1% dos utilizadores recorre a esta ferramenta para pesquisar informação (*vide* gráfico 13, anexo IV).

Em jeito de conclusão, e a partir dos dados obtidos, é possível afirmar que estamos perante um grupo de crianças que não tem por hábito frequentar a biblioteca diariamente e que poucas são aquelas que o fazem com alguma regularidade. As principais razões apontadas pelas crianças para a frequência da biblioteca são a leitura, a requisição de livros e os trabalhos escolares, tendo-se constatado que nenhum dos inquiridos se desloca à biblioteca por razões de ordem lúdica apesar de a biblioteca disponibilizar um conjunto de serviços nesta área.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela biblioteca na esfera da literacia, os utilizadores infantis têm opiniões divergentes em relação às sugestões de leitura feitas pelos funcionários, pois há uma percentagem significativa de crianças que refere que estes nem sempre as fazem. Em contrapartida, há uma percentagem bastante elevada de utilizadores que refere que os funcionários os incentivam a ler, tendo sido unânimes em considerar que as actividades desenvolvidas pela biblioteca contribuem para os ajudar a compreender melhor o que lêem. Constatámos, também, que a biblioteca implementa um conjunto diversificado de actividades de promoção de leitura, procurando ir ao encontro dos gostos e interesses dos seus utilizadores. Além disso, a biblioteca organiza actividades de formação para crianças através da dinamização de uma série de iniciativas com o intuito de desenvolver as suas competências de informação. Em termos gerais, poder-se-á dizer que as crianças fazem uma avaliação positiva acerca do trabalho desenvolvido pela biblioteca quer ao nível da promoção de hábitos de leitura, quer ao nível do desenvolvimento das competências de literacia.

### 3.2. Inquéritos Aplicados aos Utilizadores Adultos

Debruçar-nos-emos, de seguida, sobre a análise dos resultados obtidos através dos questionários aplicados aos utilizadores adultos. Dos quinze adultos que constituem a nossa amostra, dez são do sexo feminino e apenas cinco do sexo masculino (*vide* tabela 14, anexo III) o que perfaz uma percentagem de 66,7% para os utilizadores femininos contra uma percentagem de 33,3% para os utilizadores masculinos (*vide* gráfico 14, anexo IV).

O objectivo da primeira questão era obter, da parte dos utilizadores adultos, uma classificação acerca do nível dos recursos documentais disponibilizados pela biblioteca no domínio da leitura. Depois de analisados os dados constantes da tabela 15, deparámo-nos com uma grande diversidade de respostas o que significa que as opiniões não são consensuais no que diz respeito ao nível dos recursos documentais da biblioteca. Com efeito, verificamos que a maioria dos inquiridos classifica o nível dos recursos documentais de suficiente o que representa 60% do total da amostra, havendo a registar, ainda, que 20% dos utilizadores o classifica de bom. Deste modo, concluímos que a avaliação que estes utilizadores fazem do nível apresentado pelos recursos documentais é francamente positiva na medida em que as percentagens atribuídas às opções bom e suficiente representam 80% do total das respostas. De referir, no entanto, que nem todos os inquiridos partilham da mesma opinião, havendo três utilizadores que classificam o nível dos recursos de insuficiente, representando uma percentagem de 20% do total da amostra (*vide* gráfico 15, anexo IV).

Através da pergunta dois, pretendíamos saber se os utilizadores consideram que a biblioteca disponibiliza uma colecção variada e adequada aos gostos e necessidades das crianças. As opiniões sobre esta afirmação são díspares, pois nem todos se pronunciaram favoravelmente quando questionados acerca da adequação dos recursos documentais aos interesses das crianças. De realçar que a percentagem de utilizadores que concorda com esta afirmação ronda os 57% o que significa que mais de metade dos inquiridos tem uma opinião positiva relativamente à adequação da colecção da biblioteca aos gostos das crianças. Embora haja uma percentagem considerável de utilizadores que concorda com esta afirmação, o número de utilizadores que discorda também deve ser tido em conta, pois representa 35,7% dos utilizadores. De salientar também que um dos utilizadores respondeu que desconhecia esta situação e outro não deu qualquer tipo de resposta (*vide* tabela 16, anexo III).

A pergunta três pretendia apurar a opinião dos utilizadores acerca da qualidade do trabalho desenvolvido pela biblioteca ao nível da promoção da leitura. No que diz respeito às respostas obtidas, verificámos que a maior parte dos utilizadores classifica o trabalho da biblioteca nesta área de suficiente, embora haja um número significativo de utilizadores que o classificam de bom, havendo um diferencial de aproximadamente 13 valores entre as percentagens alcançadas por cada uma destas opções. Há ainda a registar que 6,7% dos utilizadores se pronunciou de forma pouco favorável, tendo classificado o trabalho da biblioteca neste domínio de insuficiente. Contudo, julgamos que esta percentagem não é de

todo relevante, pois representa a opinião de apenas um utilizador (*vide* tabela 17, anexo III e gráfico 17, anexo IV).

Outras das questões colocadas aos utilizadores adultos está relacionada com a criação de condições de espaço e de tempo para a leitura individual e por prazer (pergunta quatro). A observação do gráfico 18 permite-nos concluir que praticamente todos os utilizadores concordam que a biblioteca cria condições favoráveis à leitura individual e por prazer o que perfaz uma percentagem de 93,3%. De referir que a percentagem de utilizadores que discorda desta afirmação é de apenas 6,7% e, portanto, nada significativa, do nosso ponto de vista (*vide* tabela 18, anexo III e gráfico 18, anexo IV).

A questão número cinco refere-se ao contributo dado pela biblioteca ao nível do desenvolvimento das competências de leitura das crianças, tendo as respostas fornecidas demonstrado que os utilizadores, na generalidade, consideram que a biblioteca contribui bastante para a promoção das competências de leitura das crianças. Com efeito, o número de utilizadores que indicou a opção bastante é de 86,7% o que representa as respostas de treze utilizadores. De referir ainda que há uma percentagem reduzida de utilizadores a considerar que a biblioteca contribui pouco para o desenvolvimento destas competências, tendo-se constatado que esta atingiu valores percentuais de aproximadamente 13% o que representa a opinião de apenas dois utilizadores (*vide* tabela 19, anexo III e gráfico 19, anexo IV).

Procurámos saber a opinião dos inquiridos acerca do impacto exercido pela biblioteca ao nível das competências de leitura das crianças (pergunta seis) e verificámos que a opção três foi a resposta indicada por um maior número de utilizadores. De facto, 80% dos inquiridos refere que a biblioteca tem um impacto positivo ao nível do fomento do gosto pela leitura, constatando-se, de igual modo, que há um número considerável de utilizadores que refere que as actividades desenvolvidas pela biblioteca contribuem para a melhoria da fluência na leitura. De referir que esta opção ocupa o segundo lugar, representando a opinião de 47% dos utilizadores (*vide* gráfico 20, anexo V). Tal como se pode observar pelo gráfico 20, as opções com menos respostas dizem respeito à melhoria do nível da oralidade e da escrita com 27%, à melhoria das competências de compreensão com 13% e à melhoria no acesso e uso de ambientes digitais de leitura com 0%.

Ao responderem à pergunta sete, os inquiridos pronunciaram-se acerca da promoção de actividades pela biblioteca para incentivar o gosto pela leitura das crianças. De salientar que esta afirmação mereceu a concordância de 60% dos utilizadores, havendo inclusivamente um utilizador que concorda totalmente com esta afirmação (*vide* gráfico 21, anexo IV). No entanto, há uma percentagem significativa de utilizadores, num total de cinco, que não emite qualquer tipo de parecer, pois afirma desconhecer esta questão (*vide* tabela 21, anexo III).

De acordo com as respostas dadas à pergunta número oito, é possível afirmar que a maior parte dos utilizadores adultos tem conhecimento das actividades promovidas pela biblioteca para incentivar o gosto pela leitura das crianças. De entre as opções indicadas, a hora do conto é, com toda a certeza, a actividade que obteve um maior número de respostas, representando cerca de 67% dos utilizadores, seguida do ateliê de actividades plásticas com

uma percentagem de aproximadamente 47% (vide gráfico 22, anexo IV). Tal como se pode observar pela análise da tabela 22, as actividades que obtiveram menos respostas foram as sessões com contadores de histórias, as sessões com escritores e as peças de teatro.

A pergunta nove refere-se ao apoio dado às crianças na selecção da documentação e no uso e produção da informação, tendo-se constatado que 46,7% dos inquiridos desconhece as iniciativas que a biblioteca tem implementado nesta área. Ainda, assim, verificámos que há um número significativo de utilizadores que concorda com esta afirmação, representando 40% dos utilizadores. Foi interessante constatar que as opções concordo totalmente e discordo obtiveram exactamente a mesma percentagem o que significa que as opiniões acerca do apoio prestado pela biblioteca ao nível da selecção da documentação também não são consensuais (vide tabela 23, anexo III e gráfico 23, anexo IV).

No que diz respeito à promoção de actividades de formação para crianças (pergunta dez), o número de utilizadores que discorda ou desconhece esta situação é ligeiramente superior ao número de utilizadores que afirma concordar ou concordar totalmente. De realçar que a percentagem de utilizadores que desconhece o trabalho desenvolvido pela biblioteca nesta área representa 40% do total da nossa amostra. Acresce a esta situação, o facto de a percentagem de utilizadores que discorda desta afirmação rondar os 13% o que significa que ambas as opções totalizam 53%. Deste modo, o número de inquiridos que considera que a biblioteca promove actividades de formação para crianças é ligeiramente inferior ao número de utilizadores que discorda desta afirmação, representando 47% das respostas dadas pelos utilizadores (vide tabela 24, anexo III e gráfico 24, anexo IV).

Face ao exposto, concluímos que os utilizadores adultos, na generalidade, têm uma opinião bastante positiva acerca do trabalho desenvolvido pela biblioteca no suporte à literacia das crianças. Com efeito, constatámos que uma percentagem elevada de utilizadores considera que a biblioteca tem vindo a implementar estratégias diversificadas com vista à promoção dos hábitos de leitura das crianças através da criação de condições de espaço e de tempo para a leitura individual e por prazer que têm contribuído para o desenvolvimento da compreensão leitora. Além disso, estes utilizadores referem que as actividades dinamizadas pela biblioteca exercem um impacto positivo ao nível do desenvolvimento das competências de leitura das crianças, contribuindo fundamentalmente para o fomento do gosto pela leitura, para a melhoria da fluência na leitura e para melhoria da oralidade e da escrita.

No que diz respeito à promoção das competências de informação, constatámos que há uma percentagem significativa de utilizadores que desconhece o trabalho desenvolvido pela biblioteca nesta área. De facto, verificámos que 46,7% dos inquiridos não emitiu qualquer tipo de parecer acerca do apoio prestado pelos funcionários ao nível da selecção da documentação e no uso e produção de informação, afirmando desconhecer esta situação. De igual modo, a percentagem de utilizadores que refere não ter qualquer tipo de conhecimento acerca da promoção de actividades de formação para crianças é bastante elevada, representando 40% do total da amostra.

### 3.3. Inquéritos Aplicados aos Funcionários

Dando continuidade à nossa investigação, apresentaremos, de seguida, os resultados obtidos através da implementação dos inquéritos aos funcionários da biblioteca. Tal como se pode observar através da análise dos dados constantes da tabela 25, os recursos humanos da biblioteca são constituídos por onze funcionários do sexo feminino e apenas dois do sexo masculino. Em termos percentuais, estes números traduzem-se em valores que rondam os 84,6% para os funcionários femininos e os 15,4% para os funcionários masculinos, constatando-se, deste modo, que há uma clara predominância de recursos humanos do sexo feminino (*vide* tabela 25, anexo III e gráfico 25, anexo IV).

Pretendíamos através da questão número um obter, da parte dos funcionários, uma classificação acerca do nível dos recursos documentais disponibilizados pela biblioteca no domínio da leitura. Depois de analisadas as respostas dadas, verificámos que a maior parte dos funcionários considera que o nível dos recursos da biblioteca é suficiente, havendo, no entanto, dois funcionários que o classificam de bom e outros dois de insuficiente (*vide* tabela 26, anexo III). Apesar da divergência de opiniões, consideramos que, na globalidade, os funcionários atribuem uma avaliação positiva aos recursos documentais da biblioteca, pois a soma dos utilizadores que o classificam de bom e de suficiente é francamente superior ao número de utilizadores que refere que este é insuficiente. Em termos percentuais, verificamos que 69,2% dos utilizadores consideram que o nível dos recursos é suficiente, 15,4% refere que este é bom e 15,4% que é insuficiente (*vide* gráfico 26, anexo IV).

O objectivo da pergunta número dois era procurar saber se os funcionários consideram que a biblioteca disponibiliza uma colecção variada e adequada aos gostos e necessidades das crianças. Verificámos que a quase totalidade dos funcionários concorda com esta afirmação, havendo apenas dois elementos que têm uma opinião diferente acerca desta questão (*vide* tabela 27, anexo III). Com efeito, a percentagem de funcionários que acha que a colecção da biblioteca se adequa aos interesses das crianças é de aproximadamente 85%, constatando-se que há uma percentagem muito reduzida de funcionários que discorda desta afirmação, representando apenas 15,4% do total da amostra (*vide* gráfico 27, anexo IV).

O apuramento da opinião dos funcionários acerca da qualidade do trabalho desenvolvido pela biblioteca ao nível da promoção da leitura foi feito através da pergunta número três. A análise das respostas obtidas, permite-nos concluir que a maior parte dos funcionários classifica o trabalho desenvolvido pela biblioteca de bom, embora haja um número significativo de funcionários que o classificam apenas de suficiente, havendo um diferencial de 15,3 valores entre as percentagens atribuídas a cada uma destas opções. Há ainda a registar que cerca de 8% dos utilizadores classifica o trabalho da biblioteca neste domínio como insuficiente (*vide* tabela 28, anexo III e gráfico 28, anexo IV).

A questão número quatro mereceu a concordância da totalidade dos funcionários, pois todos referem que a biblioteca cria condições de espaço e de tempo para a leitura individual e por prazer. Em termos de respostas dadas, constatámos que onze funcionários concordam com esta afirmação e dois concordam totalmente (*vide* tabela 29, anexo III) o que equivale a valores percentuais de 84,6% e de 15,4%, respectivamente, constatando-se, por conseguinte, que há um diferencial significativo entre as duas opções (*vide* gráfico 29, anexo IV).

A pergunta número cinco questiona os funcionários acerca do contributo dado pela biblioteca ao nível do desenvolvimento das competências de leitura das crianças, tendo as respostas indicadas revelado que os funcionários, em geral, consideram que a biblioteca contribui bastante para a promoção e melhoria da competência leitora. De facto, o número de funcionários que indicou a opção bastante é de aproximadamente 69% o que representa as respostas de nove funcionários, constatando-se, inclusivamente, que há um funcionário que considera que a biblioteca contribui muito para o desenvolvimento destas competências. De referir, no entanto, que há três funcionários que referem que a biblioteca contribui pouco para o desenvolvimento destas competências, representando uma percentagem de cerca de 23% do total da amostra (*vide* tabela 30, anexo III e gráfico 30, anexo IV).

Quando questionados acerca do impacto exercido pela biblioteca ao nível das competências de leitura das crianças (pergunta seis), todos os funcionários foram unânimes em considerar que a biblioteca fomenta o gosto pela leitura, tendo sido a opção com maior número de respostas. De referir ainda que um número significativo de funcionários considera que a biblioteca exerce um impacto positivo ao nível da melhoria das competências de compreensão e ao nível da fluência na leitura, constatando-se que cada uma destas opções obteve uma percentagem de 46,2% o que equivale às respostas dadas por seis funcionários. No que diz respeito às restantes opções, verificámos que a melhoria ao nível da oralidade e da escrita e a melhoria no acesso e uso de ambientes digitais de leitura obtiveram percentagens de 38,5% e de 30,8%, respectivamente (*vide* gráfico 31, anexo IV). Ainda no âmbito desta questão, foi interessante constatar que há dois funcionários que apontam outros domínios onde a biblioteca exerce um impacto significativo, nomeadamente, ao nível do fomento dos valores de socialização e do respeito pelos idosos.

No que diz respeito à promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura das crianças (pergunta sete), constatámos que nove funcionários concordam com esta afirmação e que um concorda totalmente (*vide* tabela 32, anexo III). Deste modo, é possível concluir que estamos perante uma percentagem elevada de funcionários que considera que a biblioteca promove actividades para fomentar e incentivar o gosto pela leitura nas crianças. Apesar de haver uma opinião maioritariamente consensual relativamente a esta questão, há a registar que uma percentagem de funcionários, ainda que reduzida, discorda desta afirmação, havendo inclusivamente um funcionário que não deu qualquer tipo de resposta (*vide* gráfico 32, anexo IV).

No tocante às actividades desenvolvidas pela biblioteca para a promoção da leitura (pergunta oito), salientamos que de entre as opções apresentadas, a hora do conto obteve o máximo de respostas possível, tendo sido indicada por todos os funcionários da biblioteca, seguida pelo ateliê de actividades plásticas que representa 69,2% das respostas dadas pelos funcionários. De realçar que as restantes actividades obtiveram percentagens bem mais inferiores, destacando-se as sessões com escritores que apresentaram valores percentuais na ordem dos 30,8% e as sessões com contadores de histórias e as peças de teatro, ambas com percentagens de 23,1% (*vide* gráfico 33, anexo IV).

No que diz respeito à pergunta nove, verificámos que os funcionários, na sua grande maioria, consideram que a biblioteca apoia as crianças na selecção da informação e no uso e produção da informação. Depois de analisados os dados constantes da tabela 34, constatámos

que dez funcionários concordam com esta afirmação, um concorda totalmente, havendo, no entanto, dois funcionários que discordam (*vide* tabela 34, anexo III). Neste sentido, somos levados a concluir que estes funcionários consideram que a biblioteca ainda tem um longo caminho a percorrer ao nível do desenvolvimento das competências de informação das crianças. Em termos percentuais, o número de funcionários que partilha desta opinião é de cerca de 15%, representando apenas a opinião de dois funcionários. Os restantes funcionários, num total de onze, manifestaram a sua concordância relativamente ao apoio prestado pela biblioteca na selecção da documentação e no uso e produção da informação, atingindo uma percentagem de aproximadamente 85% (*vide* gráfico 34, anexo IV).

A questão número dez pretendia saber a opinião dos funcionários acerca da promoção de actividades de formação para crianças. A análise das respostas dadas permite-nos inferir que estamos perante uma grande diversidade de opiniões relativamente a esta temática visto que há sete funcionários que concordam com esta afirmação, um que concorda totalmente, quatro que discordam e um que desconhece esta questão (*vide* tabela 35, anexo III). Por conseguinte, a percentagem de funcionários que considera que a biblioteca promove sessões de formação para crianças é superior à percentagem de indivíduos que discorda desta afirmação, atingindo valores percentuais na ordem dos 62% e 31%, respectivamente. Estes dados permitem-nos concluir que as opiniões a respeito desta questão não são consensuais, pois a percentagem de funcionários que considera que a biblioteca não implementa actividades de formação para crianças é bastante significativa, não devendo, por isso, ser menosprezada (*vide* gráfico 35, anexo IV).

De acordo com os dados recolhidos, concluímos que os funcionários, na generalidade, fazem uma apreciação positiva em relação ao nível dos recursos documentais disponibilizados pela biblioteca, considerando, de igual modo, que a colecção que esta coloca à disposição do público infantil está adequada aos seus gostos e interesses. Além disso, os funcionários foram unânimes em considerar que a biblioteca cria condições de espaço e de tempo para a leitura individual e por prazer, possibilitando, em simultâneo, a promoção de hábitos de leitura, o incentivo do gosto pela leitura e o desenvolvimento das competências de literacia.

No que diz respeito às actividades dinamizadas pela biblioteca, todos os funcionários consideram que estas exercem um impacto positivo ao nível das competências de literacia, contribuindo, de forma efectiva, para o fomento do gosto pela leitura, para a melhoria das competências de compreensão e para a melhoria ao nível da fluência na leitura.

Relativamente ao apoio prestado ao nível da selecção da documentação e no uso e produção de informação, verificámos que os funcionários, na sua grande maioria, consideram que a biblioteca tem vindo a desenvolver um bom trabalho nesta área. No entanto, quando questionados acerca da implementação de actividades de formação, constatámos que uma percentagem significativa de funcionários refere que a biblioteca não organiza sessões de formação para crianças, representando cerca de 31% dos funcionários. A este propósito, dir-se-ia que a biblioteca terá de desenvolver mais esforços nesta área no sentido de assegurar a promoção efectiva das competências de informação das crianças através da realização regular de sessões de formação.

### 3.4. Análise Comparativa dos Resultados

Para dar resposta à questão que motivou a presente investigação, faremos um estudo comparativo com base na análise dos dados resultantes da implementação dos inquéritos aos utilizadores infantis, aos utilizadores adultos e aos funcionários da biblioteca. A realização deste estudo permitirá identificar os principais aspectos em que os inquiridos convergem ou divergem relativamente ao papel da biblioteca pública no suporte à literacia.

Atendendo ao facto de que os utilizadores adultos e os funcionários foram submetidos ao mesmo questionário será possível efectuar uma análise comparativa mais pormenorizada, situação que não se verifica no caso das crianças, pois apenas algumas questões do inquérito permitem a identificação de pontos de convergência e de divergência entre as suas respostas e as respostas dos restantes inquiridos.

Em relação à primeira questão, salientamos que as respostas dadas pelos utilizadores adultos e pelos funcionários são bastante semelhantes, constatando-se que ambos têm uma opinião positiva acerca do nível dos recursos documentais da biblioteca. Com efeito, a análise dos dados da tabela 36 permite-nos concluir que igual número de utilizadores adultos e de funcionários classifica de suficiente o nível dos recursos documentais da biblioteca, havendo inclusivamente três utilizadores adultos e dois funcionários que o classificam de bom (*vide* tabela 36, anexo III). A opção suficiente foi aquela que obteve um maior número de respostas da parte dos inquiridos o que se traduziu numa percentagem de 69,2% para os utilizadores adultos e de 60% para os funcionários (*vide* gráfico 36, anexo IV). Apesar de a opção suficiente ter sido indicada pelo mesmo número de utilizadores adultos e funcionários, os valores percentuais são diferentes devido ao facto de as amostras não serem constituídas por igual número de elementos. De referir, ainda, que a opção insuficiente foi indicada por cinco inquiridos, traduzindo-se em percentagens de 20% para os utilizadores adultos e de 15,4% para os funcionários.

Relativamente à segunda questão, concluímos que, em geral, os utilizadores adultos e os funcionários consideram que a colecção da biblioteca se adequa aos gostos e interesses das crianças. De referir, no entanto, que há diferenças significativas em termos percentuais que resultam das variações ao nível das respostas dadas por utilizadores adultos e funcionários. Com efeito, oito de um total de quinze utilizadores e onze de um total de treze funcionários responderam que concordam com esta afirmação o que se traduz em valores percentuais de 57,1% e 84,6%, respectivamente. Por conseguinte, a percentagem de funcionários que efectua uma avaliação positiva da colecção da biblioteca é claramente superior à percentagem de utilizadores adultos que partilha dessa opinião, constatando-se que existe uma diferença de cerca de 28 valores entre ambas as percentagens.

Apesar de existir um parecer favorável da maior parte dos inquiridos relativamente à adequação da colecção da biblioteca aos gostos e interesses das crianças, verificamos que uma percentagem significativa de utilizadores adultos tem uma opinião diferente. De facto, dos quinze utilizadores adultos inquiridos, cinco expressaram a sua discordância quanto a esta

questão o que representa 35,7% do total da amostra. A este propósito, referimos também que alguns funcionários, ainda que em menor número, partilham da mesma opinião e, por isso, também eles consideram que a colecção da biblioteca está desadequada aos interesses do público infantil (*vide* tabela 37, anexo III e gráfico 37, anexo IV).

A análise das respostas dadas à pergunta três permite-nos concluir que os utilizadores adultos e os funcionários têm uma opinião francamente positiva a respeito do trabalho desenvolvido pela biblioteca na promoção de hábitos de leitura. Os dados constantes da tabela 38 indicam que o trabalho da biblioteca neste domínio foi classificado de bom por seis utilizadores adultos e sete funcionários o que se traduz em percentagens de 40% e 53,8%, respectivamente. Realçamos também que a opção suficiente obteve um número considerável de respostas, verificando-se uma proximidade em termos percentuais com os valores obtidos pela opção bom. Através da observação do gráfico 38, constatamos que 53,3% dos utilizadores adultos e 38,5% dos funcionários consideram que a biblioteca tem vindo a desenvolver um trabalho satisfatório no âmbito da promoção da leitura. Há, no entanto, uma percentagem minoritária de utilizadores adultos e de funcionários a classificar de insuficiente o trabalho da biblioteca nesta área o que, em termos percentuais, se traduz em valores que rondam os 7% e os 8%, respectivamente (*vide* tabela 38, anexo III e gráfico 38, anexo IV).

Salientamos a este respeito que as crianças têm uma opinião bastante positiva acerca do trabalho desenvolvido pela biblioteca nesta área uma vez que 80% dos inquiridos refere que os funcionários os incentivam a ler o que significa que estes contribuem para a aquisição de hábitos de leitura. Apesar de a maioria das crianças se ter pronunciado favoravelmente em relação a esta questão, verificamos que 20% dos inquiridos consideram que a biblioteca pouco ou nada contribui para a promoção de hábitos de leitura, tendo referido que os funcionários raramente os incentivam a ler (*vide* gráfico 7, anexo IV).

Relativamente à pergunta quatro, facilmente se depreende através da observação da tabela 39 que praticamente todos os inquiridos consideram que a biblioteca cria condições de espaço e de tempo para a promoção da leitura individual e por prazer, constatando-se que apenas um utilizador discorda desta afirmação. Efectivamente, a percentagem de utilizadores adultos e de funcionários que concorda com esta afirmação é bastante elevada, atingindo os 93,3% e os 84,6%, respectivamente, o que significa que, em termos gerais, os inquiridos têm uma opinião positiva acerca do trabalho da biblioteca ao nível da criação de condições para a leitura individual e por prazer. De realçar, ainda, que há inclusivamente dois funcionários que concordam totalmente com esta afirmação, traduzindo-se numa percentagem de 15,4% do total da amostra. No caso dos utilizadores adultos, salientamos que uma percentagem muito reduzida discorda desta afirmação, totalizando apenas cerca de 7% do total das respostas fornecidas (*vide* gráfico 39, anexo IV).

Em relação à pergunta cinco, verificamos que as crianças, os adultos e os funcionários consideram, em geral, que a biblioteca contribui de forma efectiva para o desenvolvimento das competências de leitura das crianças. Contudo, registamos uma ligeira diferença ao nível das respostas dadas pelos inquiridos, havendo uma grande diversidade ao nível das opiniões

manifestadas (*vide* tabela 40, anexo III). Deste modo, cada uma das opções atingiu valores percentuais distintos, sendo perceptível através da análise da tabela 40 que a opção bastante foi aquela que obteve um maior número de respostas quer da parte dos utilizadores adultos, quer da parte dos funcionários. Assim, realçamos que 86,7% dos utilizadores adultos e 69,2% dos funcionários referem que a biblioteca contribui bastante para a melhoria da competência leitora das crianças, verificando-se que há uma percentagem de 23,1% de funcionários e de 13,3% de utilizadores adultos que consideram que a biblioteca deve melhorar a sua prestação nesta área, pois consideram que esta contribui pouco para a promoção das competências de leitura das crianças (*vide* gráfico 40, anexo IV).

No que diz respeito às crianças, verificamos que as suas respostas se repartem entre as opções muito e bastante, havendo uma percentagem elevada a considerar que a biblioteca contribui muito para o desenvolvimento da compreensão leitora. Em termos comparativos, é possível afirmar que a avaliação que as crianças fazem do trabalho efectuado pela biblioteca nesta área é mais positiva do que aquela que é feita por utilizadores adultos e funcionários. Tal como mencionado, cerca de 23% dos funcionários e 13% dos utilizadores adultos referem que a biblioteca contribui pouco para o desenvolvimento das competências de leitura o que não acontece com as crianças uma vez que estas apenas seleccionaram as opções muito e bastante para classificar o contributo dado pela biblioteca nesta área.

Relativamente à pergunta seis, e depois de analisados os dados constantes da tabela 41, verificamos que quer utilizadores adultos, quer funcionários consideram que a biblioteca exerce um impacto positivo ao nível do fomento do gosto pela leitura, tendo sido esta a opção com um maior número de respostas da parte dos inquiridos. Salientamos que todos os funcionários foram unânimes em considerar que a biblioteca exerce um impacto importante ao nível da promoção do gosto pela leitura o que se traduziu numa percentagem de 100%. No caso dos utilizadores adultos, a percentagem é ligeiramente inferior uma vez que nem todos os indivíduos indicaram este aspecto. Constatamos, deste modo, que dos quinze utilizadores adultos inquiridos, doze referem que a biblioteca fomenta o gosto pela leitura, representando 80% do total da amostra o que significa que há uma diferença de 20 valores percentuais entre a opinião manifestada pelos utilizadores adultos e a que foi veiculada pelos funcionários.

Do mesmo modo, os utilizadores adultos e os funcionários consideram que a biblioteca contribui para melhorar a fluência na leitura, constatando-se que os valores apresentados são bastante semelhantes. Através da análise do gráfico 41, concluímos que 47% dos utilizadores adultos e 46,2% dos funcionários partilham a mesma opinião ao considerarem que a biblioteca exerce um impacto positivo ao nível da melhoria na fluência da leitura. Além disso, os inquiridos referem ainda que a biblioteca contribui para melhorar a oralidade e a escrita, verificando-se uma proximidade ao nível dos valores percentuais alcançados que se traduzem em valores na ordem dos 38,5% para os funcionários e dos 27% para os utilizadores adultos.

No que diz respeito ao contributo da biblioteca para a melhoria das competências de compreensão, as diferenças em termos percentuais são mais acentuadas o que significa que utilizadores adultos e funcionários apresentam opiniões divergentes relativamente a esta

questão. Assim, apenas 13% dos utilizadores adultos contra 46,2% dos funcionários consideram que a biblioteca desempenha um papel importante ao nível da melhoria das competências de compreensão das crianças. O mesmo acontece com a melhoria no acesso e uso de ambientes digitais de leitura, opção que representa 30,8% do total das respostas dos funcionários, mas que não foi indicada por nenhum utilizador adulto (*vide* tabela 41, anexo III e gráfico 41, anexo IV).

No que concerne à pergunta sete, realçamos que utilizadores adultos e funcionários partilham a mesma opinião uma vez que ambos consideram que a biblioteca promove actividades para incentivar o gosto pela leitura. A partir da observação do gráfico 42, verificamos que 75% dos funcionários e 60% dos utilizadores adultos concordam com esta afirmação, constatando-se, ainda, que 8,3% dos funcionários e 6,7% dos utilizadores adultos referem que concordam totalmente. Deste modo, concluímos que funcionários e utilizadores adultos têm uma opinião positiva a respeito do trabalho desenvolvido pela biblioteca no âmbito da promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura das crianças. Apesar de grande parte da nossa amostra concordar com esta afirmação, verificamos que há inquiridos que manifestaram uma opinião diferente em relação a esta questão, havendo a registar que 16,7% dos funcionários discordam desta afirmação e que 33,3% dos utilizadores adultos afirmam desconhecer o trabalho desenvolvido pela biblioteca para fomentar o gosto pela leitura (*vide* gráfico 42, anexo IV).

A análise das respostas dadas à pergunta oito, permite-nos concluir que, em geral, os utilizadores adultos e os funcionários têm opiniões convergentes relativamente às actividades de promoção da leitura implementadas pela biblioteca. Através da observação da tabela 43, constatamos que a hora do conto foi a actividade que obteve um maior número de respostas da parte dos inquiridos, tendo sido indicada por dez utilizadores adultos e treze funcionários o que se traduz em percentagens de 66,7% e 100%, respectivamente. Segue-se o ateliê de actividades plásticas que foi indicada por sete utilizadores adultos e nove funcionários, o que equivale a valores percentuais na ordem dos 48% e dos 69%, respectivamente. De referir ainda que as sessões com contadores de histórias foram apontadas por igual número de utilizadores adultos e de funcionários o que perfaz uma percentagem de 20% para os primeiros e de 23,1% para os últimos. Tal como mencionado anteriormente, a diferença verificada em termos percentuais deve-se unicamente ao facto de as amostras não serem constituídas pelo mesmo número de indivíduos. De referir, ainda, que as sessões com escritores também foram escolhidas por utilizadores adultos e funcionários, havendo a registar, no entanto, uma diferença significativa ao nível das percentagens. Assim, constatamos que esta opção foi indicada por quatro funcionários, totalizando uma percentagem na ordem dos 31% e por dois utilizadores adultos, representando cerca de 13% do total das respostas fornecidas. Por seu lado, as peças de teatro foram indicadas apenas por um utilizador adulto e três funcionários, traduzindo-se em percentagens de 6,7% e 23,1%, respectivamente (*vide* gráfico 43, anexo IV). Apesar de a feira do livro constar da lista, a actividade não foi seleccionada por nenhum dos

inquiridos o que nos pode levar a pensar que se trata de uma iniciativa que provavelmente não é realizada pela biblioteca.

As opiniões das crianças relativamente às iniciativas promovidas pela biblioteca são ligeiramente diferentes, constatando-se que as sessões com contadores de histórias são as actividades indicadas por um maior número de inquiridos. De acordo com os dados constantes da tabela 43, verificamos que esta opção foi escolhida por catorze crianças, três funcionários e três utilizadores adultos o que, em termos percentuais, corresponde a valores na ordem dos 93%, 23% e 20%, respectivamente. A segunda actividade com maior número de respostas da parte das crianças são as peças de teatro, tendo atingido uma percentagem de cerca de 73% que ultrapassa, em larga medida, os valores apresentados por funcionários e por utilizadores adultos que não vão além dos 23,1% e dos 6,7%, respectivamente.

Apesar de o ateliê de actividades plásticas ter sido a segunda actividade com maior número de respostas quer da parte de funcionários, quer da parte de utilizadores adultos, no que às crianças diz respeito, constatamos que esta iniciativa, em termos percentuais, ocupa o terceiro lugar, tendo alcançado uma percentagem de 66,7%. De referir também que esta percentagem se aproxima bastante da percentagem que representa as respostas dadas pelos funcionários, havendo a registar uma diferença de apenas 2,5% entre os valores apresentados.

No que concerne às restantes iniciativas, salientamos apenas que 26,7% das crianças referem que participaram na feira do livro, percentagem que contrasta com as respostas dos utilizadores adultos e dos funcionários, visto que esta actividade não foi indicada por nenhum destes inquiridos.

No que toca à pergunta nove, facilmente se depreende através da análise da tabela 44 que utilizadores adultos e funcionários têm opiniões divergentes acerca do apoio que a biblioteca presta às crianças ao nível da selecção da documentação e no uso e produção da informação. Assim, verificamos que dez funcionários e seis utilizadores adultos manifestaram a sua concordância em relação a esta questão, totalizando percentagens na ordem dos 76,9% e 40%, respectivamente. Por conseguinte, concluímos que o número de funcionários que se pronunciou favoravelmente acerca do apoio prestado pela biblioteca na promoção das competências de informação é superior ao número de utilizadores adultos que partilha dessa opinião, havendo a registar uma diferença de 36,9% entre as respostas dadas por ambos. Apesar de a maioria dos funcionários ter manifestado uma opinião positiva acerca do trabalho que a biblioteca desenvolve nesta área, constatamos que dois funcionários têm uma opinião contrária, discordando desta afirmação. No caso dos utilizadores adultos, verificamos que apenas um considera que a biblioteca não apoia as crianças na selecção da documentação e no uso e produção da informação. Estes números traduzem-se em valores percentuais de 15,4% para os funcionários e 6,7% para os utilizadores adultos o que, no nosso entender, representa a opinião de uma minoria (*vide* gráfico 44, anexo IV).

Ao compararmos as respostas dadas à pergunta dez, verificamos que a percentagem de funcionários que considera que a biblioteca implementa actividades de formação para crianças é superior à percentagem de utilizadores adultos que partilha dessa opinião. Em

termos percentuais, constatamos que 61,5% dos funcionários e 46,7% dos utilizadores adultos referem que concordam com esta afirmação, havendo um diferencial de aproximadamente 15% entre as duas percentagens. Registamos, ainda, que 30,8% dos funcionários e 13,3% dos utilizadores adultos têm uma opinião diferente, tendo manifestado a sua discordância em relação a esta questão (*vide* gráfico 45, anexo IV). Face aos resultados obtidos, parece-nos que há uma percentagem significativa de funcionários que considera que a biblioteca ainda tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito à promoção das competências de informação das crianças. No caso dos utilizadores adultos, verificamos ainda que há uma percentagem bastante elevada que desconhece o trabalho desenvolvido pela biblioteca nesta área o que poderá estar relacionado com o facto de estes não serem frequentadores habituais da secção infantil. Constatamos, também, que há uma percentagem de funcionários, ainda que reduzida, que desconhece as actividades de formação promovidas pela biblioteca o que nos pareceu algo estranho uma vez que é suposto os funcionários terem conhecimento das iniciativas levadas a cabo no seu local de trabalho.

As respostas dadas pelas crianças permitem-nos concluir que a biblioteca tem vindo a realizar um bom trabalho neste domínio uma vez que 66,7% dos inquiridos referem que participaram em actividades de formação dinamizadas em contexto bibliotecário (*vide* gráfico 11, anexo IV). De referir, ainda, que nessas sessões foram realizadas inúmeras actividades que visavam sobretudo ensinar as crianças a procurar livros nas estantes, a identificar os recursos da biblioteca e a fazer pesquisas (*vide* gráfico 12, anexo IV). Neste sentido, consideramos que as crianças têm uma opinião bastante positiva em relação ao trabalho realizado pela biblioteca ao nível da promoção das habilidades de informação. Face aos resultados apresentados, é possível concluir que há alguma disparidade entre a opinião das crianças e as dos restantes inquiridos sobretudo no que diz respeito à realização de actividades de formação uma vez que há cerca de 31% dos funcionários que considera que a biblioteca não realiza este tipo de iniciativa. No entanto, como mencionado anteriormente, 66,7% das crianças referem que participaram em sessões de formação, tendo indicado inclusivamente as principais actividades dinamizadas nessas sessões.

Com base no estudo comparativo efectuado, concluímos que quer utilizadores adultos quer funcionários têm uma opinião positiva relativamente ao nível dos recursos documentais disponibilizados pela biblioteca. Do mesmo modo, os inquiridos efectuaram uma avaliação positiva acerca da colecção da biblioteca, considerando que esta está adequada aos gostos e interesses das crianças. Além disso, os inquiridos consideraram que a biblioteca tem vindo a desenvolver um bom trabalho ao nível da promoção de hábitos de leitura através da criação de condições de espaço e de tempo para a leitura individual e por prazer. As crianças também se expressaram favoravelmente em relação a esta questão, tendo referido, na sua grande maioria, que os funcionários as incentivam a ler sempre que se deslocam à biblioteca.

Constatamos, de igual modo, que as crianças, os utilizadores adultos e os funcionários consideram que a biblioteca contribui de forma efectiva para o incremento das competências de leitura. A este respeito, utilizadores adultos e funcionários referem ainda que a biblioteca

exerce um impacto positivo na promoção do gosto pela leitura, contribuindo, também, para melhorar a fluência na leitura, as competências de compreensão, a oralidade e a escrita. Salientamos, ainda, que os inquiridos consideram, na generalidade, que a biblioteca promove actividades para incentivar o gosto pela leitura das crianças. De entre as iniciativas promovidas, a hora do conto, o ateliê de actividades plásticas e as sessões com contadores de histórias foram as três actividades a obter um maior número de respostas da parte de utilizadores adultos e funcionários. No caso das crianças, as actividades que obtiveram um maior número de respostas foram as sessões com contadores de história, as peças de teatro e o ateliê de actividades plásticas que, em termos percentuais, ocupam a primeira, a segunda e a terceira posição, respectivamente.

No que diz respeito ao apoio prestado às crianças na selecção da documentação e no uso e produção da informação, verificamos que as opiniões dos inquiridos são divergentes, constatando-se que os funcionários, na generalidade, fazem uma avaliação bastante positiva do trabalho desenvolvido pela biblioteca nesta área o que não acontece com os utilizadores adultos uma vez que apenas 40% se pronunciaram favoravelmente em relação a esta questão.

Quanto à implementação de actividades de formação para crianças, depreende-se através da análise dos resultados obtidos que, de um modo geral, funcionários e utilizadores adultos consideram que a biblioteca deve melhorar o seu trabalho nesta área de modo a assegurar o desenvolvimento das competências de informação do público infantil.

## CONCLUSÃO

Ao longo desta investigação ficou bem claro que as bibliotecas públicas assumem um papel de extrema importância ao nível do desenvolvimento das competências de literacia das crianças, constituindo-se como um agente educativo que, em parceria com a escola, contribuem para a formação de cidadãos críticos, autónomos e interventivos nas questões da sociedade. Na perspectiva de Duarte (2007: 301), é exigido aos agentes educativos que promovam

*uma educação capaz de dotar as pessoas de uma capacidade para analisar de forma crítica e lúcida as realidades sociais, o mundo complexo em que vivemos, aptas a intervir de forma autónoma na(s) comunidade(s) ou instituições em que participam, capazes de exigir e exercer os seus direitos, cumprindo, no entanto, com as suas responsabilidades.*

Na convicção de que a literacia é, actualmente, um meio que permite a integração do indivíduo na sociedade através da participação activa na vida social, motivou-nos, de um modo geral, o interesse pelo estudo das condições e dos meios necessários que a biblioteca oferece para promover a aquisição e o desenvolvimento das competências de literacia das crianças. É sabido que a iliteracia é um factor de exclusão social uma vez que um fraco domínio ao nível das competências de leitura, escrita e cálculo pode condicionar a entrada dos cidadãos no mundo do trabalho, bem como o exercício pleno dos seus direitos cívicos. Constatámos, pois, que a biblioteca é o local adequado para combater as desigualdades no acesso aos bens culturais, sendo da sua competência a promoção de iniciativas conducentes ao desenvolvimento das competências literárias das crianças.

Em termos de estrutura organizativa, a presente dissertação é constituída por quatro capítulos distintos. O capítulo I centrou-se no historial da Biblioteca Pública em Portugal, desde a sua criação no século XVIII até à actualidade, realçando os principais acontecimentos históricos que foram determinantes para a implementação das bibliotecas no nosso país. De entre as inúmeras iniciativas levadas a cabo pelo governo liberal, mereceu especial destaque a criação de bibliotecas públicas nas principais capitais de distrito do reino que foram constituídas a partir das livrarias dos conventos extintos.

O governo republicano procedeu à reorganização dos serviços das bibliotecas e dos arquivos nacionais através da promulgação do decreto de 18 de Março de 1911 que introduziu

algumas mudanças ao nível do funcionamento das bibliotecas públicas. A política educativa e biblioteconómica que caracterizou a primeira república visava, essencialmente, promover o alargamento do livro a todas as camadas da população como forma de combater a elevada taxa de analfabetismo apresentada pela população portuguesa. Para dar cumprimento aos objectivos delineados, o governo republicano implementou um conjunto de iniciativas com o intuito de facilitar o acesso à cultura, nomeadamente a leitura domiciliária, as colecções móveis, as salas para crianças, a leitura no caminho-de-ferro, nos hospitais e nas prisões. De salientar, no entanto, que a concretização destas medidas foi sendo sucessivamente adiada devido à instabilidade política que marcou este período e à inexistência de meios técnicos e financeiros para dar continuidade ao projecto republicano.

Durante a ditadura salazarista, a biblioteca pública sofreu alguns retrocessos devido essencialmente à ideologia política preconizada pelo Estado Novo que impôs sérias restrições no acesso aos livros e à informação com o objectivo de impedir a divulgação de doutrinas imorais que colocavam em risco a segurança do estado e dos próprios governantes. Face a este estado de coisas, facilmente se depreende que a biblioteca pública, durante este período, se limitou a cumprir a sua função de conservadora do acervo documental, tendo sido impossibilitada de desenvolver iniciativas que promovessem a cultura e o livro junto da população. Além disso, todos os estabelecimentos que facultavam o acesso à informação foram alvo de censura da parte do governo salazarista, havendo inclusivamente vários escritores que foram perseguidos pela PIDE por terem tido a ousadia de expressar opiniões que contrariavam o discurso oficial do estado.

A instauração da democracia em 1974 não acarretou grandes mudanças ao nível do panorama cultural português uma vez que os dirigentes políticos insistiam em não considerar a leitura pública uma questão prioritária para o desenvolvimento do país. Assim, a biblioteca pública viria apenas a sofrer profundas alterações em 1983 na sequência da publicação do Manifesto da Leitura Pública que alertou para a necessidade da criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas como forma de promover hábitos de leitura junto da população e assegurar o combate às elevadas taxas de analfabetismo.

O Capítulo II incidiu sobre os vários tipos e formas de literacia, tendo sido a literacia da informação, a literacia científica e a literacia visual os conceitos que mereceram a nossa atenção. No que diz respeito à literacia da informação, alertámos para a importância que esta assume no quadro da actual sociedade da informação que exige uma mudança ao nível das práticas pedagógicas implementadas em contexto escolar. Perante a emergência do novo paradigma informacional, torna-se imperioso dotar os alunos de competências de informação que potenciem a sua capacidade de aprender a aprender, tornando-os cidadãos autónomos na selecção, pesquisa e interpretação da informação veiculada nos mais variados suportes. A aquisição das habilidades de informação por parte dos indivíduos é uma condição fundamental para o exercício de uma cidadania responsável, pois só uma população esclarecida poderá participar activamente na sociedade, expressando a sua opinião sobre as questões de âmbito público.

No que concerne à literacia científica, verificámos que este conceito foi alvo de inúmeras interpretações ao longo dos tempos o que motivou o aparecimento de opiniões contraditórias em relação à forma como as práticas educativas de literacia científica devem ser implementadas na sala de aula. Actualmente, a promoção da literacia científica exige da parte de professores e educadores a adopção de metodologias de ensino que possibilitem a aquisição de competências no âmbito da aprendizagem das ciências de modo a garantir que os discentes tomem decisões conscientes relativamente a questões de natureza científica e tecnológica. Deste modo, consideramos que um programa de literacia científica deve apostar fundamentalmente no desenvolvimento de competências que favoreçam sobretudo a análise e a resolução de problemas, assegurando a participação efectiva dos discentes nas tarefas desenvolvidas na sala de aula o que obriga inevitavelmente a uma mudança ao nível do papel exercido pelo professor na sala de aula.

A literacia visual é particularmente importante na sociedade actual devido à grande quantidade de imagens divulgadas pelos meios de comunicação social o que torna necessário a implementação de práticas pedagógicas que eduquem os discentes para a comunicação visual. Um programa de literacia visual deve, acima de tudo, estimular os jovens a interpretar e compreender os vários tipos de informação visual que proliferam no quotidiano, sendo fundamental que estes reflectam acerca do significado veiculado por esses textos. Atendendo ao facto de que os textos visuais são portadores de múltiplos significados, é essencial que os discentes estejam capacitados para realizar uma leitura analítica das imagens, assumindo uma atitude crítica em relação ao sentido transmitido pelos inúmeros textos visuais com os quais são confrontados diariamente. Além disso, a leitura crítica e analítica das imagens constitui uma ferramenta importante para facilitar a compreensão do mundo social em que vivemos, pois qualquer texto visual é um meio de transmissão de valores, atitudes e ideias.

No capítulo III abordámos o papel desempenhado pelas bibliotecas públicas no suporte à literacia, dando particular relevo às orientações constantes do Manifesto da UNESCO para as bibliotecas públicas que enquadra e regulamenta o funcionamento das bibliotecas públicas a nível internacional. De acordo com este documento, a biblioteca pública é um serviço público aberto a toda a comunidade que deve disponibilizar uma grande diversidade de recursos de informação, garantindo o acesso ao conhecimento a todos os cidadãos independentemente da sua condição social, raça, idade, nacionalidade, sexo, religião ou qualificações académicas. Por outro lado, a biblioteca pública deve desenvolver esforços para suprir as necessidades dos indivíduos em matéria de informação, cabendo ao bibliotecário a função de intermediário entre os utilizadores e os recursos de informação. Com efeito, o bibliotecário assume um papel de relevo no contexto do actual paradigma informacional, sendo, por isso, fundamental que estes reúnam um conjunto de competências pessoais e profissionais para cumprir as suas funções de forma eficaz. De entre as suas principais atribuições, realçamos a dinamização de actividades de promoção do livro e da leitura junto do público infantil por julgarmos que este tipo de iniciativa é particularmente importante para o desenvolvimento das competências de literacia das crianças. No entanto, as iniciativas de promoção da leitura não devem ocorrer de

forma arbitrária, sendo conveniente que exista um trabalho prévio de preparação das actividades a desenvolver de forma a proporcionar às crianças o contacto com obras adequadas aos seus gostos, interesses e motivações. Deste modo, a biblioteca pública deve criar um espaço agradável e convidativo que favoreça a implementação de actividades dinâmicas e inovadoras de modo a assegurar a promoção de hábitos de leitura, contribuindo, por conseguinte, para a criação de novos públicos-leitores.

No capítulo IV apresentámos os resultados de um trabalho de campo implementado na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva que pretendeu avaliar o papel desempenhado pela biblioteca pública na promoção das competências literárias das crianças. Para obter uma maior diversidade de opiniões acerca da temática em análise, optámos por aplicar os inquéritos a quinze utilizadores infantis, quinze utilizadores adultos e treze funcionários da biblioteca. Salientamos que o tratamento dos dados foi feito com recurso a uma metodologia de natureza quantitativa uma vez que o trabalho de campo foi implementado com base na utilização de instrumentos padronizados que permitiram uma recolha de dados rigorosa e objectiva acerca das opiniões manifestadas pelos inquiridos.

No que diz respeito aos resultados alcançados, constatámos que o grupo de crianças que foi objecto de análise ao longo da presente investigação não tem por hábito frequentar a biblioteca regularmente. A partir das respostas dadas pelos utilizadores infantis, foi possível identificar alguns aspectos que são comuns a um grande número de crianças, nomeadamente as razões que estas apontam para se deslocarem à biblioteca. Com efeito, verificámos que estas crianças frequentam apenas a biblioteca para ler, requisitar livros, estudar ou realizar trabalhos escolares, não havendo nenhum inquirido a indicar motivos de ordem lúdica. Apesar de estes utilizadores não frequentarem a biblioteca regularmente, a maioria tem uma opinião positiva acerca do trabalho desenvolvido pela biblioteca na promoção de hábitos de leitura, tendo sido unânimes em considerar que as actividades dinamizadas em contexto bibliotecário contribuem para a melhoria da compreensão leitora. Do mesmo modo, as crianças referem que a biblioteca fomenta as suas competências de informação através da dinamização de sessões de formação onde são implementadas actividades diversificadas com o intuito de ensinar as crianças a utilizar os recursos disponíveis.

Relativamente aos utilizadores adultos e, depois de analisadas as suas respostas, concluímos que a maior parte dos inquiridos tem uma opinião bastante positiva acerca do trabalho desenvolvido pela biblioteca na promoção das competências de leitura das crianças, considerando que esta contribui de forma efectiva para o fomento do gosto pela leitura, para a melhoria da fluência na leitura e para a melhoria da oralidade e da escrita. De entre as inúmeras actividades dinamizadas pela biblioteca para promover os hábitos de leitura das crianças, a hora do conto foi aquela que obteve um maior número de respostas da parte dos utilizadores adultos. De referir, no entanto, que quase metade dos inquiridos desconhece o trabalho desenvolvido pela biblioteca ao nível da promoção das habilidades de informação, afirmando não ter conhecimento das iniciativas implementadas para apoiar as crianças na selecção da documentação e no uso e produção da informação. A situação é praticamente

idêntica ao nível das sessões de formação para crianças, tendo-se constatado que 40% dos utilizadores adultos não emitiu qualquer tipo de parecer acerca desta questão por não terem conhecimento das iniciativas promovidas pela biblioteca nesta área.

Da análise das respostas dos funcionários resultou que estes consideraram que o nível dos recursos disponibilizados pela biblioteca é satisfatório, tendo mencionado que a colecção da biblioteca está adequada aos gostos e interesses do público infantil. Em termos gerais, os funcionários referiram que a biblioteca tem vindo a desenvolver um bom trabalho ao nível da promoção da leitura e dos hábitos de leitura das crianças, considerando que as actividades implementadas exercem um impacto positivo no desenvolvimento da compreensão leitora. Os funcionários mencionaram ainda que a biblioteca promove iniciativas para incentivar o gosto pela leitura das crianças, constatando-se que a hora do conto foi a única actividade indicada por todos os inquiridos. No que toca à promoção das habilidades de informação, concluímos que a maior parte dos funcionários manifestou a sua concordância relativamente ao apoio prestado pela biblioteca na selecção da documentação e no uso e produção da informação. Ainda a respeito das habilidades de informação, realçamos que os funcionários, em geral, afirmaram que a biblioteca organiza actividades de formação para crianças de modo a possibilitar uma correcta utilização dos recursos disponíveis. Salientamos, no entanto, que há uma percentagem significativa de funcionários que referiu que a biblioteca não implementa sessões de formação o que pressupõe que estes consideram que a biblioteca deve melhorar o seu desempenho nesta área.

A realização do estudo comparativo permitiu que fossem retiradas algumas ilações em relação ao papel desempenhado pela biblioteca pública no suporte à literacia, constatando-se que, na globalidade, os inquiridos têm uma opinião bastante positiva acerca do trabalho desenvolvido pela biblioteca nesta área. Da implementação deste estudo, concluímos que a biblioteca tem feito esforços no sentido de garantir a aquisição e a promoção de hábitos de leitura, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento das competências de literacia das crianças. A biblioteca tem demonstrado alguma preocupação por estas questões, havendo um cuidado especial em adequar a colecção da biblioteca aos gostos e interesses do público infantil. Além disso, a biblioteca tem vindo a proporcionar às crianças inúmeros momentos de interacção com os livros através da dinamização de actividades de promoção da leitura cujo principal objectivo é fomentar o gosto pela leitura das crianças.

No que diz respeito às competências de informação, concluímos que a biblioteca tem vindo a desenvolver esforços para prestar apoio às crianças na selecção da documentação e no uso e produção da informação, muito embora os inquiridos tenham opiniões divergentes relativamente a esta questão. Da análise comparativa resultou que os funcionários têm uma opinião positiva acerca do trabalho desenvolvido pela biblioteca neste domínio, constatando-se, no entanto, que nem todos os utilizadores adultos partilham dessa opinião, pois houve uma percentagem elevada que referiu não ter conhecimento da realização deste tipo de iniciativa. Em relação às sessões de formação para crianças, verificámos que há um número considerável de inquiridos que considera que a biblioteca não dinamiza este tipo de iniciativa.

Assim, somos levados a pensar que a biblioteca pode melhorar o seu trabalho nesta área, sendo fundamental que as actividades de formação sejam implementadas regularmente de modo a dotar as crianças das competências necessárias para se tornarem utilizadores autónomos na realização das suas pesquisas de informação.

Para finalizar, uma breve nota acerca da importância dos bibliotecários na sociedade actual que segundo J. Vieira (2003: 43), ao assumirem o papel de “intermediários entre o público e a avalanche de informação dos nossos dias, os bibliotecários poderão tornar-se dos mais importantes agentes na criação de cidadãos informados, cumprindo a sua função de serviço público ao garantir a igualdade de oportunidades no acesso à informação”. O mesmo autor acrescenta que “as Bibliotecas Públicas enquanto espaços de prestação de serviço público, enquanto instituições que garantem a igualdade no acesso à informação por parte dos cidadãos, devem necessariamente reflectir” (*ibidem*: 133) as transformações decorrentes da emergência das novas formas de comunicação. As bibliotecas públicas devem cumprir o seu papel ao nível do desenvolvimento das competências de literacia de modo a permitir a integração dos cidadãos na sociedade através do combate das desigualdades no acesso à informação, fomentando, de igual modo, a aprendizagem ao longo da vida para garantir a aquisição de competências que possibilitem a inclusão dos indivíduos no mundo do trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

*A afirmação e o desenvolvimento da técnica arquivística* (de 1887 à actualidade). Consultado em 3 de Outubro de 2010, disponível em <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1681.PDF>

ALÇADA, Isabel (s.d.) *Leitura, Literacia e Bibliotecas Escolares*. Consultado em 10 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://sites.google.com/site/creazeitao/isabelalcada.pdf?attredirects=0>>

ALÇADA, Isabel (2006) *Plano Nacional de Leitura - Relatório Síntese*. Consultado em 20 de Fevereiro de 2011, disponível em <<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt>>

ATHAYDE, Augusto (1919) *As Bibliotecas Populares e Móveis em Portugal* [versão electrónica]. Consultado em 30 de Setembro de 2010, disponível em <<http://www.archive.org/details/asbibliotecaspop00atha>>

ÁVILA, Patrícia (2007) *Os Contextos da Literacia: Percursos de Vida, Aprendizagem e Competências-Chave dos Adultos Pouco Escolarizados*. Porto: Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras.

AZEVEDO, Fernando (coord.) (2007) *Formar Leitores: das Teorias às Práticas*. Lisboa: Lidel.

AZEVEDO, M. & GOUVEIA, L. (s.d.) *Repensar a Missão da Biblioteca Pública na Gestão das TIC*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <[www.iadis.net/dl/final\\_uploads/200303L015.pdf](http://www.iadis.net/dl/final_uploads/200303L015.pdf)>

BARATA, Paulo (2005) *As Bibliotecas no Liberalismo: Definição de uma Política Cultural do Regime. Análise Social*. Lisboa: ICS Vol XL, n.º 174, p-37-63. Consultado em 24 de Novembro de 2010, disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100014>>

BARATA, Paulo (2003) *Os Livros e o Liberalismo: da Livraria Conventual à Biblioteca Pública: Uma Alteração de Paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BENAVENTE, A. (Org.) ROSA, A., COSTA, A. & ÁVILA, P. (1996) *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.

BRAGA I. & LOPES, C. (s.d.) *Literacia como Fundamento da Cidadania*. Consultado em 30 de Novembro de 2010, disponível em <<http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/.../paper/.../105>>

CABRAL, Luís (1999) *As Bibliotecas Públicas Portuguesas: Problemas e Propostas de Desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.

CALÇADA, Maria Teresa (2009) "Biblioteca, literacia e sabedoria". In: CALIXTO, José António (Ed.) *Para além da Branca de Neve: Bibliotecas, Educação e Literacia da Informação*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 27-37.

CALIXTO, José António (Coord.) (2007) *Bibliotecas para a Vida: Literacia, Conhecimento, Cidadania*. Lisboa: Edições Colibri.

CALIXTO, José António (1996) *A Biblioteca Escolar e a Sociedade da Informação*. Lisboa: Caminho.

CALIXTO, José António (s.d.) *Literacia da Informação: Um Desafio para as Bibliotecas*. Consultado em 8 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5551.PDF>>

CAMPOS, Fernanda (s.d.) *A Biblioteca Nacional e Cooperação Internacional*. Consultado em 24 de Novembro de 2010, disponível em <[http://www.janusonline.pt/portugal\\_mundo/port\\_2004\\_2\\_18\\_h.html](http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2004_2_18_h.html)>

CARVALHO, Graça (2009) “Literacia científica: conceitos e dimensões”. In: AZEVEDO, F. & SARDINHA, M. *Modelos e Práticas em Literacia*. Lisboa: Lidel, pp. 179-194.

CHAGAS, Isabel (s.d.) *Literacia Científica. O Grande Desafio para a Escola*. Consultado em 7 de Janeiro de 2011, disponível em <[www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas)>

CORREIA, Zita (2007) “A biblioteca pública como espaço de cidadania”. In: CALIXTO, José António (Ed.) *Bibliotecas para a Vida: Literacia, Conhecimento, Cidadania*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 51-65.

COUTINHO, V. & AZEVEDO, F. (2009) “Condições para o sucesso em literacia: O exemplo finlandês”. In: AZEVEDO, F. & SARDINHA, M. *Modelos e Práticas em Literacia*. Lisboa: Lidel, pp. 241-260.

CUNHA, Angelina (2009) *O Cartaz como Arma de Propaganda: a Literacia Visual Histórica de Alunos de 9.º ano escolaridade*. Tese de mestrado em Educação, Área de Especialização em Supervisão Pedagógica em Ensino de História e Ciências Sociais - Universidade do Minho, Braga, 140 pp. Consultado em 10 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11222>>

CUNHA, Murilo Bastos da (1999) *Desafios na Construção de uma Biblioteca Digital*. Ciências da Informação. vol. 28, n.º 3, pp. 257-258. Consultado em 30 de Janeiro de 2001, disponível em <[www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a3.pdf)>

CUNHA, Vanda (2003) *A Biblioteca Pública no Cenário da Sociedade da Informação*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <[dialnet.unirioja.es/servlet/fichero\\_articulo?codigo=743225&orden](http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=743225&orden)>

DAMÁSIO, Manuel (2001) *Práticas Educativas e Novos Media: Contributos para o Desenvolvimento de um Novo Modelo de Literacia*. Coimbra: Minerva Coimbra.

DELGADO-MARTINS, Maria Raquel, Costa Armanda & Ramalho Glória (2000) *Literacia e Sociedade: Contribuições Pluridisciplinares*. Lisboa: Editorial Caminho.

Directrizes para Serviços de Bibliotecas para Crianças (2003) Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em [www.ifla.org/VII/s10/pubs/ChildrensGuidelines-pt.pdf](http://www.ifla.org/VII/s10/pubs/ChildrensGuidelines-pt.pdf)

DUARTE, Rui (2007) *Educação Visual para a Cidadania: Um Estudo Comparativo em Contexto Escolar* [versão electrónica]. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança, Área de Comunicação Visual e Expressão Plástica. Braga: Universidade do Minho, 506 pp.

FIDALGO, António (s.d.) *A Biblioteca Universal na Sociedade da Informação*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-biblioteca.html>

FIGUEIREDO, António (2009) *A Geração 2.0 e os Novos Saberes*. Consultado em 6 de Janeiro de 2011, disponível em [http://coimbra.academia.edu/adf/Papers/174349/A\\_Geracao\\_2.0\\_e\\_os\\_Novos\\_Saberes](http://coimbra.academia.edu/adf/Papers/174349/A_Geracao_2.0_e_os_Novos_Saberes)

FIGUEIREDO, Fernanda (2004) *Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Actualizar para Responder a Novos Desafios*: In CADERNOS BAD 1, p. 61-72. Consultado em 27 de Setembro de 2010, disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38500105>

FURTADO, José Afonso (2000) *Os Livros e as Leituras - Novas Ecologias da Informação*. Lisboa: Livros e Leituras, Lda.

GOMES, Maria do Carmo (2005) *Percursos de Literacia. Sociologia*. no.47, p.69-97. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292005000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000100005&lng=pt&nrm=iso)

GOMES, Maria do Carmo (2003) *Literexclusão na Vida Quotidiana. Sociologia*. no.41, p.63-92. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292003000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292003000100004&lng=pt&nrm=iso)

GOMES, Maria do Carmo (2002) *Literacia e Educação de Adultos: Percursos, Processos e Efeitos*. Dissertação de mestrado em O sofrimento: Perspectivas socioculturais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 175. Consultado a 21 de Fevereiro de 2011, disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/287>

GONÇALVES, A.(2009) “O que realmente podemos ver”. In: AZEVEDO, F. & SARDINHA, M. *Modelos e Práticas em Literacia*. Lisboa: Lidel, pp. 35-48.

GRADÍSSIMO, M. & CAETANO, A. (s.d.) *O Desenvolvimento do Currículo na Disciplina de Educação Visual e Tecnológica: A Obra de Arte como um Caminho para uma Literacia*. Consultado em 11 de Janeiro de 2011, disponível em <http://anae.biz/rae/?tag=a-obra-de-arte-como-um-caminho-para-uma-literacia>

Guidelines on Information Literacy for Lifelong Learning (2006) Consultado em 15 de Fevereiro de 2011, disponível em [www.ifla.org/VII/s42/pub/IL-Guidelines2006.pdf](http://www.ifla.org/VII/s42/pub/IL-Guidelines2006.pdf)

HECQUARD, Françoise (1996) *Le Métier de Bibliothécaire*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie.

HERNÁNDEZ, Hilário (2009) “La lectura y la información en las bibliotecas públicas”. In: CALIXTO, José António (Ed.) *Bibliotecas para a Vida: Literacia, Conhecimento, Cidadania*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 43-50.

Linhas Orientadoras dos Serviços de Bibliotecas para Jovens. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <[www.rbal.com.pt/13\\_Directrizes\\_Servicos\\_Bibliotecas\\_Para\\_Jovens.pdf](http://www.rbal.com.pt/13_Directrizes_Servicos_Bibliotecas_Para_Jovens.pdf)>

Literacy Skills for the World of Tomorrow - Further Results from PISA 2000. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em <[http://www.uis.unesco.org/ev.php?ID=5467\\_201&ID2=DO\\_TOPIC](http://www.uis.unesco.org/ev.php?ID=5467_201&ID2=DO_TOPIC)>

MACEDO, T. & SOEIRO, H. (2009) “A emergência da leitura no jardim-de-infância: os tapetes narrativos”. In: Azevedo, F. & Sardinha, M. *Modelos e Práticas em Literacia*. Lisboa: Lidel, pp. 49-62.

Manifesto da Leitura Pública 1983. Consultado em 24 de Outubro de 2010, disponível em <[www.apbad.pt/Downloads/Comemoracao20anosRNBP.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/Comemoracao20anosRNBP.pdf)>

Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994) Consultado em 7 de Novembro de 2010, disponível em <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>

MARINET, Anne, “Les bibliothèques pour enfants aujourd’hui” (1993). In : Parmegiani Claude-Anne (coord.) *Lecture, Livres et Bibliothèques pour Enfants*. Paris: Edition du cercle de la librairie, pp. 107-118.

MARSHALL, J., Fisher, B., Noulton, L. & Piccoli, R. (1996) *Competencies for Special Librarians of the 21<sup>st</sup> Century*. (Full report). Consultado em 10 de Fevereiro de 2011, disponível em <<http://www.sla.org/professional/competency.html>>

MATA, Lourdes (2004) *Era uma Vez... Análise Psicológica*. vol.22, no.1, p.95-108. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312004000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312004000100010&lng=pt&nrm=iso)>

MATA, Lourdes (1999) *Literacia - O Papel da Família na sua Apreensão. Análise Psicológica*. vol.17, no.1, p.65-77. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82311999000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311999000100008&lng=pt&nrm=iso)>

MATA, L. & PACHECO, P. (2009) *Caracterização das Práticas de Literacia Familiar*. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em <[www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/Xcongreso/.../t5c124.pdf](http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/Xcongreso/.../t5c124.pdf)>

MATA, P., BETTENCOURT, C., LINO, M. & PAIVA, M. (2004) *Cientistas de Palmo e Meio: Uma Brincadeira Muito Séria. Análise Psicológica*. vol.1 (XXII), p.169-174. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em <[www.cienciaviva.pt/projectos/scienceduc/artigo1.pdf](http://www.cienciaviva.pt/projectos/scienceduc/artigo1.pdf)>

MELO, Daniel (2005) *As Bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a Leitura Pública em Portugal (1957 - 1987)*. Análise Social. Lisboa: ICS Vol XL, n.º 174, p-65-86. Consultado em 24 de Novembro de 2010, disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100014>>

MELO, Daniel (2004) *Leitura e Leitores nas Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian (1957-1987)*. Consultado em 28 de Outubro de 2010, disponível em <[www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/.../WP1-2004.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/.../WP1-2004.pdf)>

MELO, M.<sup>a</sup> do Céu (2007) *E Miguel Ângelo Criou o Homem: Um Estudo Sobre a Compreensão e Interpretação Visual na Aula de História*. Consultado em 13 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10083>>

MIRANDA, Bruno (2008) *Método Quantitativo Versus Método Qualitativo*. Consultado a 9 de Março de 2011, disponível em <<http://adrodomus.blogspot.com/2008/06/mtodo-quantitativo-versus-mtodo.html>>

MORGADO, Margarida (s.d.) *Texto Visual / Texto Cultural. Uma perspectiva de Desenvolvimento da Literacia visual e Intercultural dos Jovens*. Consultado em 10 de Janeiro de 2011, disponível em <[http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom\\_iberico/sopcom\\_iberico09/paper/view/440/438](http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/view/440/438)>

NEVES, Rui (s.d.) *Bibliotecas em Movimento: As Bibliotecas Móveis em Portugal*. Consultado em 26 de Setembro de 2010, disponível em <<http://www.bibliobuses.com/documentos/ruineves.pdf>>

NUNES, Henrique Barreto (1998) *Oferta Pública de Leitura*. Consultado em 30 de Outubro de 2010, disponível em <[www.oac.pt/.../OBS\\_3\\_Oferta%20Pública%20de%20Leitura.pdf](http://www.oac.pt/.../OBS_3_Oferta%20Pública%20de%20Leitura.pdf)>

NUNES, Henrique Barreto (1996) *Da Biblioteca ao Leitor: Estudos Sobre a Leitura Pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga.

NUNES, Manuela (s.d.) *Navegar é Preciso: A Biblioteca Pública entre o Real e o Virtual*. Consultado em 3 de Outubro de 2010 em <[www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/27.../manuela.pdf](http://www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/27.../manuela.pdf)>

Os Serviços da Biblioteca Pública - Directrizes da IFLA/UNESCO (2001) (Trad.) Ana Saldanha (2003) Lisboa: Editorial Caminho.

PATTE, Geneviève (1995) "L'important c'est le public". In : Parmegiani Claude-Anne (coord.) *Lecture, Livres et Bibliothèque pour Enfants*. Paris: Édition du Cercle de la Librairie, pp. 119-127.

PEDROSA, M.<sup>a</sup> Arminda & LEITE, Laurinda (2004) *Educação Científica, Exercício de Cidadania e Gestão Sustentável de Resíduos Domésticos - Fundamentos de um Questionário*. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4127>>

PEREIRA, Ângela (s.d.) *O Advento Digital e a Nova Missão da Biblioteca Pública*. Consultado em 24 de Janeiro, disponível em <[badinfo.apbad.pt/congresso8/comm6.pdf](http://badinfo.apbad.pt/congresso8/comm6.pdf)>

PINHEIRO, Carlos (2009) “A biblioteca escolar ao serviço da aprendizagem”. In: CALIXTO, José António (Ed.) *Para além da Branca de Neve: Bibliotecas, Educação e Literacia da Informação*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 39-51.

POMBO, Olga (s.d.) *Museu e Biblioteca: A Alma da Escola*. Consultado em 28 de Setembro de 2010, em <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/cadernos/museubib/index.htm>>

PONTES, V. & AZEVEDO, F. (2009) “O espaço de leitura como fonte de prazer”. In: Azevedo, F. & Sardinha, M. *Modelos e Práticas em Literacia*. Lisboa: Lidel, pp. 69-79.

Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais (2009) Ministério da Cultura. DGLB. Consultado em 28 de Novembro de 2010, disponível em <<http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/programaBibliotecas/Paginas/ProgramaApoioBibliotecasMunicipais.aspx>>

PROLE, António (2005) *O Papel das Bibliotecas Públicas Face ao Conceito de Literacia*. Consultado em 28 de Novembro de 2010, disponível em <[www.casadaleitura.org/portalbeta/.../ot\\_bibliotecas\\_literacia\\_a.pdf](http://www.casadaleitura.org/portalbeta/.../ot_bibliotecas_literacia_a.pdf)>

PROLE, António (s.d.) *Como fazer um Projecto de Promoção da Leitura*. Consultado em 22 de Fevereiro de 2011, disponível em <[www.casadaleitura.org/.../manual\\_instrucoes\\_projectos\\_a\\_C.pdf](http://www.casadaleitura.org/.../manual_instrucoes_projectos_a_C.pdf)>

REBELO, Carlos Alberto (2002). *A Difusão da Leitura Pública: As Bibliotecas Populares (1870-1910)*. Porto: Campo das Letras.  
Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <[repositorium.sdum.uminho.pt/.../Relatório%20Leitura%20Pública%201996.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/.../Relatório%20Leitura%20Pública%201996.pdf)>

RIBEIRO, Fernanda (2008) *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial: A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o Contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto: Edições Afrontamento.

RIBEIRO, Fernanda (2006) *O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista*. Consultado em 16 de Fevereiro de 2011, disponível em <[ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf)>

RIBEIRO, F., LEITE, J. & CERVEIRA, M. (s.d.) *Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais (1985-2003)* Consultado em 17 de Fevereiro de 2011, disponível em <[ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5651.PDF](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5651.PDF)>

SARAIVA, Elisa (2007) *Desenvolvimento de um Currículo de Ciências Físicas do Ensino Básico Centrado em Situações Formativas e Estudo de Aspectos Relativos à Linguagem Gráfica*. Tese de mestrado em Física e Química para o Ensino - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real. Consultado em 10 de Janeiro de 2011, disponível em <[https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/166/1/msc\\_emscsaraiva.pdf](https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/166/1/msc_emscsaraiva.pdf)>

SARDINHA, Maria da Graça (s.d.) *Literacia em Leitura - Identidade e Construção da Cidadania*, Consultado em 7 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM1.pdf>>

SEQUEIROS, Paula. *Para Quem Abrimos as Nossas Portas - Leitura Pública e Exclusão Social*. In *Revista de Sociologia*, 2005, vol. 15, pp. 399-411. Consultado em 3 de Novembro de 2010, disponível em <<http://eprints.rclis.org/4903/>>

Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas: boletim informativo. Ed. António Branquinho da Fonseca. N.º 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961. Consultado em 24 de Novembro de 2010, disponível em <[www.leitura.gulbenkian.pt/boletim\\_cultural/files/I\\_03.pdf](http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/I_03.pdf)>

Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas: boletim informativo. Ed. António Branquinho da Fonseca. N.º 6. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962. Consultado em 30 de Outubro de 2010, disponível em <[www.leitura.gulbenkian.pt/boletim\\_cultural/files/I\\_06.pdf](http://www.leitura.gulbenkian.pt/boletim_cultural/files/I_06.pdf)>

SILVA, Carina da Conceição (2007) *A Literacia da Informação*, Consultado em 7 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://literaciadainformacao.web.simplesnet.pt/Ficheiro/Versao%20impresa%20do%20tema%20a%20literacia%20da%20informacao.pdf>>

SILVESTRE, Susana (2009) “Partilhar livros com bebés dos 9 meses aos 3 anos: o papel das bibliotecas públicas portuguesas no suporte à literacia emergente”. In: CALIXTO, José António (Ed.) *Para além da Branca de Neve: Bibliotecas, Educação e Literacia da Informação*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 09-25.

SOUZA, Terezinha & RIBEIRO Fernanda (2009) *Os Cursos de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal: Perspectivas Diacrônicas*. Consultado em 16 de Fevereiro de 2011, disponível em <[www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/.../2892](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/.../2892)>

TEIXEIRA, J. & GASPAR, T. (s.d.) *Um Modelo Pedagógico para o Ensino Activo da Matemática*. Consultado em 10 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://www.spce.org.pt/sem/03Teixeira.pdf>>

The Public Library Service: IFLA/UNESCO Guidelines for Development (2001) Consultado em 28 de Janeiro de 2011, disponível em <[www.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf](http://www.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf)>

UNESCO (2004) *The Plurality of Literacy and its Implication for Policies and Programmes*. Consultado em 28 de Novembro de 2011, disponível em <[unesdoc.unesco.org/images/0013/001362/136246e.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001362/136246e.pdf)>

USHER, Bob (1999) *A Biblioteca Pública como Conhecimento Público*. Lisboa: Editorial Caminho.

VALENTE, M.<sup>a</sup> Odete (2002) *Literacia e Educação Científica*. Encontro na Universidade de Évora. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Consultado em 02 de Dezembro de 2010, disponível em <[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/mvalente/literacia\\_e\\_educacao\\_cientifica.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/mvalente/literacia_e_educacao_cientifica.pdf)>

VENTURA, João B. (2002) *Bibliotecas e Esfera Pública*. Oeiras: Celta Editora.

VIEIRA, João (2003) *O Desenvolvimento de Novos Serviços de Informação em Bibliotecas Públicas*. Consultado em 24 de Janeiro de 2011, disponível em <[eprints.rclis.org/bitstream/10760/8239/1/tese\\_joalucianovieira.pdf](eprints.rclis.org/bitstream/10760/8239/1/tese_joalucianovieira.pdf)>

VIEIRA, Nuno (2007) *Literacia Científica e Educação de Ciência. Dois objectivos para a mesma Aula*. In *Revista Lusófona de Educação*, p.97-108. Consultado em 2 de Dezembro de 2010, disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n10/n10a08.pdf>>

WARNICK, Bárbara (2002) *Critical Literacy in a Digital Era*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publisher.

WELSH, Teresa, S. & WRIGTH, Melissa, S. (2010) *Information Literacy in the Digital Age*. Oxford: Chandos Publishing.

WHITFIELD, Joanna (2009) “As bibliotecas públicas portuguesas e a literacia da informação”. In: CALIXTO, José António (Ed.) *Para além da Branca de Neve: Bibliotecas, Educação e Literacia da Informação*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 95-110.

## WEBGRAFIA

<http://www.apbad.pt/>

<http://www.cm-viseu.pt/portal>

<http://rcbp.dglb.pt/pt>

<http://www.dglb.pt>

<http://www.ifla.org/>

<http://www.min-edu.pt/>

<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt>

<http://www.rbe.min-edu.pt/>

<http://www.unesco.pt/>

## Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.

Este Manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres.

Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar activamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

### A Biblioteca Pública

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros.

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas.

Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação.

As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.

## **Missões da Biblioteca Pública**

As missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo;
7. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

## **Financiamento, legislação e redes**

- Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objecto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação.
- Para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados.
- A rede de bibliotecas públicas deve ser concebida tendo em consideração as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como com as bibliotecas escolares e universitárias.

## **Funcionamento e gestão**

- Deve ser formulada uma política clara, definindo objectivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local. A biblioteca pública deve ser eficazmente organizada e mantidos padrões profissionais de funcionamento.
- Deve ser assegurada a cooperação com parceiros relevantes, por exemplo, grupos de utilizadores e outros profissionais a nível local, regional, nacional e internacional.
- Os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Tal supõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologia adequada e horários convenientes para os utilizadores. Tal implica igualmente serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca.
- Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais.
- O bibliotecário é um intermediário activo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados.
- Têm de ser levados a cabo programas de formação de potenciais utilizadores de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos.

## **Implementação do Manifesto**

Todos os que em todo o mundo, a nível nacional e local, têm poder de decisão e a comunidade de bibliotecários em geral são instados a implementar os princípios expressos neste Manifesto.

O Manifesto foi preparado em cooperação com a IFLA.

## Questionários aos adultos

Utilizador  Funcionário 

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sexo: Masculino  Feminino 

1. Classifique o nível dos recursos documentais existentes na biblioteca no domínio da leitura.

Muito Bom  Bom  Suficiente  Insuficiente

2. A biblioteca disponibiliza uma colecção variada e adequada aos gostos e necessidades das crianças.

Concordo totalmente  Concordo  Discordo  Desconheço

3. Qual a sua opinião acerca do trabalho da biblioteca no âmbito da promoção da leitura?

Muito Bom  Bom  Suficiente  Insuficiente

4. A biblioteca cria condições de espaço e de tempo para a leitura individual e por prazer.

Concordo totalmente  Concordo  Discordo  Desconheço

5. A biblioteca contribui para o desenvolvimento das competências de leitura das crianças?

Muito  Bastante  Pouco  Nada

6. Qual o impacto da biblioteca nas competências de leitura das crianças?

6.1. Melhoria das competências de compreensão.

6.2. Melhoria ao nível da fluência na leitura.

6.3. Fomento do gosto pela leitura.

6.4. Melhoria ao nível da oralidade e da escrita.

6.5. Melhoria no acesso e uso de ambientes digitais de leitura.

6.6. Outro:

---

7. A biblioteca promove actividades para incentivar o gosto pela leitura das crianças.

Concordo totalmente  Concordo  Discordo  Desconheço

8. Quais as actividades desenvolvidas pela biblioteca para promover a leitura?

8.1. Sessões com escritores

8.2. Sessões com contadores de histórias

8.3. Hora do conto

8.4. Feira do livro

8.5. Peças de teatro

8.6. Ateliê de actividades plásticas

9. A biblioteca apoia as crianças na selecção da documentação e no uso e produção da informação.

Concordo totalmente     Concordo     Discordo     Desconheço

10. A biblioteca promove actividades de formação para crianças.

Concordo totalmente     Concordo     Discordo     Desconheço

## Questionários às crianças

Sou: Menino  Menina

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Frequento o \_\_\_\_ ano de escolaridade:

1. Vais à biblioteca:

- 1.1. diariamente
- 1.2. uma ou duas vezes por semana
- 1.3. aos fins-de-semana
- 1.4. uma ou duas vezes por mês
- 1.5. nas férias
- 1.6. muito raramente
- 1.7. nunca

2. Vais à biblioteca para:

- 2.1. ler
- 2.2. requisitar livros
- 2.3. jogar
- 2.4. ver um filme
- 2.5. utilizar a Internet
- 2.6. estudar ou realizar trabalhos
- 2.7. ouvir música

3. Requisitas livros para ler?

- 3.1. diariamente
- 3.2. uma ou duas vezes por semana
- 3.3. aos fins de semana
- 3.4. uma ou duas vezes por mês
- 3.5. nas férias
- 3.6. muito raramente
- 3.7. nunca

4. Quando vais à biblioteca para ler ou requisitar um livro, o funcionário dá-te sugestões?

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

5. Os funcionários da biblioteca incentivam-te a ler?

Muito  Bastante  Pouco  Nada

6. Achas que as actividades realizadas na biblioteca te ajudam a compreender melhor o que lês?

Muito  Bastante  Pouco  Nada

7. Costumas participar em actividades de leitura na biblioteca?

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

8. Já participaste em algumas destas actividades?

	Sim	Não
Sessão com escritores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sessão com contadores de histórias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hora do conto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Feira do livro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Peça de teatro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ateliê de actividades pláticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra: _____		

9. Já participaste em actividades para aprender a usar a biblioteca?

Sim  Não

9.1. Se respondeste Sim, o que aprendeste nessas actividades?

- 9.1.1. a procurar os livros nas estantes
- 9.1.2. a utilizar o catálogo da biblioteca
- 9.1.3. a utilizar os computadores
- 9.1.4. a fazer pesquisas
- 9.1.5. a identificar os recursos da biblioteca

10. Quando tens um trabalho de pesquisa para fazer, como procuras a informação?

- 10.1. Utilizo o catálogo da biblioteca.
- 10.2. Procuo livros sobre o tema.
- 10.3. Consulto uma enciclopédia.
- 10.4. Peço ajuda ao funcionário.
- 10.5. Pesquiso na Internet.
- 10.6. Consulto os guiões de apoio.

## Tabelas

Tabela 1  
Sexo das crianças

Sexo	Total
Masculino	7
Feminino	8

Tabela 2  
Ano de escolaridade das crianças

Ano de escolaridade	Total
3.º	6
4.º	9

Tabela 3  
Frequência da biblioteca

Respostas	Crianças
Diariamente	0
Uma ou duas vezes por semana	2
Aos fins-de-semana	2
Uma ou duas vezes por mês	3
Nas férias	6
Muito raramente	2
Nunca	0

Tabela 4  
Motivos da frequência da biblioteca

Respostas	Crianças
Ler	9
Requisitar livros	6
Jogar	0
Ver um filme	0
Utilizar a Internet	0
Estudar ou realizar trabalhos	5
Ouvir música	0

Tabela 5  
**Frequência de empréstimos para leitura domiciliária**

Respostas	Crianças
Diariamente	4
Uma ou duas vezes por semana	2
Aos fins-de-semana	2
Uma ou duas vezes por mês	3
Nas férias	1
Muito raramente	2
Nunca	1

Tabela 6  
**Sugestões de leitura dos funcionários**

Respostas	Crianças
Sempre	4
Quase sempre	3
Às vezes	6
Nunca	2

Tabela 7  
**Incentivo à leitura por parte dos funcionários**

Respostas	Crianças
Muito	6
Bastante	6
Pouco	2
Nada	1

Tabela 8  
**Contributo das actividades para a compreensão leitora**

Respostas	Crianças
Muito	11
Bastante	4
Pouco	0
Nada	0

Tabela 9

**Participação nas actividades de leitura**

Respostas	Crianças
Sempre	2
Quase sempre	5
Às vezes	5
Nunca	3

Tabela 10

**Actividades de promoção da leitura**

Respostas	Crianças	
	Sim	Não
Sessão com escritores	9	6
Sessão com contadores de histórias	14	1
Hora do conto	9	6
Feira do livro	4	11
Peça de teatro	11	4
Ateliê de actividades plásticas	10	5
Outra: Fichas de leitura	2	0

Tabela 11

**Participação em actividades para aprender a usar a biblioteca**

Respostas	Crianças
Sim	10
Não	5

Tabela 12

**Actividades desenvolvidas nas sessões de formação de utilizadores**

Respostas	Crianças
Procurar os livros nas estantes	10
Utilizar o catálogo da biblioteca	0
Utilizar os computadores	5
Fazer pesquisas	6
Identificar os recursos da biblioteca	8

Tabela 13  
Pesquisa de informação

Respostas	Crianças
Utilizo o catálogo da biblioteca.	3
Procuo livros sobre o tema.	10
Consulto uma enciclopédia.	6
Peço ajuda ao funcionário.	7
Pesquiso na Internet.	6
Consulto os guiões de apoio.	3

Tabela 14  
Sexo dos adultos

Sexo	Total
Masculino	5
Feminino	10

Tabela 15  
Nível dos recursos documentais da biblioteca

Respostas	Adultos
Muito Bom	0
Bom	3
Suficiente	9
Insuficiente	3

Tabela 16  
Adequação da colecção da biblioteca aos gostos das crianças

Respostas	Adultos
Concordo totalmente	0
Concordo	8
Discordo	5
Desconheço	1

Tabela 17  
Trabalho da biblioteca na promoção da leitura

Respostas	Adultos
Muito Bom	0
Bom	6
Suficiente	8
Insuficiente	1

Tabela 18

## Criação de condições para a leitura individual e por prazer

Respostas	Adultos
Concordo totalmente	0
Concordo	14
Discordo	1
Desconheço	0

Tabela 19

## Contributo para o desenvolvimento das competências de leitura

Respostas	Adultos
Muito	0
Bastante	13
Pouco	2
Nada	0

Tabela 20

## Impacto da biblioteca ao nível das competências de leitura

Respostas	Adultos
Melhoria das competências de compreensão.	2
Melhoria ao nível da fluência na leitura.	7
Fomento do gosto pela leitura.	12
Melhoria ao nível da oralidade e da escrita.	4
Melhoria no acesso e uso de ambientes digitais de leitura.	0
Outro.	0

Tabela 21

## Promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura

Respostas	Adultos
Concordo totalmente	1
Concordo	9
Discordo	0
Desconheço	5

Tabela 22  
**Actividades de promoção da leitura**

Respostas	Adultos
Sessões com escritores	2
Sessões com contadores de histórias	3
Hora do conto	10
Feira do livro	0
Peças de teatro	1
Ateliê de actividades plásticas	7

Tabela 23  
**Apoio na selecção da documentação e na produção da informação**

Respostas	Adultos
Concordo totalmente	1
Concordo	6
Discordo	1
Desconheço	7

Tabela 24  
**Actividades de formação para crianças**

Respostas	Adultos
Concordo totalmente	0
Concordo	7
Discordo	2
Desconheço	6

Tabela 25  
**Sexo dos funcionários**

Sexo	Total
Masculino	2
Feminino	11

Tabela 26  
**Nível dos recursos documentais da biblioteca**

Respostas	Funcionários
Muito Bom	0
Bom	2
Suficiente	9
Insuficiente	2

Tabela 27

Adequação da coleção da biblioteca aos gostos das crianças

Respostas	Funcionários
Concordo totalmente	0
Concordo	11
Discordo	2
Desconheço	0

Tabela 28

Trabalho da biblioteca na promoção da leitura

Respostas	Funcionários
Muito Bom	0
Bom	7
Suficiente	5
Insuficiente	1

Tabela 29

Criação de condições para a leitura individual e por prazer

Respostas	Funcionários
Concordo totalmente	2
Concordo	11
Discordo	0
Desconheço	0

Tabela 30

Contributo para o desenvolvimento das competências de leitura

Respostas	Funcionários
Muito	1
Bastante	9
Pouco	3
Nada	0

Tabela 31

Impacto da biblioteca ao nível das competências de leitura

Respostas	Funcionários
Melhoria das competências de compreensão.	6
Melhoria ao nível da fluência na leitura.	6
Fomento do gosto pela leitura.	13
Melhoria ao nível da oralidade e da escrita.	5
Melhoria no acesso e uso de ambientes digitais de leitura.	4
Outro.	2

Tabela 32

**Promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura**

Respostas	Funcionários
Concordo totalmente	1
Concordo	9
Discordo	2
Desconheço	0

Tabela 33

**Actividades de promoção da leitura**

Respostas	Funcionários
Sessões com escritores	4
Sessões com contadores de histórias	3
Hora do conto	13
Feira do livro	0
Peças de teatro	3
Ateliê de actividades plásticas	9

Tabela 34

**Apoio na selecção da documentação e na produção da informação**

Respostas	Funcionários
Concordo totalmente	1
Concordo	10
Discordo	2
Desconheço	0

Tabela 35

**Actividades de formação para crianças**

Respostas	Funcionários
Concordo totalmente	1
Concordo	7
Discordo	4
Desconheço	1

Tabela 36

## Nível dos recursos documentais da biblioteca

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários
Muito Bom	0	0
Bom	3	2
Suficiente	9	9
Insuficiente	3	2

Tabela 37

## Adequação da colecção da biblioteca aos gostos das crianças

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários
Concordo totalmente	0	0
Concordo	8	11
Discordo	5	2
Desconheço	1	0

Tabela 38

## Trabalho da biblioteca na promoção da leitura

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários
Muito Bom	0	0
Bom	6	7
Suficiente	8	5
Insuficiente	1	1

Tabela 39

## Criação de condições para a leitura individual e por prazer

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários
Concordo totalmente	0	2
Concordo	14	11
Discordo	1	0
Desconheço	0	0

Tabela 40

## Contributo para o desenvolvimento das competências de leitura

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários	Crianças
Muito	0	1	11
Bastante	13	9	4
Pouco	2	3	0
Nada	0	0	0

Tabela 41

## Impacto da biblioteca ao nível das competências de leitura

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários
Competências de compreensão	2	6
Fluência na leitura	7	6
Fomento do gosto pela leitura	12	13
Oralidade e escrita	4	5
Acesso e uso de ambientes digitais de leitura	0	4

Tabela 42

## Promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários
Concordo totalmente	1	1
Concordo	9	9
Discordo	0	2
Desconheço	5	0

Tabela 43

## Actividades de promoção da leitura

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários	Crianças
Sessões com escritores	2	4	9
Sessões com contadores de histórias	3	3	14
Hora do conto	10	13	9
Feira do livro	0	0	4
Peças de teatro	1	3	11
Ateliê de actividades plásticas	7	9	10

Tabela 44

## Apoio na selecção da documentação e no uso da informação

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários
Concordo totalmente	1	1
Concordo	6	10
Discordo	1	2
Desconheço	7	0

Tabela 45

## Actividades de formação para crianças

Respostas	Utilizadores adultos	Funcionários
Concordo totalmente	0	1
Concordo	7	7
Discordo	2	4
Desconheço	6	1

Gráficos

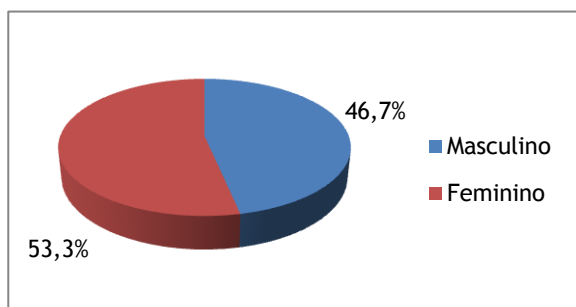


Gráfico 1 - Sexo das Crianças

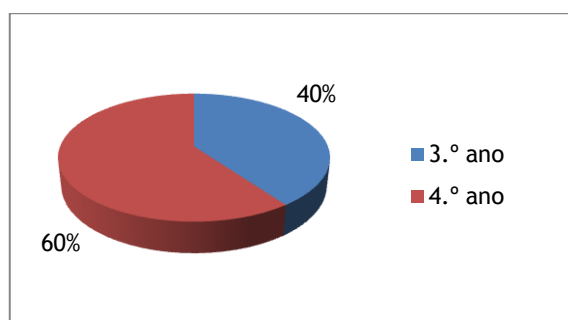


Gráfico 2 - Ano de escolaridade

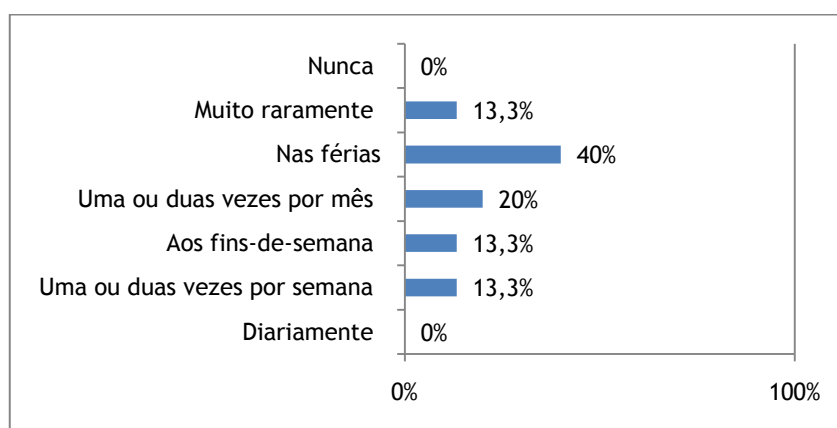


Gráfico 3 - Frequência da biblioteca

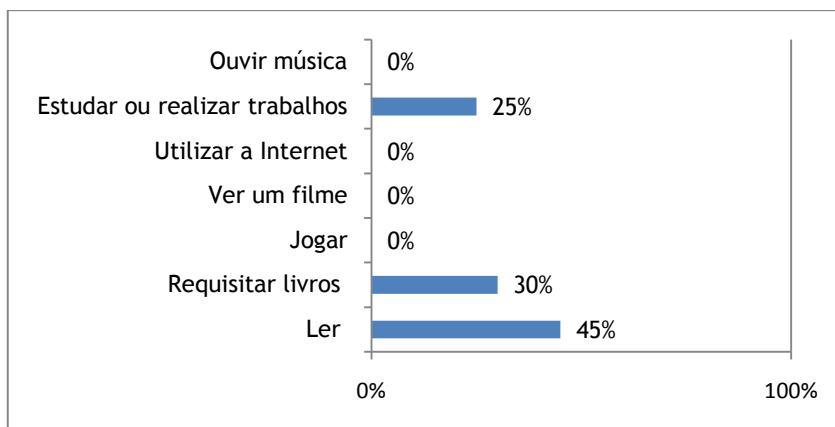


Gráfico 4 - Motivos da frequência da biblioteca

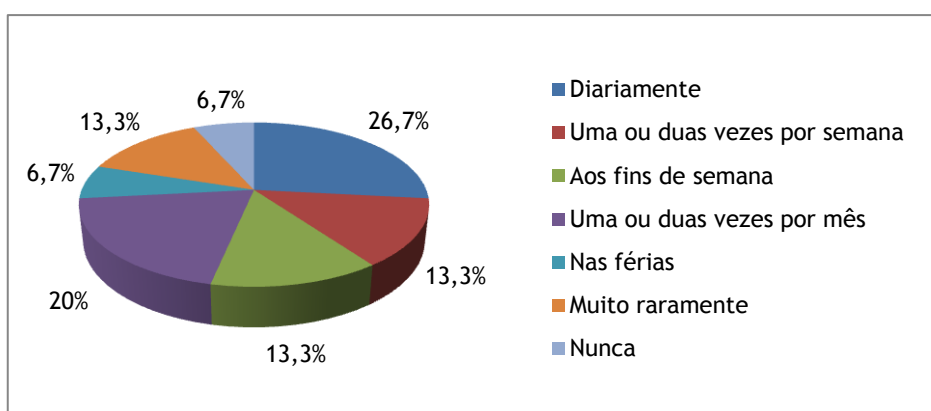


Gráfico 5 - Frequência de empréstimos para leitura domiciliar

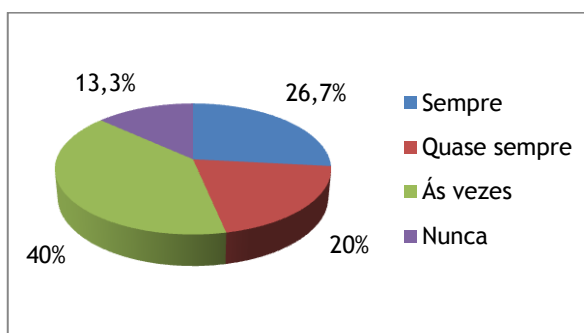


Gráfico 6 - Sugestões de leitura dos funcionários

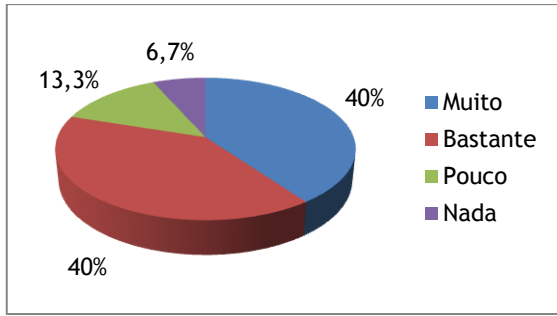


Gráfico 7 - Incentivo à leitura por parte dos funcionários

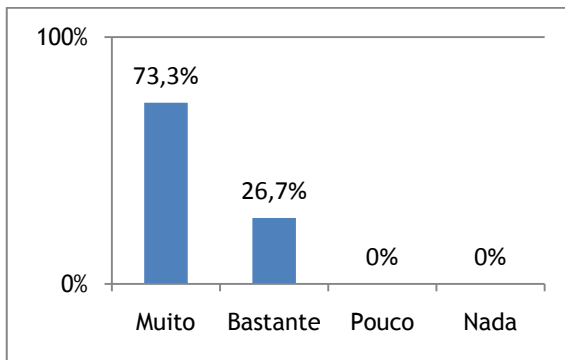


Gráfico 8 - Contributo das actividades para a compreensão leitora

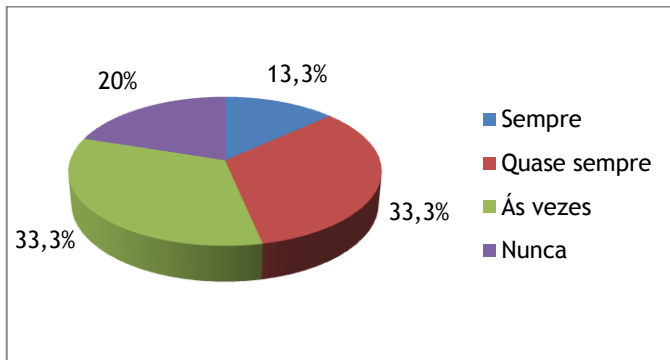


Gráfico 9 - Participação nas actividades de leitura

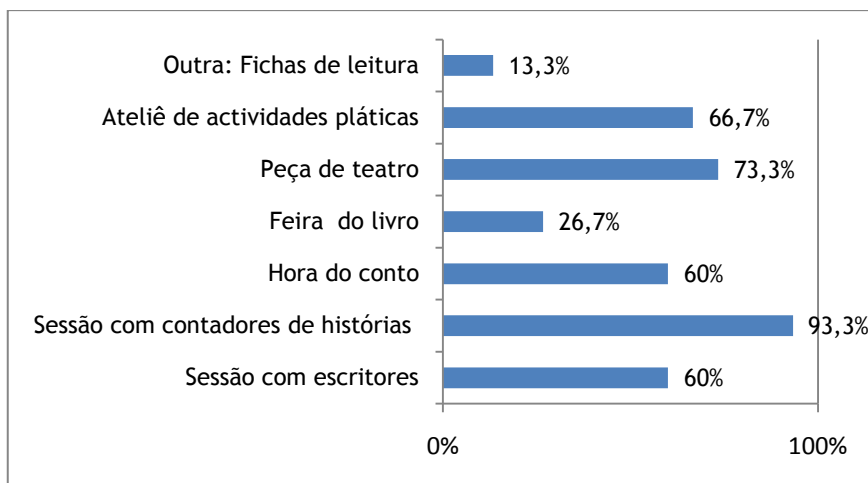


Gráfico 10 - Atividades de promoção da leitura

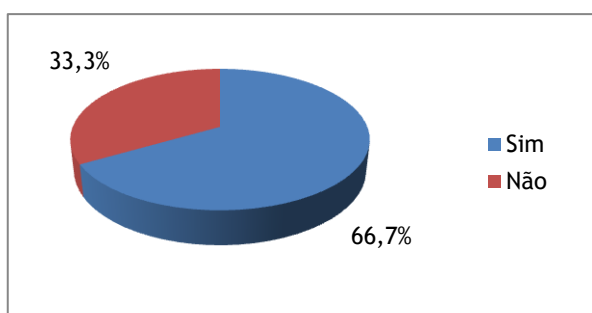


Gráfico 11 - Participação em actividades para aprender a usar a biblioteca

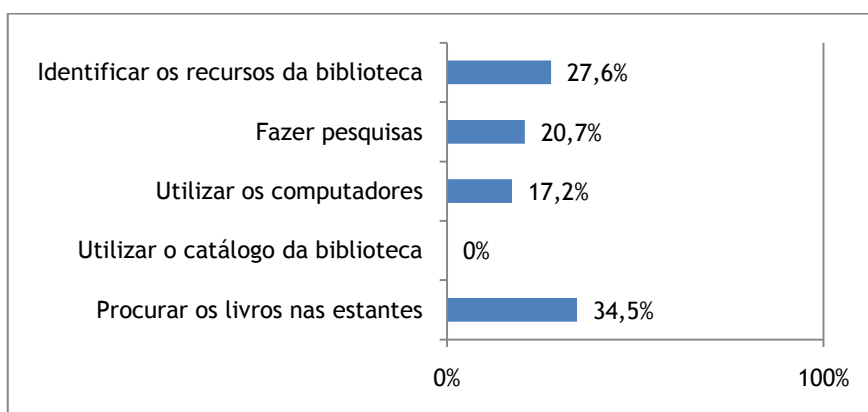


Gráfico 12 - Atividades desenvolvidas nas sessões de formação de utilizadores

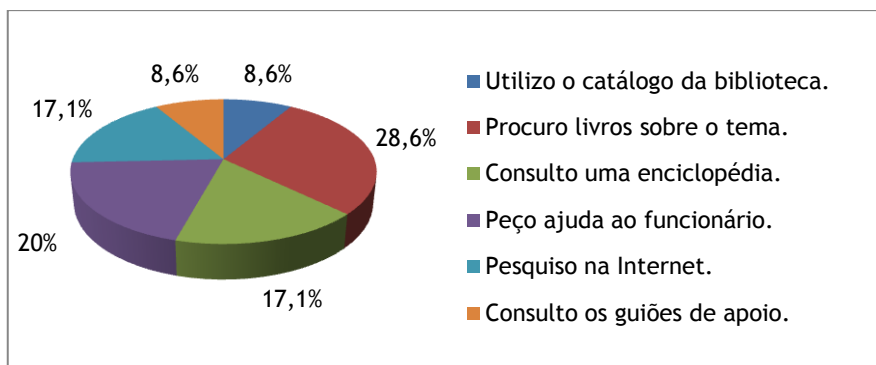


Gráfico 13 - Pesquisa de informação

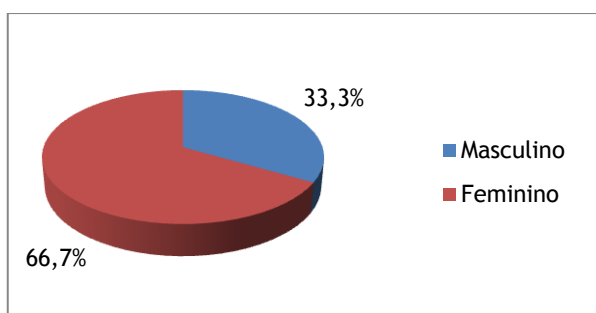


Gráfico 14 - Sexo dos adultos

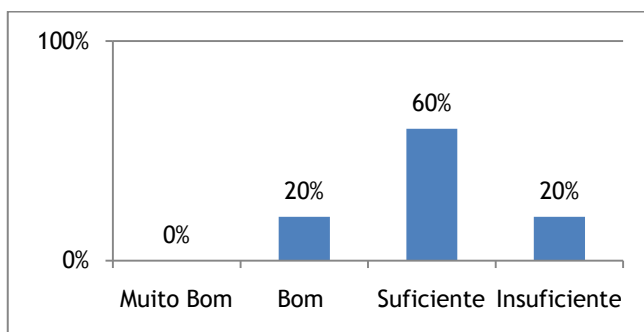


Gráfico 15 - Nível dos recursos documentais da biblioteca

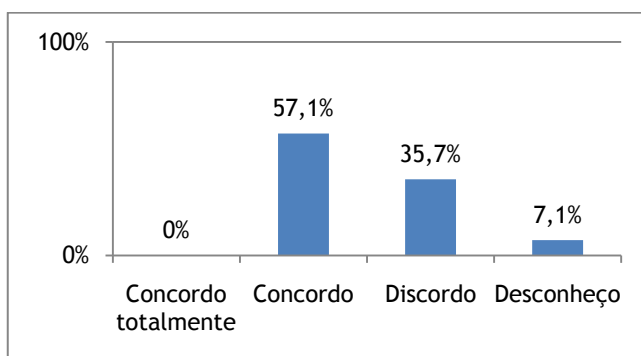


Gráfico 16 - Adequação da colecção da biblioteca aos gostos das crianças

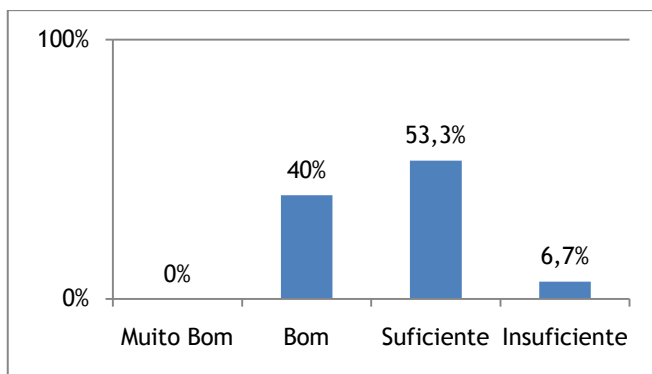


Gráfico 17 - Trabalho da biblioteca na promoção da leitura

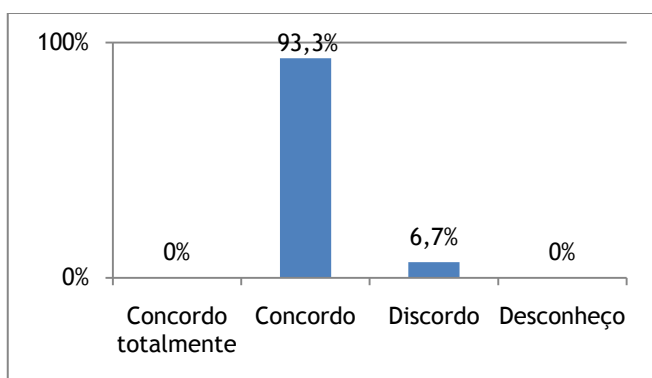


Gráfico 18 - Criação de condições para a leitura individual e por prazer

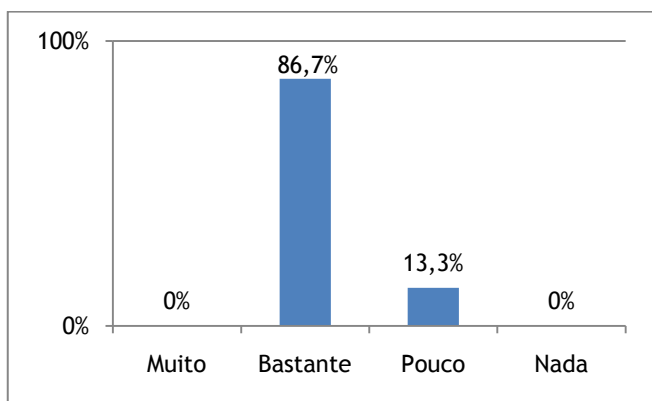


Gráfico 19 - Contributo para o desenvolvimento das competências de leitura

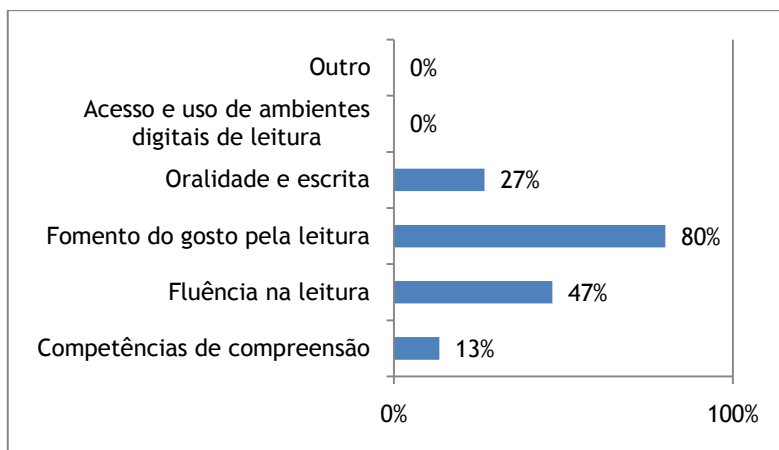


Gráfico 20 - Impacto da biblioteca ao nível das competências de leitura

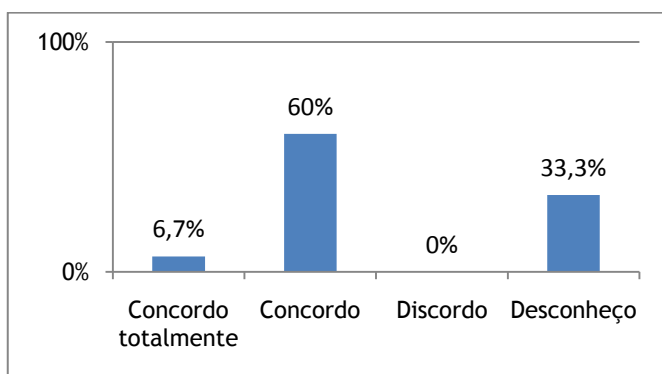


Gráfico 21 - Promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura

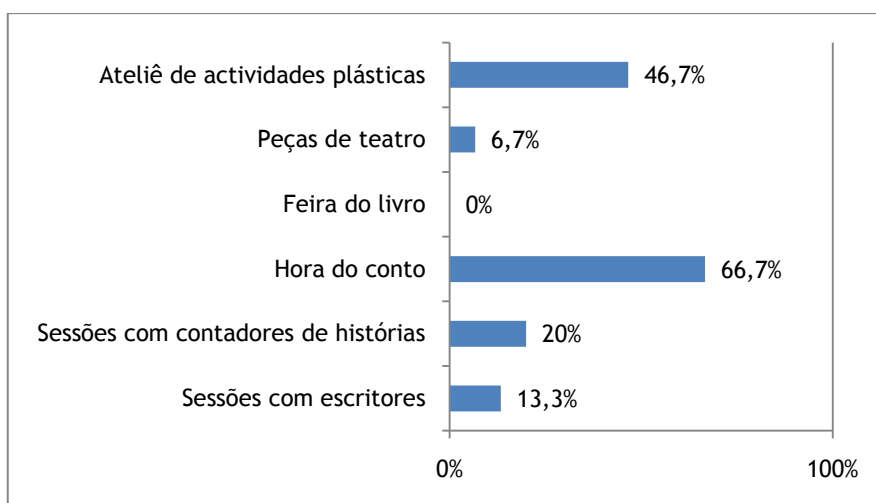


Gráfico 22 - Actividades de promoção da leitura

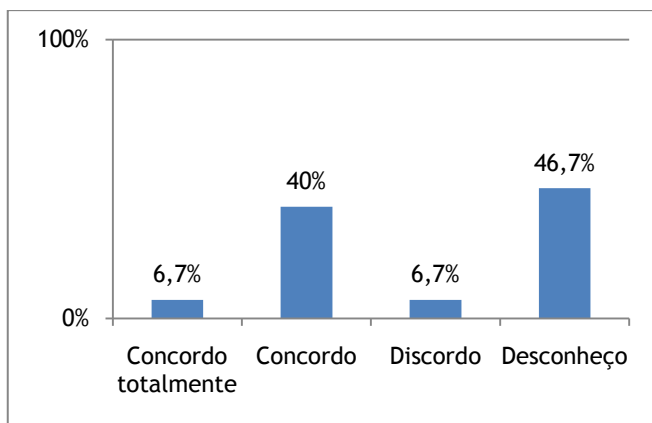


Gráfico 23 - Apoio na selecção da documentação e na produção da informação

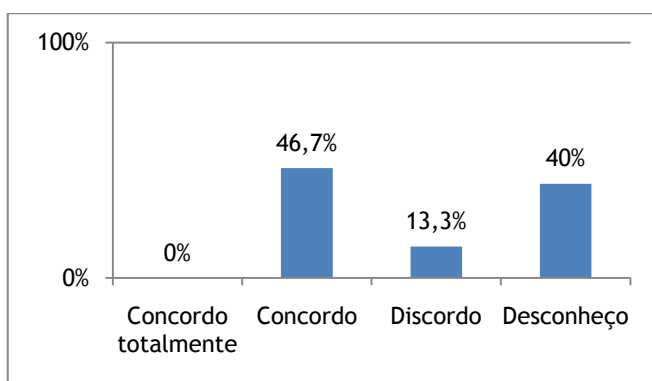


Gráfico 24 - Actividades de formação para crianças

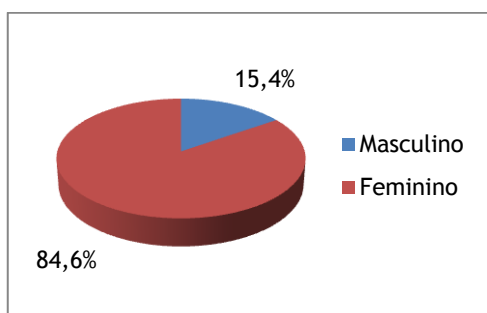


Gráfico 25 - Sexo dos funcionários

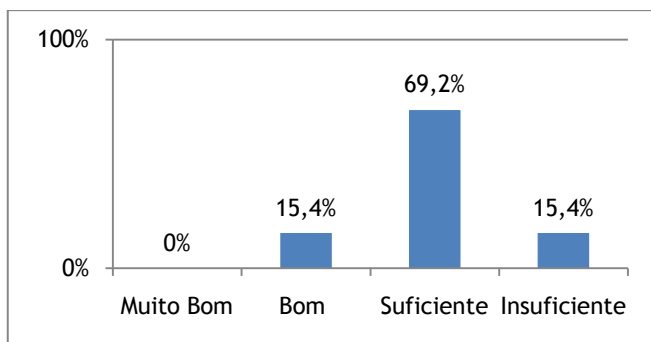


Gráfico 26 - Nível dos recursos documentais da biblioteca

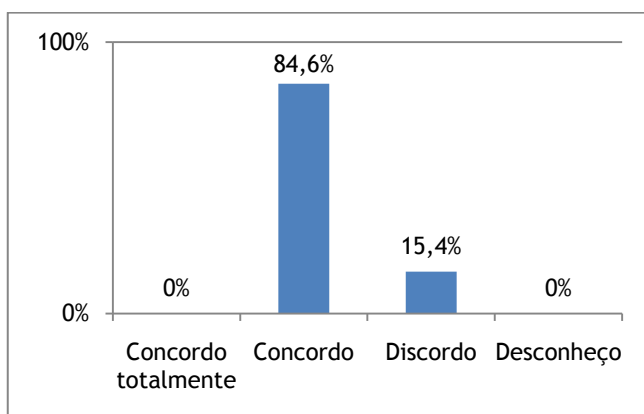


Gráfico 27 - Adequação da colecção da biblioteca aos gostos das crianças

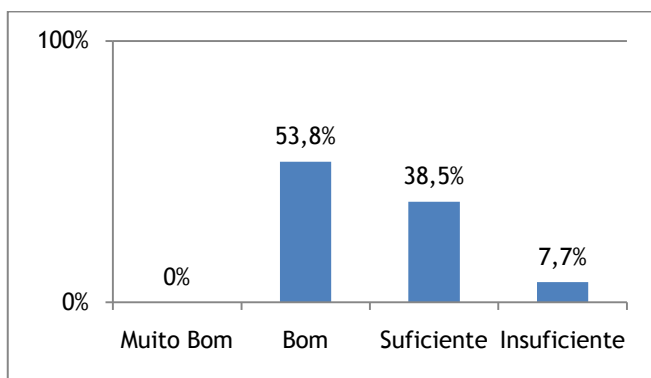


Gráfico 28 - Trabalho da biblioteca na promoção da leitura

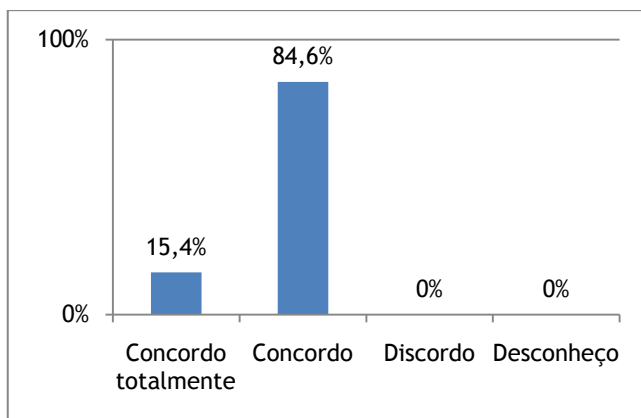


Gráfico 29 - Criação de condições para a leitura individual e por prazer

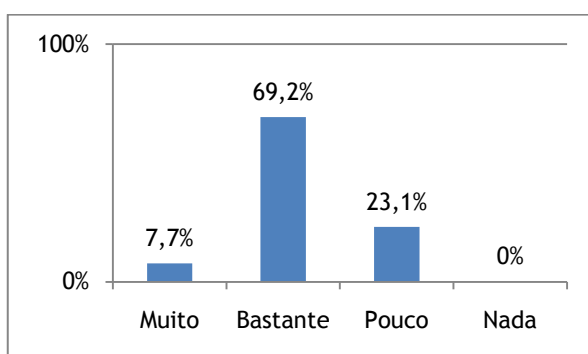


Gráfico 30 - Contributo para o desenvolvimento das competências de leitura

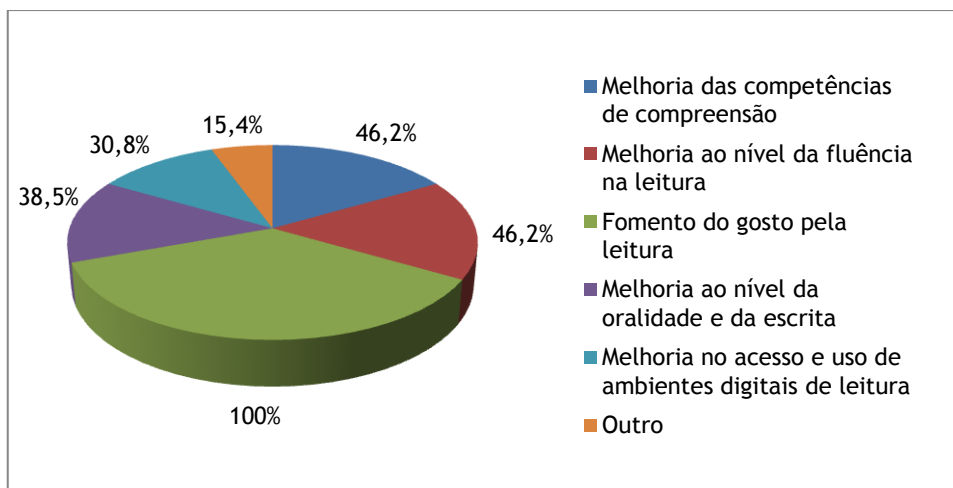


Gráfico 31 - Impacto da biblioteca ao nível das competências de leitura

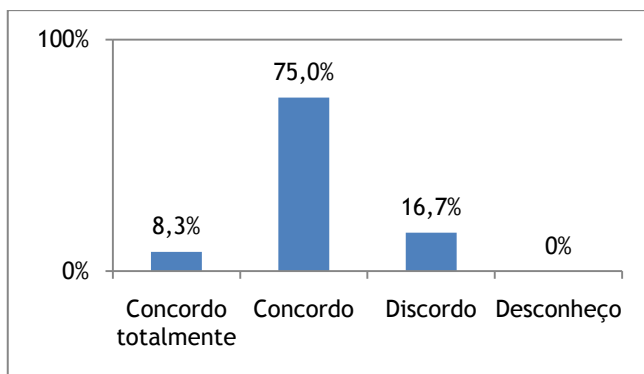


Gráfico 32 - Promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura

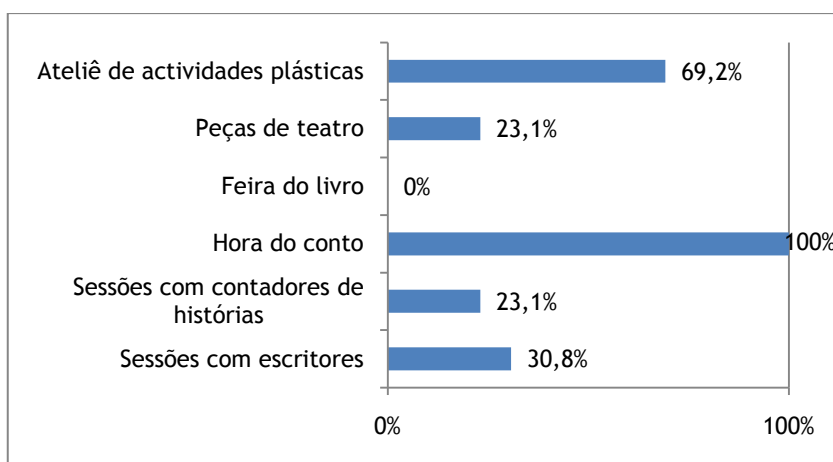


Gráfico 33 - Actividades de promoção da leitura

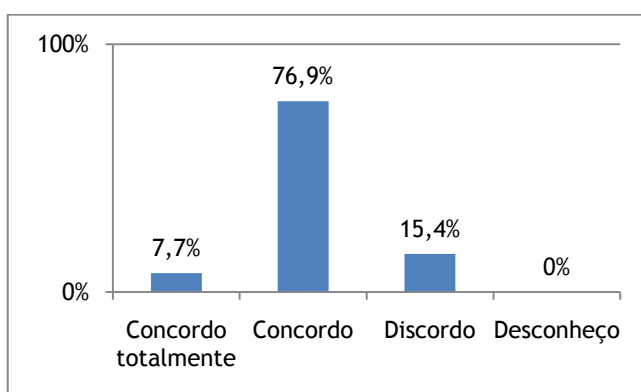


Gráfico 34 - Apoio na selecção da documentação e na produção da informação

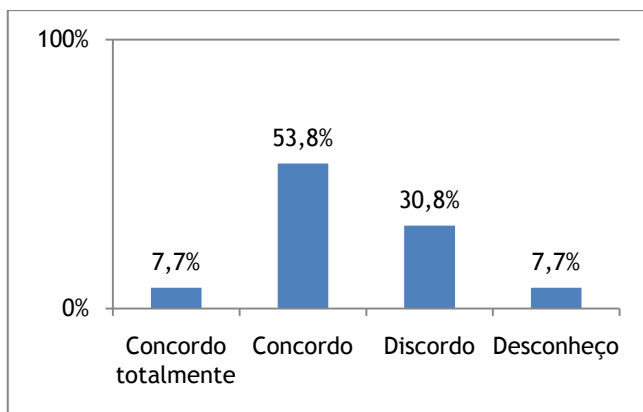


Gráfico 35 - Atividades de formação para crianças

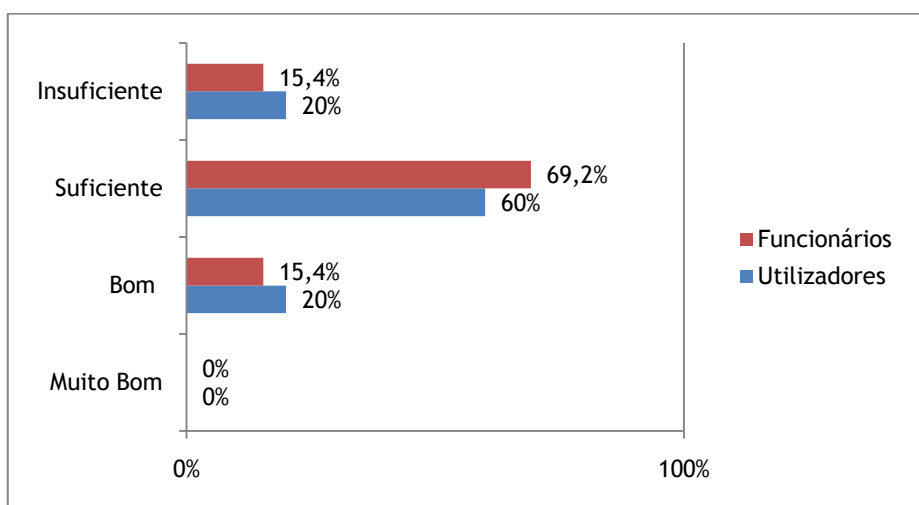


Gráfico 36 - Nível dos recursos documentais da biblioteca

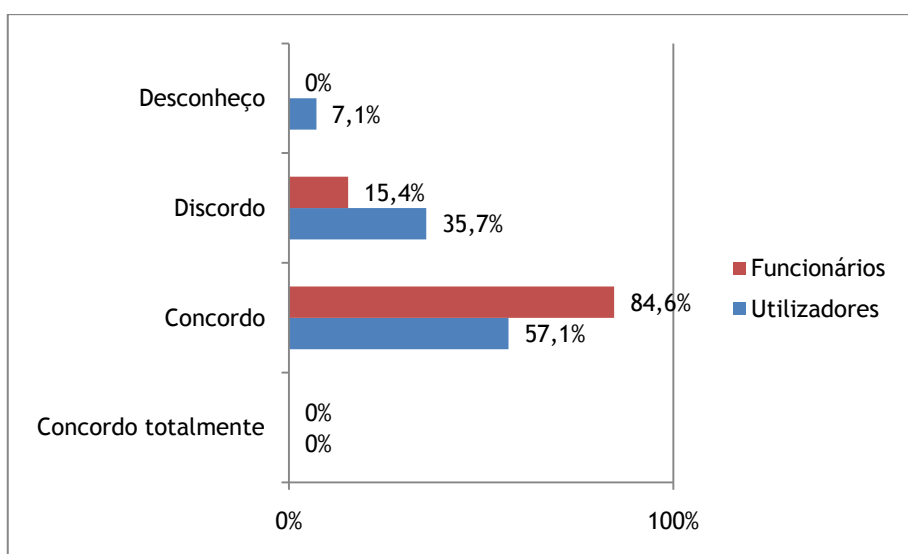


Gráfico 37 - Adequação da colecção da biblioteca aos gostos das crianças

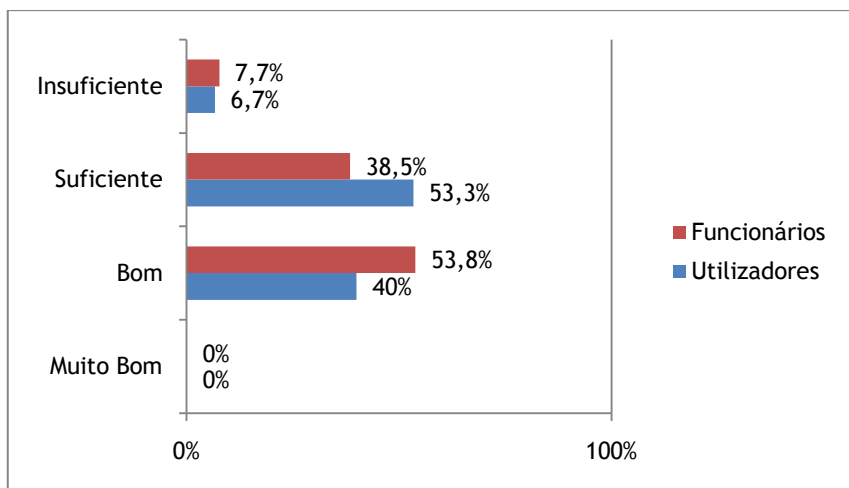


Gráfico 38 - Trabalho da biblioteca na promoção da leitura

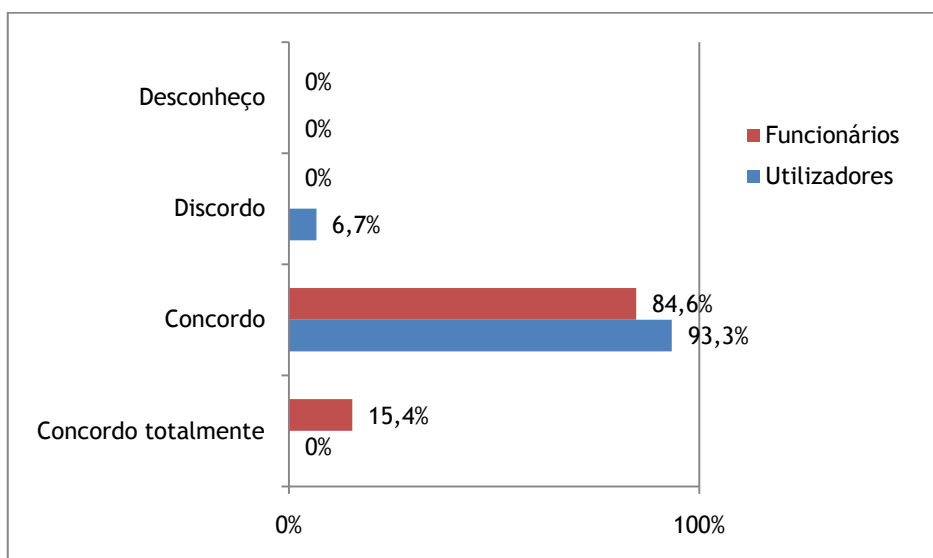


Gráfico 39 - Criação de condições para a leitura individual e por prazer

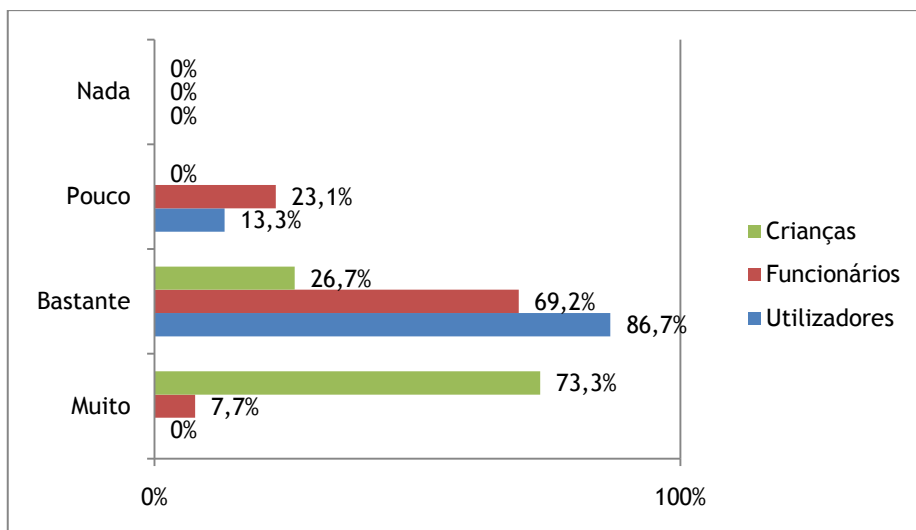


Gráfico 40 - Contributo para o desenvolvimento das competências de leitura

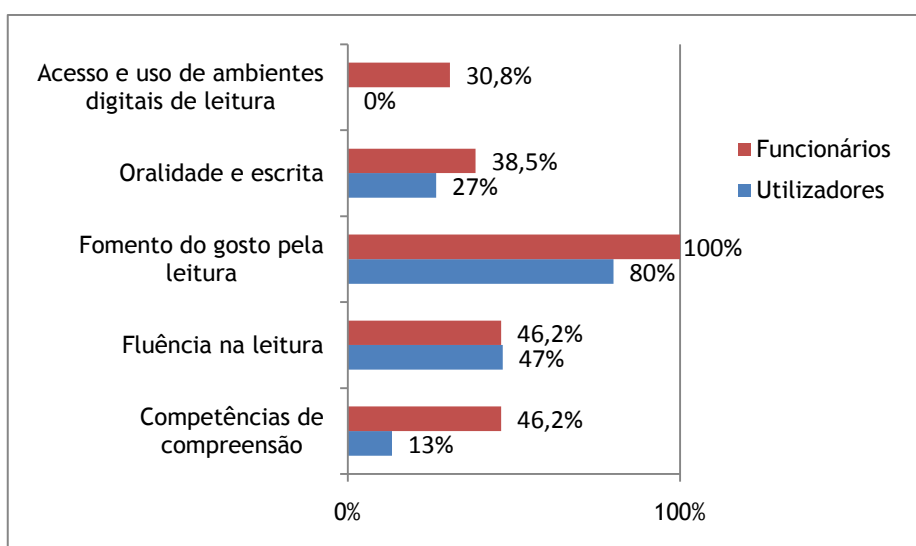


Gráfico 41 - Impacto da biblioteca ao nível das competências de leitura

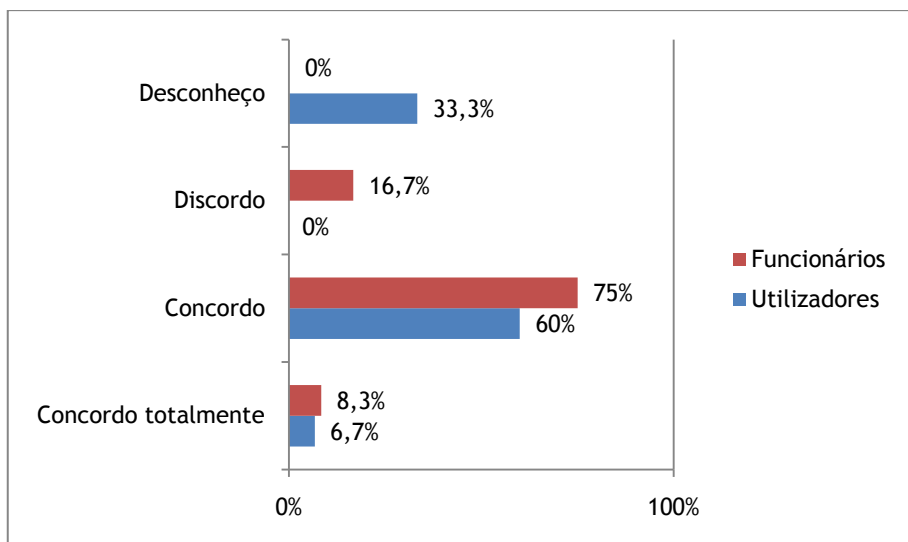


Gráfico 42 - Promoção de actividades para incentivar o gosto pela leitura

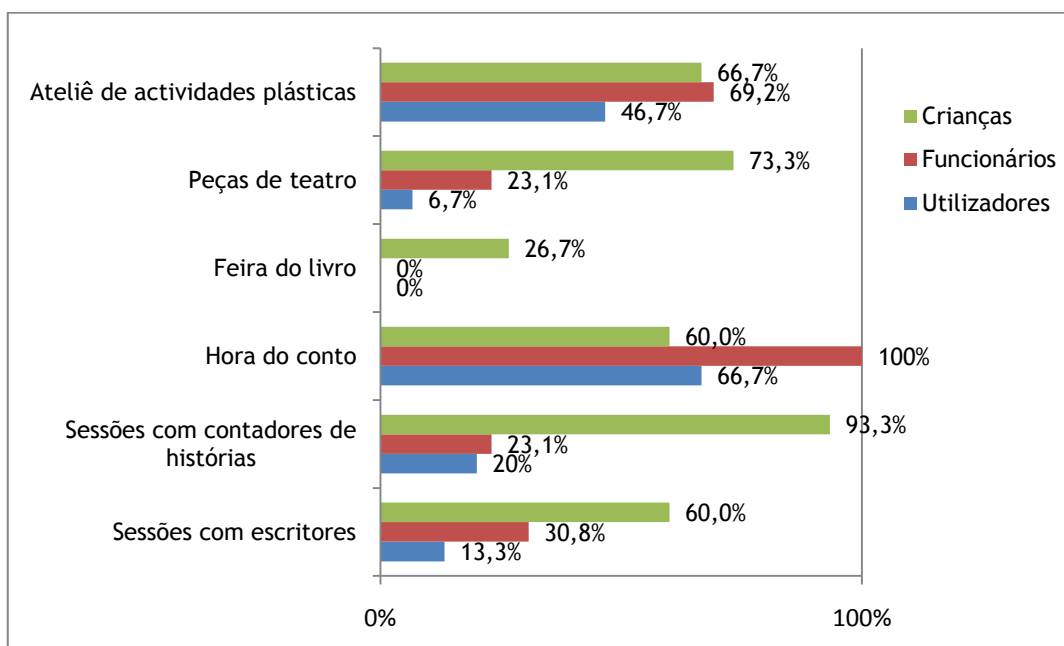


Gráfico 43 - Actividades de promoção da leitura

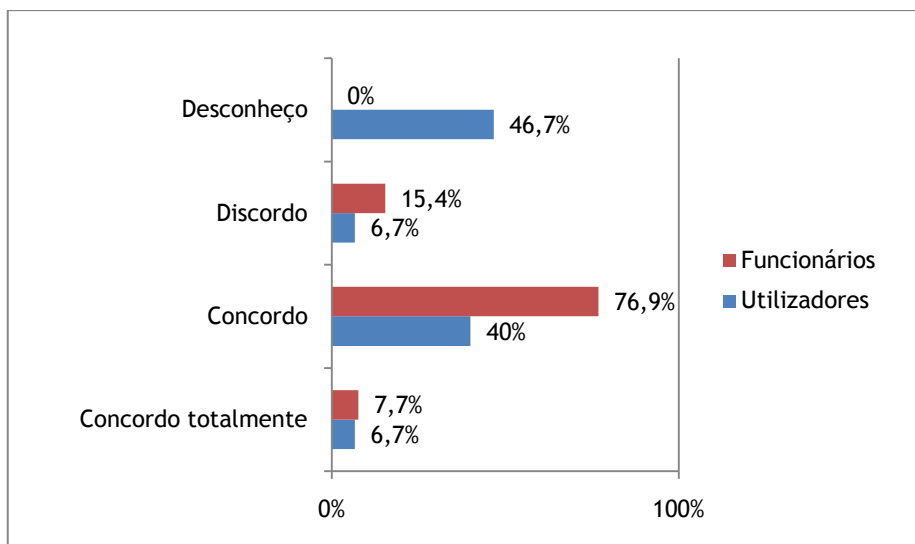


Gráfico 44 - Apoio na selecção da documentação e no uso da informação

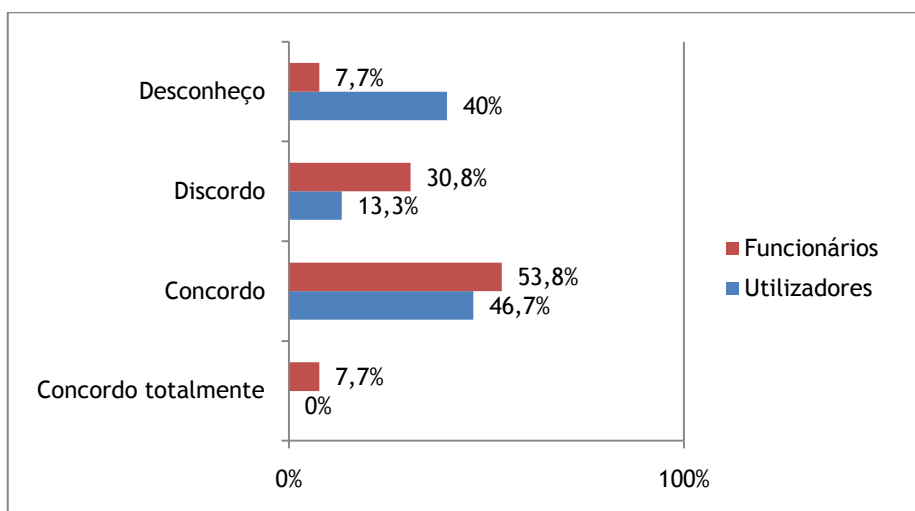


Gráfico 45 - Actividades de formação para crianças